

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO SOCIAL - HABILITAÇÃO JORNALISMO**

ALINE SCARSO

**A IMPRENSA EM AVAÍ: A CIDADE E O URBANO NO
AVAHY-JORNAL, 1927 - 1931**

**Bauru
2008**

ALINE SCARSO

**A IMPRENSA EM AVAÍ: A CIDADE E O URBANO NO
AVAHY-JORNAL, 1927 - 1931**

Trabalho de Conclusão de Curso para a
obtenção de título de Bacharel em
Comunicação Social com Habilitação
em Jornalismo sob orientação do Profº.
Dr. Célio José Losnak.

Bauru
2008

Aos meus queridos pais Doca e Maria,
meu reconhecimento pelos incentivos e
abdicações.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto do amadurecimento teórico e pessoal da futura jornalista, resultado de intensa dedicação e afincado dispensado durante mais de dois anos de graduação. No entanto, é preciso ressaltar que algumas pessoas foram fundamentais nessa caminhada, pela ajuda, reconhecimento e incentivo.

Agradeço aos meus pais Doca e Maria, que sempre confiaram no meu trabalho e me proporcionaram condições para que eu pudesse me dedicar à graduação, pesquisa e extensão. Agradeço também pela paciência que tiveram nos momentos que me senti insegura com minhas escolhas e irritada pelas noites mal dormidas. Nesse sentido, também agradeço a irmã Débora e ao amigo Danilo, que tão de perto acompanharam esse meu momento.

Agradeço também aos amigos do grupo de estudos e, em especial, Lara, Verônica, Tatiana e Estela, que foram essenciais nos âmbitos pessoal e acadêmico. Do auxílio incondicional, nasceram grandes amizades que se seguem para além da Universidade. Ao meu orientador Célio, sinto-me grata por todo aporte teórico fornecido. Ao memorialista Vivaldo Pita, meus sinceros agradecimentos pela constante disponibilidade e liberação do AVAHY-JORNAL, fato que possibilitou o andamento da pesquisa.

Aos meus queridos amigos Vanessa, Marjorie, Arthur e Alberto, por me ouvir, me ajudar e me incentivar do modo que estavam ao alcance deles, todo o meu agradecimento. Aos amigos João Ricardo, Natália, Andressa e Thiago agradeço pela amizade verdadeira. A república Maria Bonita e Chiapas, agradeço pela contribuição com novas visões e perspectivas teóricas e pessoais, influenciando diretamente na maneira como enxergo e trato os resultados deste trabalho.

SUMÁRIO

Resumo.....	6
Introdução.....	7
Parte I	
1 Discussão bibliográfica.....	11
1.1 A cidade e o urbano: domínio da ordem elitista.....	11
1.2 Teorias do jornalismo: alguns condicionantes na construção da notícia.....	21
1.3 A imprensa no Brasil no final do século XIX: algumas caracterizações.....	26
1.4 São Paulo: o projeto liberal do O Estado de São Paulo (OESP).....	29
1.5 Interior paulista: sociedade e imprensa.....	35
1.6 Oeste paulista: a marcha do café e a expansão das linhas férreas.....	37
1.7 Avaí: formação, crescimento e estagnação.....	42
1.8 A imprensa em Avaí: histórico.....	46
Parte II	
1 AVAHY-JORNAL: descrições, interpretações e análise.....	49
1.1 Recursos tipográficos: formatação e conteúdo.....	49
1.2 A linguagem no AVAHY-JORNAL: a opinião em primeiro lugar.....	53
1.3 AVAHY-JORNAL: a afinidade com o Partido Republicano Paulista.....	62
2 A CIDADE NO AVAHY-JORNAL.....	74
2.1 A política em Avaí.....	74
2.2.1 O domínio do Partido Republicano Paulista.....	74
2.2.2 Crise do café: terreno fértil para as brigas políticas.....	83
2.2.3 Revolução de 1930: a ascensão do Partido Democrático em Avaí.....	89
2.2 Avaí: configurações e transformações urbanas na cidade.....	96
3 O URBANO NO AVAHY-JORNAL.....	109
3.1 Universo urbano: a sociedade avaiense nos anos de 1920.....	109
3.2 Os grupos perigosos na ordem elitista da cidade.....	118
Considerações finais.....	129
Referências bibliográficas.....	131
Apêndice.....	133
Anexos.....	135

Resumo

Esta monografia é resultado da pesquisa de iniciação científica “A imprensa em Avaí: a cidade e o urbano no AVAHY-JORNAL, 1927 – 1931”, e tem por objetivo fazer um levantamento e mapeamento de temas sobre as dinâmicas e transformações urbanas da cidade de Avaí - localizada na região oeste paulista -, presentes no periódico “AVAHY-JORNAL” no período compreendido entre novembro de 1927 a dezembro de 1931. Por meio da articulação entre a leitura e fichamento do jornal, documentação específica sobre o município e fontes bibliográficas das temáticas acerca da Cidade e do Urbano, História da Imprensa, História de Avaí, da região e do estado de São Paulo, este trabalho também pretende esboçar uma problematização sobre a questão social, política e econômica de Avaí do final dos anos 1920 e início dos anos 1930, além de analisar o veículo pesquisado.

Introdução

Realizada por essa autora no período compreendido entre setembro de 2005 a fevereiro de 2008 e financiada pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) desde março de 2007, esse trabalho fornece informações relevantes para o entendimento das temáticas urbanas das cidades da zona oeste do estado de São Paulo nos primeiros decênios do século XX como também para a produção jornalística do interior paulista durante o período estudado.

Faz-se necessário destacar que essa pesquisa esteve veiculada a um projeto temático maior, também aprovado pelo mesmo órgão de fomento, e chamado “Saberes e Eruditos Técnicos na Configuração e Reconfiguração do Espaço Urbano – Estado de São Paulo, séculos XIX e XX, processo 05/55338-0” e que tem um de seus itens sob responsabilidade do orientador desta pesquisa, intitulado “As dimensões política e cultural da circulação dos saberes nas cidades do oeste paulista: legislação, processos decisórios, representações urbanas e os canais de divulgação (manuais, revistas, pessoas, ensinamento nas escolas para engenheiros)”. Dentro desse item, insere-se o estudo que é resultado desta monografia.

Não foram muitas, mas, tampouco deixaram de existir dificuldades durante o desenvolvimento dessa pesquisa. Uma delas consiste na pequena quantidade de obras e referências teóricas sobre jornalismo no interior, uma vez que esse assunto ainda é pouco explorado pela academia, o que se configurou como uma das principais razões para o desenvolvimento dessa pesquisa. Algumas das impressões tiradas pela autora sobre o fazer jornalismo em uma pequena cidade do interior paulista na década de 1920 foram resultados da observação empírica do jornal aliada aos conteúdos aprendidos com a leitura de textos para a pesquisa e no curso de jornalismo.

Outra dificuldade diz respeito ao árduo trabalho no fichamento do AVAHY-JORNAL, que exigiu atenção redobrada da autora, aliada a difícil leitura do impresso (fontes pequenas, linguagem rebuscada). Nesse sentido, faz-se necessário destacar que a leitura e fichamento de todas as notícias, reportagens, editoriais, colunas, anúncios, artigos, publicidades, seções esportivas, seções religiosas, notas sociais, editais da Prefeitura e Câmara Municipal do AVAHY-JORNAL resultaram na elaboração de mais de 200 páginas de trabalho. Sendo assim, esse trabalho se configura como fonte de informações para os

demais pesquisadores que desejam obter informações concernentes tanto às questões urbanas e físicas da cidade quanto à produção jornalística do periódico.

Nesse processo de fichamento, a observação distante do fazer-jornalismo deveria ser continuamente trabalhada para evitar que o pesquisador incorporasse a própria linguagem do jornal ao invés de tomá-lo enquanto veículo de informação sobre a cidade e sociedade avaiense. Dessa forma, foi fundamental o maior aprofundamento do pesquisador em relação a temas como cidade e imprensa por meio de pontos de vista provenientes não somente da área de conhecimento da Comunicação Social como também da área de História, evidenciando a riqueza da interdisciplinaridade que foi a pesquisa. Além de contribuir para um melhor aproveitamento da estudante na graduação, subsidiou a produção de um jornal comunitário em uma favela na cidade de Bauru, no qual prática e teoria andaram juntas pois possibilitaram a futura jornalística aplicar conceitos obtidos com a pesquisa na elaboração de um jornal direcionado a um público excluído dos benefícios da cidade e por ela considerado “perigoso”. Notou-se, portanto, a importância da articulação na produção de conhecimentos nos níveis de ensino, pesquisa e extensão para a formação do futuro jornalista-pesquisador.

Como resultado a partir da leitura do material, esta monografia apresenta, de forma mais concreta, as informações e problematizações surgidas. Além do estudo da forma, linguagem e conteúdo do AVAHY-JORNAL, a autora trabalha com a análise de Avaí sob seus aspectos físicos (administração pública, transformações urbanas, espacialidade, infraestrutura) e urbano-sociais (comportamentos públicos e privados, estilos de vida, maneira de ocupar e significar o espaço urbano, as tensões sociais).

Nesse sentido, algumas reflexões teóricas foram essenciais para o andamento da pesquisa como, por exemplo, o entendimento do jornal enquanto agente social construtor de uma realidade, de uma versão do real, e não como espelho fiel da realidade de Avaí da época. Entendemos, ainda, que essa construção fora motivada pelos juízos de valor correntes, conhecimentos de mundo e valores intrínsecos e extrínsecos a profissão de jornalista, pelas relações políticas/econômicas mantidas com líderes locais, anunciantes do

jornal e segmentos sociais da cidade e influenciada pelas práticas caracterizadoras da rotina de trabalho do jornalista¹.

No entanto, apesar de significar uma versão, um recorte e a construção de uma realidade, isso não descaracteriza a utilização do jornal como importante subsídio para o entendimento e análise de uma cidade e de sua sociedade. Sobre isso, Cruz chama a atenção para o uso da imprensa na “difusão de imaginários sociais”, o que “a constitui como campo extremamente dinâmico de reconstituição das relações culturais”². Também Losnak nos chama a atenção para o fato de que da mesma forma como os relatos podem nos indicar uma história unilateral, na qual os interesses de grupos específicos são atendidos, é possível reconhecer também neles indícios que permitem reconstruir o relato, aflorando os conflitos e processos de interação entre grupos sociais que tenham sido desconsiderados pelos registros “oficiais”³.

Além disso, a prática jornalística tem no cotidiano sua principal fonte de informações e estas, por sua vez, fazem referência à cidade e à sua sociedade. Já em seu primeiro editorial, o AVAHY-JORNAL discursa sobre a necessidade premente de se ter um veículo de imprensa que expressasse os anseios do público avaiense, proporcionando visibilidade aos acontecimentos públicos e “sociais” da sociedade. Segundo o semanário, faltava em Avaí “para o leitor, (...) às leituras domingueiras; para o comerciante, o relato da situação mercantil; para o escritor, onde publicar suas produções e para a política, o propulsor de seus pensares e idéias”⁴ e seria ele o órgão que viria preencher essa lacuna, de modo fornecer as informações sobre a vida urbana de Avaí e satisfazer as aspirações dos habitantes locais. Para tanto, auto intitulou-se “porta-vóz de tudo e de todos”⁵.

A sua leitura demonstra a expressão e materialização das tensões, comportamentos, modos e estilos de vida presentes na época, além de indicar a maneira como a sociedade se articulava em torno dos pensamentos vigentes no cenário local, estadual e nacional. Ou seja, a imprensa, no nosso caso o AVAHY-JORNAL, sintetizou e articulou a vida cotidiana da cidade, operando enquanto um meio de informações sobre a administração pública, os

¹ TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. v.1. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

² CRUZ, H. de F. **São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915**. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000. p. 135.

³ LOSNAK, C. J. **Polifonia Urbana**. Imagens e Representações – Bauru 1950-1980. Bauru: Edusc, 2004.

⁴ “Avahy-Jornal”. **AVAHY-JORNAL**. Avaí, 15 nov. 1927. p.1.

⁵ *Ibidem*.

acontecimentos e eventos sociais, as inaugurações de equipamentos urbanos na cidade, destacando determinados assuntos em relação a outros, expressando tensões e práticas culturais diversas no universo urbano. Norteados por essas reflexões, tomamos o jornal enquanto documento histórico, assumindo-o como corpus dessa pesquisa.

Destacamos ainda que o aporte teórico relacionado aos temas Teorias do Jornalismo, História da Imprensa (Brasil, São Paulo, Avaí) e História do Estado de São Paulo, da Região e de Avaí e concepções acerca da Cidade e do Urbano foram fundamentais para esse estudo e deram vital subsídio para a leitura e fichamento do jornal. É esse aporte teórico que será esmiuçado a seguir, na parte I desta monografia. Na parte II, trataremos de descrever o jornal quanto sua forma, conteúdo e atuação político-partidária, além de demonstrar de que forma o periódico tratou dos temas relacionados à cidade e ao urbano, difundindo imagens e representações dos mais diversos segmentos sociais componentes de Avaí à época.

Parte I

1 Discussão bibliográfica

1.1 A cidade e o urbano: domínio da ordem elitista

Essa pesquisa tem como fio condutor o pressuposto teórico de que o conhecimento da arquitetura, das edificações e espacialidade dos equipamentos urbanos da cidade é revelador da forma como os diversos agentes sociais estão inseridos, política e economicamente, na urbe. Nessa linha, afinamos com Rolnik que entende ser a configuração da cidade o espaço de expressão do domínio de uma elite política, econômica e intelectual nos órgãos administrativos na cidade, que age de forma a garantir seus interesses, aspirações e necessidades, mesmo que para isso adotem práticas não correspondentes às exigências da maior parte da população⁶.

Nessa perspectiva, também Certeau é enfático ao afirmar que as práticas urbanísticas revelam, primeiramente, uma combinação entre gestão e eliminação de tudo o que não é tratável, indesejável aos projetos políticos e urbanos pleiteados pela municipalidade⁷. Para ele, “planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do plural: é saber e poder articular”⁸. Os administradores/gerenciadores deveriam dar conta de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas oferecidas pelo aparato da cidade na organização do espaço urbano, de modo a dar vazão a essa pluralidade e a esse pensamento plural. Porém, a racionalidade do espaço e as vivências urbanas expressam a predominância de uma lógica autoritária e normativa pensada por segmentos sociais específicos - e estendida a toda população.

Dessa forma, a cidade configura-se enquanto espaço de dominação e resistência⁹, no qual há a predominância de pensamentos, ações e intenções avalizadas por segmentos sociais, política e economicamente influentes, estrategicamente representados pelos órgãos

⁶ ROLNIK, R. **A Cidade e a Lei**. Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp. 1999.

⁷ *Ibidem*.

⁸ CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. V.1. Rio de Janeiro: Ed. Vozes. 1998. p.172.

⁹ ROLNIK, Raquel. **O Que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense. 1988.

da administração pública, e que são “capazes, pela mera organização dos ‘detalhes’, de transformar uma multiplicidade humana em sociedade ‘disciplinar’ e de gerir, diferenciar, classificar, hierarquizar todos os desvios concernentes à aprendizagem, saúde, justiça, forças armadas e trabalho”¹⁰.

Concomitantemente a imposição dessa lógica normativa aos usuários da cidade, Certeau chama a atenção para a existência de “procedimentos – multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos – que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce” e considera que “as práticas microbianas, singulares e plurais (...) muito longe de ser controladas ou eliminadas pela administração panóptica, se reforçam em uma proliferação ilegítima”. Nesse sentido, são atribuídos outros sentidos para o espaço urbano, subvertendo a ordem instituída a partir do estabelecimento de referenciais diferenciados aos impostos pela lógica dominante.

Questões semelhantes a essas foram observadas também por Rolnik no desenvolvimento da paulicéia nos anos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX e nortearam o desenvolvimento dessa pesquisa sobre as transformações e práticas urbanas em Avaí. Como veremos na segunda parte desse trabalho, a leitura e fichamento do AVAÍ-JORNAL revelou existir na cidade um grupo ligado ao setor cafeeiro e às profissões liberais infiltrado na administração pública da cidade, que se reconhecia enquanto vanguarda, o único segmento capaz de prover as “necessidades” que tanto carecia o município, impondo, para tanto, uma ordem autoritária baseada em uma visão de mundo burguesa. Nesse sentido, todos aqueles que se desviaram da lógica dominante (como os mendigos, os alcoólatras e os leprosos, por exemplo) foram considerados elementos “perigosos”, desordeiros e dissonantes pois se constituíam em ameaça ao paradigma instituído.

Dessa forma, o universo urbano fora entendido, antes de tudo, enquanto expressão da significação do indivíduo “na luta pela apropriação do espaço urbano”¹¹, condição materializada na espacialidade da cidade, reveladora dos conflitos entre os diversos segmentos sociais, conseqüência da convergência e divergência de pensamentos, interesses, perspectivas, ações e inserções na urbe.

¹⁰ Ibidem, p. 175.

¹¹ ROLNIK, R. **O Que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense. 1988.

Entendemos que viver na cidade implica em obrigatoriamente viver em coletividade e, nesse sentido, o espaço urbano configura-se como uma obra coletiva, fruto do trabalho e do pensamento articulado de seus moradores¹². As experiências urbanas demonstram, porém, que essa condição imposta pela cidade – viver em coletividade – é matriz para o surgimento de justificativas limitantes a participação da maior parte da população na vida pública da cidade, uma vez que há a imperativa instauração de mecanismos de poder com a incumbência de funcionar enquanto administradores do território, gerenciadores das transformações e dinâmicas urbanas.

O gerenciador/administrador da vida pública, coletiva, é entendido enquanto instância máxima de poder na cidade e representado pela administração local, seus ministérios, departamentos e secretarias. A criação de aparatos como leis, planos e projetos urbanísticos (Código de Posturas, planos sanitários, leis de condutas, reformas urbanas etc) são referenciados como o resultado da circulação de saberes técnicos e eruditos em torno da cidade e que, quando compilados, condicionam a ocupação e o uso do espaço físico.

A utilização da “técnica como instrumento de modificação do meio”¹³, ou seja, o uso do aparato de conhecimentos técnico-científico deveria garantir, pelo menos teoricamente, a ocupação harmônica dos diversos agentes sociais na apropriação do espaço urbano. Porém, a diversa literatura sobre o tema¹⁴ nos permite afirmar a predominância de uma política urbanística no Brasil e no Estado de São Paulo desde o período colonial sempre em prol da garantia de melhoramentos urbanos para um segmento social específico. Representado pela elite política e econômica dominante na cidade, esse segmento está, por sua vez, infiltrado nos setores da administração pública e, portanto, nos órgãos que tomam decisões e gerem a vida coletiva. Logo, definem a maneira e o grau com que a população da cidade se beneficiará dos melhoramentos urbanos.

¹² ROLNIK, R. **O Que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense. 1988.

¹³ BRESCIANI, M.S. M. As Sete Portas da Cidade. **Espaço e Debates**. n. 34. 1991. p. 11.

¹⁴ ROLNIK, R. **A Cidade e a Lei**. Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp. 1999; ROLNIK, R. **O Que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense. 1988; LOSNAK, C. J. **Polifonia Urbana**. Imagens e Representações – Bauru 1950-1980. Bauru: Edusc, 2004; BONDUKI, N. A produção rentista de habitação e o autoritarismo da ordem sanitária In: **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp. 1998. p.16-71; SEVCENKO, N. Introdução. O Prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAES, F. A. (Coord.), SEVCENKO, N. (org.) **História da Vida Privada no Brasil**. V. 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. p.7-48.

A posição de Victor da Silva Freire, diretor municipal de obras da cidade de São Paulo por trinta e sete anos, é ilustrativo desse pensamento. Ele considerava que a legislação urbana tinha um papel positivo, que era de proteger os investimentos imobiliários e, em contraponto, um negativo, o de manter afastado o contato com usos e grupos sociais indecentes e insalubres¹⁵. Até hoje, essas teorias condicionam a determinação das práticas urbanas, que fazem da cidade lugar onde se materializam constantes tensões e interações entre os mais variados grupos sociais, espaço onde se travam conflitos cotidianos pela dominação do espaço urbano¹⁶.

O estudo de Rolnik em “A Cidade e a Lei - Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo” demonstra de que maneira as normas urbanísticas da paulicéia se constituem para “proteger” os territórios dos grupos sociais política e economicamente mais influentes (elite), e que estão infiltrados nos órgãos da administração pública municipal. Elite é aqui entendida por elementos comuns que pressupõem, por exemplo, a superioridade política de minorais, um conjunto de pessoas que se afina com o poder político e econômico, e a oposição elite-massa¹⁷.

No caso de São Paulo, a atuação da elite paulistana na regulação das construções e loteamentos da cidade e na oferta dos serviços de infra-estrutura é determinante na organização dos mercados imobiliários desde os finais do século XIX. Como consequência, temos a valorização de determinadas áreas em relação a outras, estabelecendo, dessa forma, fronteiras dentro da cidade. Dessa forma, a segregação social sempre foi elemento fundamental de estruturação da cidade de São Paulo. As leis urbanísticas e a fixação de preços de terrenos e aluguéis funcionam como muralhas invisíveis, impedindo que grupos economicamente distintos convivam em um mesmo espaço territorial e usufruam harmonicamente dos benefícios de infra-estrutura pública¹⁸.

Rolnik ainda aponta que, desde as primeiras décadas do século XX, o orçamento municipal de São Paulo foi gasto com as chamadas obras de melhoramentos como, por

¹⁵ ROLNIK, R. **A Cidade e a Lei**. Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp. 1999.

¹⁶ LOSNAK, C. J. **Polifonia Urbana**. Imagens e Representações – Bauru 1950-1980. Bauru: Edusc, 2004.

¹⁷ BÓBBIO, N apud LOSNAK, C. J. **Polifonia Urbana**. Imagens e Representações – Bauru 1950-1980. Bauru: Edusc, 2004.

¹⁸ ROLNIK, R. **A Cidade e a Lei**. Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp. 1999.

exemplo, a ampliação de vias, a instalação de calçadas, as melhorias nas estradas de automóveis, a construção de parques e praças. Em contrapartida, os serviços públicos de infra-estrutura básica como água, esgoto, energia, telefonia, limpeza pública e gás eram (e ainda são) oferecidos por empresas privadas que não permitem uma oferta homogênea dos serviços, já que a presença de infra-estrutura nas zonas não necessariamente tem relação com a densidade demográfica da cidade, mas com a capacidade de pagamento de cada região.

O consumo de água no início do século XIX é um exemplo: ficava mais barato conforme mais se usava. Outro exemplo é o da “Light & Power”, empresa contemporânea àquela época e que prestava serviços básicos como a iluminação elétrica. Ela exigia um consumo mínimo para permitir a ligação domiciliar, o que, muitas vezes, impedia as classes populares de usufruir do serviço.

A municipalidade, por sua vez, dava (e ainda dá) às empresas privadas o direito de regular a oferta e o preço dos serviços oferecidos pela urbe, sustentado pela existência de leis que legitimam essa forma de organização. O Decreto nº41.446 de 16 de dezembro de 1996, aprovado na gestão de Mário Covas, é elucidativo. O contrato firmado entre prefeitura e Sabesp dá plenos poderes à empresa na exploração e regulação do serviço de água, parecendo ter como função primordial garantir os lucros da companhia.

Esse tipo de questão é destacado por Rolnik, que chama atenção ainda para os estreitos laços de amizade mantidos entre administração pública e investidores imobiliários desde o final do século XIX. Ela cita o caso da companhia City of São Paulo Improvements Co. O fundador da empresa, o belga Edouard Fontaine Lavelaye, comprou por um preço muito baixo uma área de 12.380.098 metros quadrados, que correspondia a 37% dos terrenos urbanos da cidade e que estavam localizados em regiões úmidas e inóspitas de São Paulo. Entretanto, a isenção de impostos e de uma legislação urbanística específica garantiram à City volumosos investimentos públicos em infra-estrutura que valorizaram absurdamente os lotes da região, conhecidos como “Garden City”.

Outro caso relatado pela autora foi a criação dos bairros residenciais exclusivos na zona oeste de São Paulo com medidas de isenção de impostos, proibição de tráfego de gado e de instalação de fábrica na região, construção do Viaduto do Chá (facilitando o acesso da

região com o Triângulo Central), que demonstra que, mais uma vez, a municipalidade tornou viável o sucesso dos investidores.

Em contrapartida, os bairros populares sempre foram esquecidos pela administração pública. Os loteamentos destinados aos pobres até hoje sofrem com a demora da chegada de infra-estrutura, relegando aos seus moradores condições subumanas de sobrevivência. E ainda que a concessão de serviços particulares se dê nessas áreas, eles ainda são pouco acessíveis a maior parte da população que não consegue arcar com os custos cobrados pelas empresas.

A empresa “Light & Power”, por exemplo, no início do século passado cobrava tarifas mais altas para os passageiros dos pontos finais durante o transporte dos bondes, geralmente os subúrbios e a periferia. Mesmo assim, a municipalidade não intervinha nesse tipo de relação abusiva por parte da concessionária com o trabalhador.

Fato semelhante acontece hoje na cidade de São Paulo no que se refere ao serviço de transportes. O chamado “Bilhete Único”, implantado pela administração da prefeita Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT), e consolidado pela aliança José Serra e Gilberto Kassab, respectivamente do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do Democratas (DEM) deveria, pelo menos teoricamente, beneficiar o trabalhador, especialmente o mal remunerado, que mora nas periferias. De acordo com o programa, o usuário paga uma tarifa e pode trafegar nos dias úteis por até quatro linhas de ônibus no período de três horas. Isso faz com que o trabalhador se desloque de forma economicamente mais viável até o local de trabalho.

No entanto, em contrapartida, a prefeitura doa para o setor de transportes um subsídio para evitar o aumento nas tarifas. Segundo o jornal “Folha de S. Paulo”, entre os meses de julho e agosto de 2008, às vésperas das eleições municipais, o subsídio oferecido pela prefeitura quase dobrou comparada a média do primeiro semestre do ano, fazendo com que “a previsão orçamentária de investimento em subsídios para o ano de 2008, no valor de R\$ 350 milhões, fosse ultrapassada já no início deste semestre”¹⁹. Em última instância, o governo municipal paga o que a empresa estaria perdendo em lucro, usando para isso o dinheiro público, arrecado também dos impostos pagos pelos usuários.

¹⁹ **Kassab dobra subsídio ao setor de transporte em SP.** “Folha de S. Paulo”. 11/09/2008.

Podemos auferir que se a legislação urbana desde sempre favoreceu substancialmente os segmentos das classes de renda elevada, o mesmo não fez com os agentes populares. Várias são as ocasiões nas quais leis que trazem benefícios às camadas mais pobres são barradas nas Câmaras Municipais por vereadores, muitos deles representantes políticos da classe dominante. Já aquelas que prevêm ainda mais o afastamento dos territórios populares em relação às regiões nobres da cidade são facilmente aprovadas, estimulando, dessa forma, a imposição de fronteiras invisíveis e influenciando diretamente a valorização imobiliária de determinadas regiões.

Outro exemplo de demarcação de limites entre o mundo rico e pobre foi a expulsão dos cortiços e proibição do comércio de rua do centro da paulicéia no início do século XX. Concomitantemente ao investimento em obras de melhoramento no Triângulo Central, a municipalidade expulsou os elementos populares, já que eram vistos como agentes que atrapalhavam o aparente ar metropolitano e europeu que a administração pública tentava conferir ao centro da cidade.

Além disso, o uso da legislação urbana também serviu como forma de intervenção nas habitações populares, impedindo o aparecimento dos cortiços. Para os segmentos populares, as habitações coletivas se configuravam enquanto alternativa de moradia barata, submetendo-se ao uso coletivo de áreas comuns como banheiros, cozinhas, tanques de lavar roupa. Tal prática era imediatamente associada pela elite e administração pública local (representada pelos departamentos sanitários) como espaço de “imoralidade e doenças, demarcando um território rejeitado na cultura urbanística na cidade”²⁰. Esse tipo de pensamento estava, na época, intimamente ligado à questão higienista, em destaque no final do século XIX com o aparecimento das grandes cidades.

Segundo Bresciani, a idéia sanitária surge “com a sugestão de que se atingiria a mente e a formação moral do homem por meio da modificação do ambiente e, em decorrência, do corpo e do comportamento das pessoas. Estrutura-se o *sanitarismo* sobre os saberes médicos e da engenharia (...): entre os objetivos de melhorar as condições de vida urbana esteve sempre o de civilizar seres semi-bárbaros”²¹.

²⁰ ROLNIK, R. **A Cidade e a Lei**. Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp. 1999.

²¹ BRESCIANI, M.S.M. As Sete Portas da Cidade. **Espaço e Debates**. n. 34. 1991. p. 11.

Nesse campo de saberes técnicos e eruditos, destaca-se a influência de correntes político-filosóficas como o positivismo também em voga no final do século XIX. De acordo com ele, o progresso de uma sociedade viria a partir do momento em que essa fosse liderada por uma vanguarda dotada de mente científica no poder, que pudesse, pela lógica da ciência, tomar decisões mais acertadas e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento da sociedade como um todo²².

Tomando esse princípio como cartilha, estabeleceu-se a necessidade de implantação de um projeto urbanístico municipal para a construção de uma nova imagem pública para São Paulo, mais sintonizada com as aparências europeias e com ares de cidade metrópole. Para tanto, a segregação social-territorial tornou-se imperativa e o sanitarismo um dos meios mais eficazes para atingir esse fim.

Em “A produção rentista de habitação e o autoritarismo da ordem sanitária”, Bonduki destaca a criação de aparatos para legitimar a ordem autoritária como a Diretoria de Higiene em São Paulo no final do século XIX com poderes de polícia e de inspeção sanitária, além da promulgação de vasta legislação de controle sanitário e de produção das habitações. O Código de Posturas de 1894 da capital paulista, por exemplo, era constantemente empregado para a intervenção nas moradias populares e estava calcado no pensamento sanitarista da época. O código associava a aglomeração de indivíduos às fontes geradoras de epidemias e pragas que poderiam trazer prejuízos para a municipalidade por meio de gastos excessivos com a saúde de moradores²³.

Em 1896, proibiu-se, por lei, a presença de cortiços no centro de São Paulo, justamente a área da cidade de maior valor imobiliário no período e alvo dos chamados “Planos de Melhoramentos da Capital”. Nesse sentido, além de redimensionar a área central, a legislação urbana ao proibir a existência de cortiços, proibia também a permanência de pobres no centro da cidade.

Outra medida tomada foi a expulsão dos negros que praticavam o comércio da área central da capital paulistana, além do impedimento da disseminação de sua moradia nessa zona. Sobre isso, faz-se necessário destacar que, segundo Rolnik, a moradia do negro do

²² Ibidem.

²³ BONDUKI, N. A produção rentista de habitação e o autoritarismo da ordem sanitária In: **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp. 1998.

final do século XIX se assemelhava à habitação clânica de zonas da África Ocidental, onde conviviam pessoas de diferentes sexos e idades. Nesse sentido, também foi alvo de intervenção, já que era vista enquanto elemento desviante no espaço urbano, habitações que favoreceriam a imoralidade e promiscuidade. Mais uma vez o contingente indesejável foi expulso do centro da cidade sem que houvesse, no entanto, políticas urbanas que assegurassem sua relocação em outras áreas. Três décadas depois, estudos sobre a distribuição de negros e mulatos na capital mostravam que a população negra era maior em direção à periferia.

Os estabelecimentos de prostituição também foram mais um território alvo de reformas urbanas em São Paulo. Segundo a legalidade urbanística vigente desde final do século XIX, a rua é espaço somente para circulação. Portanto, quem não estiver em movimento é visto como potencialmente perigoso e desestabilizador da ordem. Para não trabalhar na rua, as prostitutas utilizavam as “casas de tolerância” – espaço para o trabalho e moradia – e, que eram considerados no universo de representação social, um espaço de oposição à família, da ameaça à ordem estabelecida. Por meio de reformas urbanísticas, como aconteceu em 1940, com a ingerência do então interventor federal Adhemar de Barros, todos os estabelecimentos de prostituição na cidade deveriam se localizar no Bom Retiro, bairro reduto de judeus. Na época, isso funcionou como uma forma de controle social já que prostitutas e judeus era tomados como “corpo estranho no organismo social” e deveriam, portanto, ser monitorados.

Segundo Sevckenko, a estruturação desse projeto de cidade - no qual as mazelas sociais são (des) locadas legalmente para fora do centro urbano, em lugares onde não podem ser vistas e, dessa forma, não contaminam e “enfeiam” o coração da cidade – é uma estratégia elitista de criar um espaço monofonicamente harmônico, expressão de seus domínios enquanto uma classe social “adiantada”, progressista e consoante com os novos tempos.

No entanto, em oposição a essas estratégias normatizadoras e de dominação autoritária, o território popular resiste e dissemina-se na luta pela apropriação do solo urbano. Apesar de ilegal, o cortiço, por exemplo, não deixará de existir nas primeiras décadas do século XX da capital paulista e podem ser encontrados até hoje. Outra saída encontrada pelos trabalhadores da capital do Estado diante da impossibilidade de residir nas

zonas centrais foi a ocupação da zona rural - com arruamentos de terras municipais devolutas de maneira também ilegal – expandindo as fronteiras da cidade, estruturada pelo aparecimento dos ônibus a diesel²⁴. Hoje são favelas.

Para Rolnik, “o território não-oficializado, irregular perante a lei não irá desaparecer do cenário da cidade; ele sempre se reproduzirá, se reinventará, se relocizará fundamentado em um ‘direito local’, ou seja, uma espécie de direito extralegal criado para amparar a infração da lei”²⁵. Prova disso, foi o relatório organizado pela administração pública que, em 1931, indicou a presença de 1 milhão de habitantes na cidade de São Paulo, no qual 75% deles moravam de forma clandestina, irregular, excluído das benfeitorias de infra-estrutura.

É imperativo, nesse sentido, o travamento das constantes lutas para a apropriação do solo urbano. A cidade configura-se, fundamentalmente, enquanto instância de dominação e resistência dentro de um cenário de “‘fazeres sociais’, de convergências de interesses e representações múltiplas”²⁶. E, nesse sentido, a imprensa, que está inserida dentro dessa lógica de cidade, pode se tornar instrumento de grupos sociais específicos, materializando, expressando, refletindo e categorizando essas lutas. Segundo Cruz, desde o final do século XIX, a imprensa brasileira é importante instrumento no campo da luta e conformação social, capaz de influenciar os pensamentos de seus leitores²⁷, quando esses tomam como verdades absolutas seus argumentos e tematizações.

Ao considerar matérias como espelhos fiéis da realidade, os leitores correm o risco de desconsiderar as práticas e condicionantes envolvidos na elaboração da notícia. Por meio da articulação de importantes teorias do Jornalismo, o tópico seguinte deve expressar algumas dessas práticas e condicionantes e explicitar como eles são determinantes na concepção das notícias e na (re) afirmação de planos e projetos para a cidade.

²⁴ ROLNIK, R. **A Cidade e a Lei**. Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp. 1999.

²⁵ Ibidem.

²⁶ LOSNAK, C. J. **Polifonia Urbana**. Imagens e Representações – Bauru 1950-1980. Bauru: Edusc, 2004. p. 48.

²⁷ CRUZ, H. de F. **São Paulo em Papel e Tinta**: periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

2.1 As teorias do jornalismo: alguns condicionantes na construção da notícia

Desde a década de 1930, quando foi criado o curso de Mestrado e Doutorado sobre Jornalismo nos Estados Unidos, estudiosos tentam teorizar o que seria o jornalismo e responder à pergunta porque as notícias são como são. Várias teorias surgiram desde então sem, contudo, se tornarem um conjunto fechado de explicações, nas quais uma explicação teórica exclui a outra mutuamente. São, antes de tudo, estudos que possuem pontos de conexão e que permitem o acréscimo de pontos de vistas pertinentes desde que sejam resguardados os princípios fundamentais de cada teoria.

Para esse relatório serão expostas algumas teorias que julgamos de grande relevância para a compreensão do processo de produção da notícia e que foram levadas em conta durante a leitura e fichamento do AVAHY-JORNAL, sem negar, dessa forma, a importância de outras teorizações desenvolvidas no campo de saber jornalístico.

A mais antiga de todas as teorias, conhecida como a *Teoria do Espelho*, julga que as notícias são como são porque a realidade assim as determina. Ou seja, as notícias seriam espelhos da realidade e o jornalista, um mero agente reproduzidor dos fatos, aquele que escreve fielmente o que viu e investigou e que não sofre, dessa forma, nenhuma interferência externa e nem é motivado por nenhum interesse pessoal.

Essa concepção de jornalismo ganhou mais força com o desenvolvimento de um novo paradigma nas últimas décadas do século XIX, aquele que separa “fatos” de “opiniões”, no qual as notícias são entendidas como informação, fatos, acontecimentos e não mais como opinião, arma política partidária e que, em última instância, tem a ver com a consolidação do pensamento liberal burguês. Segundo Traquina, “com o novo paradigma das notícias como informação, o papel do jornalista é definido como o do observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais”²⁸. Entretanto, a *Teoria do Espelho* não é suficiente para explicar o processo de composição da notícia visto que parte de uma visão simplista sobre a realidade e exclui qualquer outra possibilidade de interferência externa ou interna na construção do fato.

²⁸ TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. V.1. 2. ed. Florianópolis: Insular. 2005. p. 147.

Nesse sentido, destacamos a *Teoria da Ação Pessoal*, também conhecida como *Teoria do Gatekeeper*, desenvolvida por David Manning White na década de 1950. Segundo essa teoria, as notícias são, antes de tudo, resultado das experiências, crenças e juízos de valor do jornalista, que trabalha como se fosse um porteiro (“gatekeeper”), permitindo a entrada ou não de determinados fatos e pontos de vista na composição da notícia. Dessa forma, o profissional, instituído do saber jornalístico, controla os fluxos de informação, selecionando o que considera essencial para ser publicado, destacando histórias, determinando o *lead*. Para tanto, age de forma arbitrária e subjetiva, sempre motivado pelas suas experiências e expectativas e, assume, portanto, uma visão recortada do que é considerado real.

Também essa teoria limita a possibilidade de interferências externas na composição da notícia como, por exemplo, o papel determinante da linha editorial do meio de comunicação na concepção da notícia, viés que é contemplado pela *Teoria Organizacional*. Segundo essa teoria, impulsionada pelos estudos de Warren Breed, as normas profissionais e a “estrutura burocrática da organização” possuem um peso muito grande na construção da notícia, já que o jornalista se sente pressionado em escrevê-la de maneira a agradar seus superiores e atender à política editorial da empresa para qual trabalha. O medo de sofrer sanções e o desejo de crescer na profissão é um dos motivos que faz com que o profissional trabalhe quase que no piloto automático. Outros fatores que pressionam o jornalista a andar em conformidade com a linha editorial do veículo para qual trabalha são os sentimentos de obrigação e de estima para com seus superiores, a pouca pressão exercida pelo sindicato da profissão, o prazer da atividade e o desejo comum (entre empresa e jornalista) na busca pela notícia²⁹.

Para atender esses fatores, muitos profissionais recorrem a determinadas práticas jornalísticas como, por exemplo, a busca incessante pelo furo, o não questionamento e aprofundamento da pauta que recebe do editor, fazendo somente o que lhe é pedido, a deslealdade com outros colegas de profissão e fontes de informação como a distorção de informações, a cautela em garantir seu acesso a fontes exclusivas, entre outras.

²⁹ TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. V.1. 2. ed. Florianópolis: Insular. 2005. p. 152.

No entanto, é importante destacar que existem variáveis dentro da *Teoria Organizacional*. Um jornalista com “mais nome”, conhecido e respeitado possui um grau de autonomia maior dentro da estrutura burocrática da empresa. Outros fatos a considerar são o posicionamento – ativo ou passivo – do diretor do veículo e o tamanho da empresa. Para Traquina, quanto menor a empresa jornalística, maior o grau de autonomia do jornalista visto que há diferentes estruturas de autoridade e maior flexibilidade na linha editorial. Apesar de levar em conta as influências externas e considerar até mesmo um certo grau de autonomia do jornalista na composição da notícia, essa teoria não se coloca como estudo determinante e, em certa medida, é limitante no trabalho de explicar porque as notícias são como são.

Outras teorias consideram importante analisar o papel social da notícia e as implicações políticas do fazer-jornalismo. Essas teorias, conhecidas como *Teorias de Ação Política* fazem parte de um novo momento dos estudos de jornalismo, iniciado na década de 1960 e influenciado por autores marxistas como Antônio Gramsci e o semiótico francês Roland Barthes. Segundo essa vertente, as notícias são realidades trabalhadas para difundir interesses políticos e econômicos de determinados agentes sociais com acesso aos meios de comunicação, fato posteriormente identificado na análise do AVAHY-JORNAL. Nesse sentido, os jornalistas são tomados enquanto instrumentos que materializam interesses de outrem através das matérias, o que faz emergir com força a idéia de jornalismo parcial, aquele que trata e focaliza os assuntos de acordo com interesses políticos e econômicos do grupo social do qual representa.

Para estudiosos de tendências esquerdistas, por exemplo, os jornalistas trabalham pela manutenção da ordem estabelecida, a serviço do capitalismo e das elites dominantes, impedindo, dessa forma, a quebra do “*status quo*”. Segundo Herman e Chomsky, fatores determinantes para que isso aconteça são: os laços de amizade, cumplicidade e obrigação mantidos entre proprietário do veículo de comunicação e elite política e econômica dominante; a dependência de fontes “oficiais” para a divulgação da notícia como agentes de governo e empresários; a estrutura da própria empresa de comunicação, capitalista, que visa o lucro; a dependência da publicidade como sustentação financeira do jornal; as ações punitivas para aqueles que desrespeitarem essas regras³⁰.

³⁰ Ibidem, p.166.

No entanto, Traquina faz algumas ressalvas ao modelo proposto por Herman e Chomsky na medida em que o considera “estático e unidimensional”. Segundo ele, há sim possibilidade de realizar reportagens de investigação que incomodam a elite dominante e que raramente o jornalista conhece os que fazem parte do conselho administrativo da empresa para qual trabalha. Mesmo assim, consideramos esse grau de autonomia relativo visto que o texto do repórter ao passar por várias instâncias de autoridade na redação (subeditor, editores, chefes de redação e editor-chefe) e, dessa forma, incorpora e corrobora as nuances da política editorial do veículo.

Além das teorias expostas, outras vertentes do estudo de jornalismo apontam para a concepção das notícias enquanto construção, enquadramento, dando origem as teorias conhecidas como *Construcionistas*. Diferente da *Teoria da Ação Política*, por exemplo, essa vertente considera que as notícias não são uma distorção, mas sim a construção de uma realidade socialmente desejável, inclusive de acordo com os paradigmas liberais. Nesse sentido, há uma clara rejeição da *Teoria do Espelho* na medida em que não é a realidade que determina a notícia, mas sim a notícia que constrói uma versão da realidade. Para tanto, os estudiosos dessas teorias defendem a impossibilidade de linguagem neutra. De acordo com essas teorias, o jornalista quando escolhe um verbo, determina a estrutura da frase, seleciona os adjetivos, entre outras práticas, já está sendo subjetivo e agindo determinantemente na construção da realidade. Além disso, os jornalistas estruturam suas representações do acontecimento, ou seja, selecionam e hierarquizam fatos em detrimento de outros, escolhem os enquadramentos e focalizações da notícia (com o *lead*, por exemplo), dão destaque a determinadas notícias, entre outras práticas que contribuem para a construção do real. Fazem isso constantemente motivados por seus pensamentos e juízos de valor e impregnados pela política editorial da empresa.

Entretanto, faz-se necessário destacar que ao se adotar a concepção de construção do real não se quer dizer que as notícias são ficcionais, inventadas, que ultrapassam o campo considerado realidade. De acordo com essa vertente, as notícias são reais e convencionais na medida em que um mesmo fato pode ser visto, entendido e difundido de diversas maneiras, com diversas focalizações e fundamentado em diversas opiniões. Nesse sentido, a *Teoria Interacionista*, uma das vertentes das *Teorias Construcionistas* também

oferece subsídios para pensarmos o que leva uma notícia ser construída de uma maneira e não de outra. Segundo Traquina, essa teoria considera que as notícias são resultado de processos complexos de interação social do jornalista com agentes sociais como, por exemplo, com outros colegas de profissão, com fontes oficiais de informação, com seus superiores, com a sociedade, etc. Dessa forma, a noticiabilidade de um fato é dada devido à interação entre o jornalista com seu ambiente de trabalho e informação.

Percebemos, portanto, que a *Teoria Construcionista* abrange de uma forma ampla também as outras teorias como a *organizacional* e a de *ação pessoal*. Segundo Souza, para essa teoria “as notícias são vistas como uma construção resultante de um processo de interações pessoais, sociais (sistema social, meio organizacional, gestão organizacional, estrutura de propriedade capitalista dos meios jornalísticos, mercado, etc), culturais (sistema cultural, cultura profissional transorganizacional e por vezes transnacional, cultura organizacional, etc), ideológicas e outras”³¹. Essa visão, em particular, foi predominante utilizada no fichamento e análise do AVAHY-JORNAL.

Destaca-se, nesse ponto, que a discussão sobre as bases teóricas é elemento importante para a autora pensar as dinâmicas e transformações da imprensa, já que fornece subsídios facilitadores para análises em torno de critérios de noticiabilidade, estilo e linguagem. Nesse sentido, também é importante para entender a trajetória da imprensa no Brasil, suas tendências de interação social, questões que serviram como referenciais para a análise da produção jornalística do AVAHY-JORNAL. Motivado por tais perspectivas, é que se insere o tópico posterior sobre a História da Imprensa no Brasil, na paulicéia e no interior do Estado de São Paulo.

³¹ SOUZA, J. P. As notícias e seus efeitos. **Biblioteca on-line de ciências da comunicação**. Universidade Fernando Pessoa, 1999. Disponível em: www.bocc.ubi.pt Acesso em: 20 jul. 2007.

1.3 A imprensa no Brasil no final do século XIX: algumas caracterizações

O Brasil demorou mais de três séculos para desenvolver uma imprensa local devido à determinação de Portugal que proibia a fundação de tipografias e o desenvolvimento da imprensa na colônia. Somente com a vinda da Corte Real em 1808, foram fundadas as primeiras tipografias e publicados os primeiros jornais, que, durante algumas décadas, viveram subordinados à censura régia. Essa foi, portanto, o que Juarez Bahia chama de primeira fase da imprensa brasileira e que perdurou até as últimas décadas do século XIX³². Nesse período, os jornais eram muito ligados à questão política do Império e possuíam estruturas financeiras extremamente frágeis, razões suficientes para que fossem subsidiados por partidos e pessoas da esfera política. Tal prática refletia na realização de um jornalismo expressamente comprometido com os interesses de outrem, defensor claro de determinadas causas e ideologias e, nesse sentido, tornava-se até mesmo panfletário, com forte linguagem opinativa, parcial.

Nesse momento, o público atingido por esse tipo de imprensa ainda é restrito, basicamente formado por uma elite política e econômica predominantemente masculina e alfabetizada³³. Apesar disso, a imprensa já se configurava no país como uma importante e eficiente ferramenta de comunicação de massa, que chamava atenção para assuntos locais, provocando sua ressonância nos círculos sociais.

Já com o surgimento de novas tecnologias de produção nas décadas finais do século XIX, a imprensa brasileira inaugura sua segunda fase com particularidades bem definidas no que tange a sua linguagem, sustentação financeira, produção e difusão. Os ideais positivistas e os pensamentos liberais em voga na época foram determinantes nesse momento de reformulação e mudança de paradigmas na imprensa e, nessa fase, há uma forte tendência de efetivação de uma imprensa industrial, capitalista, bem organizada financeiramente³⁴ em relação à imprensa artesanal.

³² BAHIA, J. **Jornal, História e Técnica**. História da Imprensa Brasileira. v.1. São Paulo: Ática. 1990.

³³ SCHWARCZ, L. M. A Imprensa Paulistana In: **Retrato em Branco e Negro**. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

³⁴ SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Segundo Sodré, a passagem do século é o momento de “transição da pequena para a grande imprensa”³⁵. Apesar dos pequenos jornais, de estrutura simples, não desaparecerem do cenário da cidade, as “empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função” são predominantes nesse momento. As rotativas Aluzet, que antes substituíram os prelos de madeira, foram trocadas nesse período pelas italianas Marinoni, com capacidade de produção muito elevada para época. Todo esse aparato, ao mesmo tempo em que garantia a manutenção e o destaque do periódico no mercado, exigia grandes investimentos de seus proprietários que, além disso, deviam ter condições para arcar com os elevados custos de papel.

Com a transformação da imprensa em empresa, diminuíram-se as possibilidades de manutenção de pequenas folhas alternativas em circulação por um tempo significativo, dado a concorrência com os grandes periódicos, propagadores do pensamento liberal burguês. Além dos grandes jornais serem vendidos a preços mais acessíveis (proporcionado pelo elevado número de tiragem), seus administradores tinham maior fôlego para sobreviver diante de crises do mercado e intempéries econômicas³⁶, razões que sufocava os periódicos menores.

Aliada a forte base econômica dos proprietários do jornal, a publicidade também se configura como importante elemento de sustentação financeira da imprensa nesse período. Segundo Cruz, com a virada do século, “o reclame transforma-se numa das formas centrais de financiamento das publicações. O sucesso de um periódico, sua manutenção como uma publicação competitiva e estável, passa a depender cada vez mais de sua capacidade de atrair recursos via propaganda”³⁷.

Além disso, o desenvolvimento da linguagem publicitária – mais ligada à oralidade, à informalidade – também será determinante na reformulação de uma linguagem propriamente jornalística. Para Cruz, “o desenvolvimento do mercado e da linguagem da

³⁵ Ibidem, p. 295.

³⁶ A falência do Barão de Mauá, por exemplo, um dos principais acionistas da então *A Província de São Paulo*, foi responsável pela perda de boa parte das finanças do jornal. Se não fosse um periódico formado por um grupo economicamente (o acionista Rangel Pestana arcou com os prejuízos) estaria fadado a desaparecer.

³⁷ CRUZ, H. de F. **São Paulo em Papel e Tinta**: periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000. p. 156.

propaganda colocou-se como uma forte pressão para renovação/redefinição dos sentidos sociais e da linguagem impressa.”³⁸

Nesse período de transição, o jornalismo de linguagem panfletária, extremamente opinativa e partidária cede espaço para o exercício de uma linguagem mais informativa (mas, nem por isso, não opinativa). Há a tentativa de separação entre “opinião” e “informação” e a soberania do último. A parcialidade existe, mas será, nesse momento, mascarada. A notícia, se antes era vista como mais um dos componentes do jornal, vai se configurar como a sua principal matéria-prima, principal produto que venderá o jornal.

Essa mudança de paradigma guarda raízes na influência do jornalismo norte-americano do final do século XIX, que defendia o dinamismo e a objetividade como receitas para um jornalismo “moderno”. Traquina entende que a adoção desse modelo resultou na exigência de novas práticas e formatos jornalísticos³⁹ como o aparecimento do repórter (figura mítica do jornalismo, que tem a incumbência de ir atrás da notícia e ser o mediador entre as autoridades e a sociedade), a utilização de fontes diversas para a composição do fato (conferindo a notícia variados pontos de vista), técnicas de entrevista e reportagem, a instituição do *lead* (primeiro parágrafo do texto, aquele que tenta resumir o que há de “mais importante” na notícia), entre outras práticas.

No entanto, entende-se nesse caso que não houve uma transposição direta das práticas e técnicas jornalísticas provenientes dos Estados Unidos para o Brasil. A imprensa em nosso país, apesar de ter sido fortemente influenciada pelo modelo norte-americano, também guardou suas especificidades. Práticas como entrevistas e reportagens só seriam amplamente utilizadas na concepção do fato na segunda década do século XX através de repórteres como João do Rio e a supervalorização da informação em relação à expressão da opinião de forma clara, sem máscaras, nem sempre era prática recorrente nos jornais brasileiros até as primeiras décadas do século XX.

Entretanto, o que vale destacar nesse ponto é que houve sim na imprensa brasileira do final do século XIX uma tentativa de adoção de uma linha mais informativa em detrimento da opinativa, pois era isso que vendia o jornal. A opinião do jornal com a

³⁸ Idem, p. 151.

³⁹ TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. V.1. 2. ed. Florianópolis: Insular. 2005.

evolução das técnicas jornalísticas foi, gradualmente, escondida nas notícias, difundida de maneiras nem sempre tão clara.

Nesse ponto, é importante destacar que as reformulações citadas anteriormente (aumento no número de tiragens, linguagem mais informativa, de fácil entendimento) foram acompanhadas também pela expansão do público leitor. De acordo com Cruz, o investimento em escolarização, a “disseminação das práticas da escrita e da leitura e a expansão da imprensa periódica” se constituem em três grandes pilares que contribuíram para o letramento do povo e popularização da cultura letrada. Dessa forma, o aumento do número de tiragens, além de indicar sucesso mercadológico do periódico, também indicava o aumento do número de leitores no final do século XIX.

Nesse contexto, a imprensa (grande e pequena) ganhou destaque enquanto campo privilegiado para a formulação, articulação e expressão de imagens e representações sobre a vida urbana e seus segmentos sociais. Alguns slogans de publicações do início do século são reveladores quanto o que a imprensa acreditava ser o seu papel: “difundir novas idéias de civilidade e progresso”, “difundir as luzes nas classes menos favorecidas de nossa sociedade”, “dar voz ao proletariado”, “propagandar as idéias emancipadoras da humanidade”, “cultivar o gosto pela leitura”, “preparar a juventude para as futuras lutas”, “distrair o povo”, entre outros.⁴⁰

Nota-se, portanto, que a imprensa nesse momento configura-se como importante instrumento político de educação e com a capacidade de influenciar a consciência dos mais variados segmentos sociais, reproduzindo e difundindo imagens e representações sociais e impondo, em última instância, sua ideologia, sua visão de mundo. A seguir, veremos como isso aconteceu na capital paulista, tomando como ponto de partida a atuação do jornal “O Estado de São Paulo” (OESP).

1.4 São Paulo: o projeto liberal do jornal O Estado de São Paulo (OESP)

Também em São Paulo a imprensa viveu um momento de reformulação e redefinição de estilo no final do século XIX. De acordo com Cruz, “como na cidade, onde a modernidade se anuncia através de uma série de novas técnicas e artefatos mecânicos, com

⁴⁰ Ibidem, p. 165.

as novas máquinas de escrever, impressoras e linotipos, a letra de forma acelera seu ritmo”⁴¹ na Capital. Nesse sentido, a trajetória do periódico paulistano O Estado de São Paulo (OESP) é reveladora pois nos fornece subsídios para identificar os caminhos dessa transformação.

Fundado em 1875, o OESP já em 1907 “firma-se como o mais importante jornal do Estado”⁴² em relação a sua atividade comercial e influência política, o mais moderno e com maior tiragem. A primeira rotativa Marinoni foi adquirida pelo periódico na última década do século XIX e elevou as tiragens do jornal de 4 mil para 7.500 exemplares, número que chegaria a 35 mil em 1907. A expansão da folha coincidia também com a expansão da cidade de São Paulo que na passagem do século XIX para o XX recebeu um grande número de imigrantes que se fixaram na capital em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Com os investimentos em educação e na expansão do periodismo, houve avanços no sentido de popularização da cultura letrada e, por extensão, aumento significativo do número de leitores que entravam em contato direto com a visão de mundo propagandeada pelo jornal, expoente maior do pensamento e discurso liberal que vigorava em São Paulo, sob a batuta do Partido Republicano Paulista (PRP).

A idéia de criação de um jornal que oferecesse espaço para a discussão de ideais liberais surgiu na Convenção de Itu, na qual 135 republicanos ligados ao latifúndio de café e as profissões liberais estavam presentes. E para a defesa do setor cafeeiro é que o periódico foi criado, apesar dos representantes do OESP afirmarem por muito tempo o seu não-comprometimento com partidos, defendendo sua neutralidade e imparcialidade diante das questões nacionais.

Entretanto, poucos anos depois, o jornal já apresentava sinais de que seria ele o maior defensor na imprensa das propostas do Partido Republicano em São Paulo e, por extensão, da classe agrária do Estado ligada à cultura cafeeira, principal sustentáculo econômico nacional à época. Sobre isso, Schwarcz afirma que os itens defendidos pelo programa do periódico “basicamente repetia as diretrizes do PR” e, por extensão, da ideologia liberal.

⁴¹ CRUZ, H. de F. **São Paulo em Papel e Tinta**: periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000. p. 179.

⁴² *Ibidem*, p. 182.

Por meio de seus editoriais, artigos, matérias e colunas, defendeu ferrenhamente os princípios liberais na política, economia e sociedade como uma forma de garantir os interesses e privilégios da classe agrária do país e, em especial, a de São Paulo, tomando para tanto paradigmas da vida burguesa como ideal de sociedade. Dessa forma, a atuação excessivamente político-partidária do periódico nos permite dialogar com vertentes do estudo de jornalismo como a *Ação Política* que apontam para a concepção das notícias enquanto ferramentas para difundir interesses políticos e econômicos de setores que se beneficiam com a manutenção da ordem estabelecida.

Fato semelhante fora identificado na análise do AVAHY-JORNAL que assim como OESP era intimamente influenciado pelas necessidades dos grupos economicamente dominantes, principalmente aqueles ligados ao setor cafeeiro. Ambos, ao projetar para a cidade sua leitura da vida urbana, atuaram na vida social enquanto porta-voz de um grupo social específico, impondo à cidade um projeto de sociedade e reduzindo a polifonia do cenário urbano a uma monofonia de dizeres da elite do café. No caso do OESP, entre as diretrizes propostas pelo PRP na época e, conseqüentemente, defendidas pelo jornal estavam os pilares do liberalismo como a descentralização política, a não interferência do Estado na economia, o ensino livre e aprendizagem obrigatória, as eleições diretas sob bases democráticas (a maior representatividade, porém, não significava a diversidade de grupos e pensamentos no poder como veremos posteriormente), a eleições dos presidentes das províncias realizadas pelas próprias províncias, a liberdade de culto, a separação do ensino secular ao religioso, o direito de propriedade privada, entre outros.

Para os representantes do jornal, essas diretrizes trariam o que consideravam como progresso e civilidade para o país. Correntes filosóficas como o positivismo de Comte e o evolucionismo social de Spencer várias vezes serviam de base para a criação de discursos que defendiam a implantação dessas diretrizes. O diretor do jornal até 1885, Alberto Salles, era um dos grandes articuladores desses discursos nos editoriais do periódico. Adepto do positivismo, Salles defendia a ciência como a forma mais correta para explicar todas as questões relacionadas à política, economia e social.

Motivados por princípios liberais e utilizando-se de discursos com teor evolucionista, o jornal defendeu políticas administrativas descentralizadas e maior autonomia dos Estados, já que entendia que “fora um erro terem-se conferido, na

Constituição de 1891, as mesmas prerrogativas constitucionais a Estados como Amazonas, Ceará e São Paulo que tão grande desproporção apresentavam entre si no grau de evolução”⁴³. Partindo desse princípio, o periódico defendia a “emancipação política” de Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais que se encontravam em estágio mais evoluído que os demais e, portanto, deveria receber os privilégios permitidos pelas suas posições política e economicamente estratégicas a nível nacional.

Politicamente, observa-se também que as preferências e destaques dados a alguns personagens políticos variavam de acordo com atuação dos mesmos na esfera nacional. Ou seja, só eram dignos de elogios os políticos que estavam sintonizados com as crenças do jornal, não importando se suas ações atendiam ou não aos interesses da maior parte da população. Esse tipo de comportamento pode ser exemplificado na relação mantida entre o periódico e Getúlio Vargas apontadas pelas autoras Capelato e Prado⁴⁴. Segundo elas, o político foi apoiado e elogiado pelo OESP como candidato ideal para combater a República Velha e instaurar uma nova ordem no país, mais descentralizada, na qual São Paulo deveria receber o “merecido” destaque, nem que isso custasse um acirramento maior das desigualdades regionais no país.

Entretanto, com a adoção – pelo governo federal - de interventores militares nos Estados, os representantes do jornal não se sentiram contemplados em suas reivindicações, pois, segundo eles, a atuação do governo representava “a negação de seu projeto político; ao invés de estar São Paulo na liderança do movimento renovador, a Revolução trouxera o fortalecimento do poder central e jugo aos paulistas”⁴⁵. Além disso, acreditavam que o caráter centralizador de Vargas aproximava-o de regimes políticos de exceção como o fascismo e o comunismo que atacavam diretamente as estruturas políticas, econômicas e sociais defendidas pelos princípios liberais. Prerrogativas como essas foram o bastante para que os representantes do jornal, inflados por sentimentos regionalistas, se tornassem importantes articuladores e financiadores da Revolução paulista de 1932 que tinha como objetivos principais a “defesa de São Paulo” e da “ordem constituída”.

⁴³ Ibidem, p.27.

⁴⁴ CAPELATO, M.H.R.; PRADO, M.L.C. **O bravo matutino**. Imprensa e ideologia: o jornal “O Estado de S. Paulo”. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

⁴⁵ Ibidem, p. 42.

Esse ideal de defesa de São Paulo não esteve presente somente no plano político como também foi objeto de discursos fervorosos no plano econômico. O jornal, apesar de discordar da política, concordava com a política econômica do governo de Getúlio, preocupada com a revalorização do produto nacional, o café. Além disso, mesmo que adeptos dos princípios liberais, em vários momentos o OESP clamou pela intervenção do Estado na economia em prol de contemplar as necessidades do setor agrário, principalmente com a crise de superprodução de 1929. Além disso, sempre defendeu políticas especiais para o café enquanto produto que garantia a riqueza de São Paulo.:

A preocupação com o jornal se concentrava na busca de soluções para os problemas do café, visando a uma política econômica capaz de assegurar maior estabilidade, no mercado externo, ao produto que garantia a prosperidade econômica de São Paulo e o lugar de hegemonia no cenário nacional. Os assuntos atinentes ao produto como balanço mensal (às vezes quinzenal) das exportações por Santos, cotações no mercado externo, problemas das pragas, debates sobre órgãos diretores do café, política cafeeira do governo, etc., eram objetos quase que diário dos editoriais⁴⁶.

Entretanto, no que tange a outros setores econômicos como a indústria, por exemplo, o OESP criticava a intervenção do Estado. Medidas como as que visavam aumento das tarifas aduaneiras para dificultar a entrada de determinados produtos importados no país que faziam concorrência para o produto nacional foram severamente criticadas. Segundo os representantes do jornal, o desrespeito do princípio liberal de não interferência do Estado na economia era o responsável pelo estágio em que se encontrava a indústria nacional no início da década de 1930. Eles defendiam a expansão da indústria num regime de livre concorrência e utilização de matérias-primas nacionais, para que, dessa forma, o setor pudesse “ocupar o lugar que lhe estava reservado no crescimento econômico do país”, sem, contudo, levar em consideração a qualidade e os preços oferecidos pelos produtos largamente importados.

Em vários momentos, no entanto, o jornal mostrou-se preocupado com a ascensão da indústria pós 1930, defendendo muitas vezes a condição essencialmente agrária do país. Dessa forma, o fortalecimento da indústria só seria bem vindo se esse também significasse o fortalecimento econômico de São Paulo, mas, ainda assim, era visto com ressalvas pois poderia significar a decadência do setor agrário.

⁴⁶ Ibidem, p. 68.

Entretanto, não foram somente a política e a economia alvos de intervenção do jornal. Socialmente, o ESP também criou, reproduziu e difundiu discursos, imagens e representações que corroboraram seus interesses de sociedade considerada ideal pela ordem autoritária dominante como, por exemplo, a gradual eliminação do negro no cenário brasileiro e nas ruas centrais da cidade de São Paulo.

Nesse sentido, ele chamava a atenção pelos “aspectos prejudiciais da mestiçagem e o caráter atrasado do elemento de cor” e, dessa forma, valorizava a predominância da raça branca, um dos motivos que o levou a apoiar a imigração maciça do elemento europeu no final do século XIX. Para o governo e elite da época, a vinda do imigrante branco e europeu para o país deveria fazer desenvolver aqui uma cultura próxima da européia, “civilizada e laboriosa”. A elite aristocrática tinha a “crença firme e inabalável na preguiça e na irresponsabilidade inatas das massas brasileiras e mestiças”⁴⁷ corroboradas pelas correntes científicas sobre a inferioridade dos povos não-brancos e miscigenados que imperavam do final do século XIX e da qual o OESP era um dos discursadores.

Muitos defendiam a idéia de que o negro, cansado de servir, desejava, após sua libertação, entregar-se a uma vida de ociosidade. Outros ligavam a imagem do ex-escravo ao malandro, vadio, maloqueiro, afeito a práticas bárbaras como o samba, capoeira e feitiçarias, representações sociais que “justificavam” políticas de repressão policial contra o ex-cativo.

Além dos imigrantes servirem como braços para as lavouras de café, o que já justificaria o apoio do jornal, a sua vinda poderia contribuir para um “branqueamento” da população brasileira (com ressalvas aos asiáticos, julgados pelo jornal como uma raça “inferior”)⁴⁸. Entretanto, nas vezes que o imigrante representou um perigo iminente para a manutenção da ordem política, econômica e social estabelecida com difusão de ideologias anarquistas e comunistas, por exemplo, o jornal julgou apropriada a repressão a todos que faziam parte desses movimentos. Por meio de editoriais e matérias, criou imagens e representações de que anarquistas e comunistas eram, na verdade, desordeiros, bagunceiros,

⁴⁷ ROLNIK, R. **A Cidade e a Lei**. Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp. 1999.

⁴⁸ CAPELATO, M.H.R. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

inimigos da ordem e da sociedade. Com isso o jornal pretendia inculcar nos segmentos sociais a antipatia por esses grupos e, dessa forma, garantir a estabilidade do regime liberal.

Nesse sentido, mais uma vez, observamos a intervenção do OESP, enquanto maior expoente da imprensa liberal paulista no final dos séculos XIX e primeiras décadas de XX, como uma forma de proteger e expandir o discurso liberal, defendendo, dessa forma, um projeto reformista para São Paulo e para a Nação sob a batuta do PRP. Tais aspectos servirão de referência para o estudo do jornalismo do interior e, em especial, para a análise da atuação do AVAHY-JORNAL, enquanto representante uma elite política e econômica afinada com o PRP e com o setor cafeeiro que, até a década de 1930, se mantinha como forte sustentáculo econômico do país.

1.5 Interior paulista: sociedade e imprensa

Conforme já pontuado, o desenvolvimento da imprensa no interior paulista ainda é assunto pouco pesquisado na literatura sobre história da imprensa. Apesar das constantes obras sobre a imprensa de São Paulo, pouco se sabe sobre a evolução das técnicas e práticas jornalísticas nos jornais do interior: quais os jornais existiam, como eram (graficamente, direcionamentos políticos, filosóficos, etc), quais técnicas utilizavam, a que grupos político-partidários pertenciam, que linguagem utilizavam, que pensamentos evocavam. O estudo de Gasmão torna-se uma referência, nesse sentido, na medida em que nos fornece dados interessantes sobre a imprensa do interior do Estado de São Paulo no século XX. Segundo ele, até 1919, do total de 174 municípios paulistanos, “chegavam a 103 as cidades que tinham tido pelo menos um jornal”⁴⁹.

A presença de um periódico numa cidade de pequeno porte configura-se como um importante elemento de informação da sociedade do lugar. É o jornal local que fornece notícias sobre a cidade, seus moradores, sua administração pública e economia e é também por meio dele que a maior parte da cidade se informa. De acordo com Lopes, devido essa

⁴⁹ ALMEIDA, G.T. de. **Imprensa do Interior – um estudo preliminar**. São Paulo: Convênio IMESP/DAESP, 1983. p.46.

estreita ligação entre periódico e público-alvo “há um processo natural de identificação do leitor com o jornal de sua cidade, independente de sua linha editorial”⁵⁰.

Esse vínculo estreito mantido entre jornal, cidade e sociedade faz com que os jornais do interior se tornem instrumentos ainda mais incisivos na afirmação de projetos políticos e lideranças locais, assegurando muitas vezes o uso do jornalismo como instrumento partidário, agente para a manutenção da ordem burguesa que favorece uma minoria. Nesse sentido, assim como observado no caso do OESP, o estudo de Losnak destaca a atuação dos jornais Diário de Bauru (DB) e Jornal da Cidade (JC) enquanto porta-vozes dos desejos e interesses de grupos política-economicamente dominantes em Bauru (cidade de médio porte localizada na região oeste do Estado de São Paulo) nas décadas de 1950, 1960 e 1970.

Além disso, o autor também destaca que ambos os jornais pertenciam a políticos poderosos da cidade: Nicola Avallone Jr. (DB) e Alcides Franciscato (JC). Segundo o autor, em relação ao DB “é possível afirmar que Avallone Jr. o tenha criado em 1946 como instrumento de autopropaganda, abrindo um canal de difusão de suas idéias com objetivos político-eleitorais”⁵¹. Como estratégia de marketing, incorporou um subtítulo ao logotipo do jornal, intitulado “Um Bauruense Lutando Pela Sua Terra e Sua Gente”, que possibilitava uma dupla leitura, podendo, ao mesmo tempo, se referir ao jornal e/ou a Avallone Jr.

Com atuação semelhante, o JC também se portou enquanto veículo de propaganda eleitoral de Alcides Franciscato, político e importante empresário da cidade na área de transportes, contribuindo, dessa forma, para que vencesse as eleições para prefeito em 1969 (derrotando Avallone Jr. do DB) e depois se elegeu deputado federal por dois mandatos. Quando Franciscato foi prefeito, o JC publicava fotos dele na primeira página e notícias sobre obras, atividades, inovações e rotinas da administração. Além disso, “matérias que analisavam as transformações da cidade atribuíam o progresso à grande capacidade de trabalho do prefeito”⁵².

⁵⁰ LOPES, D. F. Em busca de um perfil do jornal do interior de São Paulo. In: LOPES, D.F., SOBRINHO, J.C., PROENÇA, J.L. (Org.). **A evolução do jornalismo em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: ECA/ USP, 1998. p. 106.

⁵¹ LOSNAK, C. J. **Polifonia Urbana**. Imagens e Representações – Bauru 1950-1980. Bauru: Edusc, 2004. p. 85.

⁵² Idem, p. 97.

Por se tratar de assuntos mais próximos da realidade da população (que está intensamente envolvida no cotidiano da cidade), matérias como essas ganham muito mais repercussão no meio social quando comparadas as que se referem à administração pública estadual e nacional, por exemplo. “É no jornal local que o morador busca e encontra, numa linguagem acessível e própria, aquilo que interessa para o seu dia-a-dia”⁵³. Nesse sentido, um jornal de interior que se propõe ser porta-voz de grupos políticos e econômicos específicos tende se eximir da responsabilidade de atuar enquanto mediador entre sociedade e autoridades instituídas. Ressoando os planos e projetos do poder, um periódico não consegue atuar enquanto órgão de fiscalização da coisa pública. Há casos que isso nem interessa, já que o jornal pode estar intimamente envolvido e contemplado pelas políticas locais.

Vale destacar que tal concepção foi levada em conta durante trabalho de leitura e fichamento do AVAHY-JORNAL. Conforme anteriormente destacado, essa pesquisa ao passo em que contribui para o entendimento da produção jornalística do interior, também coloca em foco as dinâmicas e transformações urbanas de Avaí, enquanto uma pequena cidade do interior paulista das primeiras décadas do século XX, que será inicialmente apresentada no tópico seguinte assim como a região da qual faz parte: o oeste paulista.

1.6 Oeste paulista: a marcha do café e a expansão das linhas férreas

Até os últimos anos do século XIX, a região oeste paulista, compreendida entre o centro geográfico do Estado de São Paulo até a barranca do Rio Paraná, era descrita nos mapas do estado como “área desconhecida habitada por índios”, “região de terras devolutas e inexploradas”. Além dos índios, apenas alguns posseiros viviam nessa zona. Muitos deles eram mineiros que vinham fugidos da miséria causada pela crise aurífera por qual passava Minas Gerais; outros eram homens que tentavam escapar do alistamento militar para a Guerra do Paraguai, que ocorreu em 1869.

⁵³ LOPES, D. F. Em busca de um perfil do jornal do interior de São Paulo. In: LOPES, D.F., SOBRINHO, J.C., PROENÇA, J.L. (Org.). **A evolução do jornalismo em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: ECA/ USP, 1998. p. 105.

De acordo com o pesquisador francês Pierre Monbeig, os primeiros registros de terra do local datam de 1856⁵⁴. Até a década de 1880, as terras localizadas próximos ao Rio Bauru – onde futuramente será a cidade de Bauru – era o local em que havia a maior concentração de propriedades rurais e, conseqüentemente, de homens brancos. No entanto, essa povoação ainda é incipiente e só iria aumentar consideravelmente com a chegada de grande contingente populacional para trabalhar na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB).

A ferrovia foi idealizada pelo Plano Geral de Viação Ferroviária de 1890 que tinha como proposta interligar regiões isoladas do território nacional por meio de diversas linhas férreas. Dessa maneira, além de articular as regiões aos principais pólos econômicos, as construções das ferrovias deveriam proteger as fronteiras nacionais, impedindo invasões de países vizinhos. Apesar do plano não ter sido posto em prática, o governo provisório de 1881 concordou em auxiliar na construção de uma estrada de ferro que interligasse os estados de Minas Gerais e Mato Grosso aos principais portos e linhas férreas do país. Assim sendo, determinou-se o traçado da linha e atribuiu-se sua construção à Companhia de Ferro Noroeste do Brasil, a CEFNOB, financiada por capitais estrangeiros e empreitada pela firma do engenheiro Machado de Mello⁵⁵.

A construção da ferrovia iniciou-se em 1905 e teve como ponto de partida o núcleo urbano de Bauru. Durante a edificação da linha férrea, brancos e índios entraram em confronto, muitas vezes sangrento para ambos os lados. A região era habitada principalmente pelos índios das tribos Guarani e Caingangues. Esta última, segundo a literatura oficial, era composta pelos nativos mais difíceis de serem combatidos e aniquilados, e com quais foram travados sangrentos conflitos. Os índios assim como as florestas eram vistos como empecilhos para o avanço do progresso trazido pela ferrovia e deveriam ser “retirados” para dar passagem para “as melhorias”. De acordo com Monbeig, “a oposição indígena na região foi suficientemente forte para frear o início do avanço pioneiro”, mas assinala que a construção da ferrovia Noroeste determinou “declínio definitivo dos índios”. Os que não morreram nos conflitos ou com as epidemias trazidas pelo homem branco, foram recolhidos em pequenas reservas no meio da mata (entre elas a

⁵⁴ MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

⁵⁵ GHIRARDELLO, N. **À Beira da Linha**. Formações Urbanas da Noroeste Paulista. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

aldeia de Aráriba, no distrito de Avaí) em 1912, por meio da intervenção do SPI (Serviço de Proteção do Índio e de Localização do Trabalhador Nacional).

Sem o índio, a exploração e desbravamento da região poderiam continuar. Nesse sentido, a ferrovia Noroeste do Brasil foi “a primeira estrada de ferro do Estado de São Paulo a ‘abrir’ territórios e não como as suas predecessoras a acompanhar a produção cafeeira”⁵⁶ como aconteceu com as linhas da Mogiana, Ituana e Sorocabana. Além das ferrovias citadas, muitas outras só seriam construídas em zonas onde as matas já haviam sido derrubadas, o povoamento numeroso e a cultura de café forte, o que não era o caso da região noroeste no início da construção da NOB. No entanto, é importante destacar que a edificação da NOB também tinha como objetivo corresponder a expansão do café no Estado de São Paulo que já na primeira década do século XX sinalizava para a necessidade de plantação em terra jovens, elemento que garantiria os rendosos lucros do setor cafeeiro, já prejudicados pelos terrenos desgastados das regiões do Planalto Central e depressão periférica.

O café fora, portanto, importante fator de ocupação e expansão da região rasgada pela estrada de ferro. A construção da NOB se deu ao longo dos espigões do vale dos rios Tietê e Aguapeí/Feio, em terras inexploradas, cobertas por matas, propícias às plantações cafeeiras. Segundo Monbeig, até 1905, já era possível encontrar plantações jovens em Jaú, Brotas, Botucatu, São Manuel, Lençóis Paulista, Avaré, Piraju e Salto Grande. A partir das três primeiras do século XX, a marcha da produção cafeeira no Estado para além da terra roxa, em direção a zona oeste, acelerou-se.

Nesse cenário, conforme destacamos, a expansão do café era uma necessidade. Até então, era ele a principal monocultura e fonte de divisas para o país e, para se manter competitivo no mercado exterior, precisava de novas terras ainda mais jovens que pudessem compensar os prejuízos obtidos em outras regiões não mais tão produtivas⁵⁷.

Nessa fase, Monbeig assinala que os cafezais da região da oeste e da Alta Paulista possuirão uma relativa superioridade em relação a outras zonas onde a queda de rendimentos provocada pela crise de superprodução de 1929 foi responsável pelo abandono e destruição de muitos pés de café. Sendo assim, a marcha do café para novas áreas não

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

representava somente uma expansão e avanço da cultura, como também uma espécie de fuga para zonas que garantissem os mesmos altos rendimentos para o setor latifundiário.

Foi assim que o café se consagrou também na região oeste como principal produto econômico (caso também do município de Avaí) e motivou a vinda de muitos contingentes populacionais que viam para a região trabalhar para os fazendeiros ou fazer suas próprias plantações. A presença da ferrovia acelerou-se esse processo de ocupação territorial da região na medida em que os trilhos proporcionavam o desenvolvimento de pequenos núcleos urbanos, além de valorizar as terras, o que atraía a vinda de muitos fazendeiros e empresas loteadoras para a zona.

Nesse ponto é importante destacar que antes da exploração da zona oeste paulista, os posseiros da região delimitavam suas terras de maneiras não muito precisas, seguindo os cursos d'água e/ou outras condições da natureza, pois a terra não possuía grande valorização econômica⁵⁸. Entretanto, essa delimitação “por olho” passa a não existir com a chegada da ferrovia e edificação do núcleo urbano que calca sua ascensão na divisão de lotes precisos, seguindo rigorosas delimitações geométricas. Grandes glebas de terras eram divididas em pequenos lotes similares, como se a terra fosse um perfeito tabuleiro de xadrez, o que evidenciava o caráter comercial e especulativo que a terra passava a assumir⁵⁹.

Outra mudança promovida pela chegada da ferrovia na região foi a relação mantida entre homem e meio. O cotidiano dos núcleos urbanos foi alterado e as povoações cresceram e passaram a adotar um novo ritmo de vida diretamente influenciado pela presença da linha férrea. Em locais onde havia estações ferroviárias, a chegada de pessoas era constante, pois viam na nova região uma maneira de ganhar a vida e auferir lucros. Além disso, a ferrovia também era responsável pelo não-isolamento social da população e alavanca para a exportação de produtos locais para outros centros de comércio.

Também se faz necessário destacar que outra característica conquistada pela região com a vinda da ferrovia foi a exploração e industrialização da floresta por meio da exploração de madeira pelas serrarias fato que também se fez presente no município de

⁵⁸ Ibidem. Sobre isso ver também GHIRARDELLO, N. **À Beira da Linha**. Formações Urbanas da Noroeste Paulista. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

⁵⁹ Ibidem.

Avai. Muitas delas construía seus barracões próximos à estação ferroviária para facilitar o transporte e diminuir o desgaste das toras para outras regiões.

Diante desse cenário de expansão e ocupação, surgiram na zona tipos sociais como os grandes fazendeiros de café, os administradores de ferrovias, os grileiros, os agrimensores, entre outros, e que tinham papel fundamental na distribuição e ocupação do território, compondo a grande heterogeneidade social da zona.

Segundo Monbeig, o fazendeiro, por exemplo, muitas vezes também era proprietário de bancos e ferrovias e ocupava cargos na administração pública – do município, do estado e até mesmo do país – o que lhe garantia a proteção de seus poderes individuais e de classe. É do fazendeiro que surge o coronel enquanto extensão do poder e da influência do grande proprietário rural na região. Como chefe político do local, era ele que organizava as eleições, intervindo, se necessário, para garantir a vitória dos candidatos de seu interesse.

Ao lado dos grandes proprietários de terras também existiam os médios e pequenos proprietários, muitos deles imigrantes, aventureiros, ex-comerciantes, ex-colonos que labutavam sobre um pedaço de terra para tentar se aproximar competitivamente da qualidade dos produtos das grandes fazendas.

Além deles, os grileiros também eram tipos sociais da região da Noroeste nas primeiras décadas de XX. Em uma região como essa, onde há grande quantidade de terras sem registros dos primeiros ocupantes, ser grileiro era uma chance de fazer fortuna fácil com a venda de títulos de propriedades falsificados.

Outros contingentes populacionais importantes foram os imigrantes e os brasileiros vindos na região Nordeste. Esses últimos vinham como mão-de-obra para o desbravamento da floresta enquanto os primeiros vinham, geralmente, como trabalhar das lavouras de café.

Esses tipos sociais acima exemplificados são aqui identificados como o grosso do adensamento populacional da região que, durante as primeiras décadas do século XX, conheceu uma grande explosão demográfica tendo como base majoritária homens na faixa etária dos 18 aos 40 anos, o que conferia para a região uma enorme força de trabalho produtiva capaz de desbravar e desenvolver a região⁶⁰.

⁶⁰ BEOZZO, J. O. Noroeste Paulista: aspectos demográficos. **Revista Vozes**. set./1969. p.776.

Nesse sentido, serão o avanço da marcha de café para além da terra roxa e a construção da linha férrea pela CEFNOB os dois pilares fundamentais para a atração dessa população e desbravamento/desenvolvimento da região.

1.7 Avaí: formação, crescimento e estagnação

Avaí está inserida nesse contexto. Os registros dos primeiros habitantes da cidade, localizada a 327 km da capital São Paulo, datam das décadas de 1840 e 1850 e eram roceiros que viviam da cultura de subsistência em pequenas propriedades rurais no meio da mata⁶¹. Somente sessenta anos depois, no início do século XX, e a partir da construção da estação ferroviária em 1906 pela Companhia de Estrada de Ferro da Noroeste do Brasil, o surgimento e o crescimento de um povoado na localidade vingou.

A estação se configurou como alavanca do crescimento do povoado, consequência da extensão dos trilhos da NOB, e se caracterizava como a primeira conexão depois do ponto de partida do município de Bauru. A construção fora feita em terras da fazenda Jacutinga, de propriedade do fazendeiro e escrivão do cartório de Agudos, major Gasparino de Quadros. Por sugestão do capataz de sua fazenda, João Baptista Dias, o “João Guari”, Quadros doou para a comarca de Bauru o equivalente a dez hectares – cinco hectares doados em junho e os outros cinco em dezembro de 1906 – nas redondezas donde havia se fixado a estação com a garantia da passagem dos trilhos próximos à sua estância. Dessa forma, Avaí nasceu motivada pelos interesses do fazendeiro que via na presença de um núcleo urbano próximo às suas terras a garantia de mão-de-obra farta e barata. Além disso, a existência de uma estação ferroviária próxima à fazenda garantia para Gasparino facilidade de deslocamento de seus funcionários, reabastecimento de mantimentos, escoamento da produção com mais eficácia e rapidez para outras localidades, além da valorização de suas terras.

A partir da efetivação em cartório da doação da área em nome da Igreja Católica e edilidade de Bauru, foi encaminhado para sessão da Câmara, em 1907, um pedido para que contratasse engenheiros com o objetivo de realizar o arruamento no povoado agora chamado São Sebastião do Jacutinga, sob jurisdição de Bauru. Com os lotes traçados,

⁶¹ PITA, V. Histórico. **Revista do 85º aniversário de Avaí**. Avaí, v.1, n.1. p. 05, dez 2004.

vendidos e ocupados – ao todo 31 quadras contando com a esplanada, o cemitério e a praça⁶² -, começaram a surgir os primeiros comércios locais como o Hotel Noroeste, primeiro hotel do povoado, sob responsabilidade do morador Raphael Nocera.

O estabelecimento era indicador da prosperidade do local, com a constante chegada de pessoas que poderiam vir tanto para ficar quanto para passar algumas horas até a chegada do próximo trem. Segundo Pita, a construção do Hotel Noroeste foi facilitado pelos próprios dirigentes da ferrovia NOB, em especial pelo “engenheiro Carlos Gomes Nogueira, que permitiu transporte de alguns materiais de construção por trens de serviço”⁶³. O interesse na construção estava calcado no crescimento do povoado que, nesse sentido, também proporcionava vantagens para o trecho da ferrovia, mais movimentado e com maior circulação de passageiros.

Outro ramo comercial impulsionado pelo desbravamento e desenvolvimento da região foi a instalação de serrarias para a transformação da madeira. Como anteriormente explicitado, essas construções geralmente se davam ao lado da estação ferroviária para que fosse facilitado o transporte das toras para outros povoados vizinhos em crescimento. Lá as transformavam em casas e móveis. Avaí contava com a serraria mais velha da zona da ferrovia noroeste, de propriedade de um dos maiores exploradores de madeira e dono de serraria do povoado, Domingos Zulian.

No que diz respeito à economia, desde sua fundação até os anos de 1950, o café se configurava como o principal produto do município. Segundo Ercilla e Pinheiro, “as terras de Avahy são de primeira ordem, nellas cultivam-se em grande escala café, cereaes, algodão e mandioca”⁶⁴. Em 1927, a produção cafeeira rendeu à municipalidade aproximadamente 8.000:000\$000 e, para o ano seguinte, estimava-se a existência de 5.000.000 de pés.

Sob as lideranças políticas locais, destacamos a figura de Domingos Zulian, comerciante e industrial local muito bem sucedido no povoado, presidente do Partido Republicano Paulista (PRP) em Avaí e que contava com grande prestígio político e social, comprovado pelas páginas do jornal. Ao lado de Juvêncio Silva, antigo capitão da Guarda

⁶² GHIRARDELLO, N. **À Beira da Linha**. Formações Urbanas da Noroeste Paulista. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

⁶³ PITA, V. Histórico. **Revista do 85º aniversário de Avaí**. Avaí, v.1, n.1. p.21/dez 2004.

⁶⁴ ERCILLA, A.M. de, PINHEIRO, B. **Zona Noroeste – 1928**. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista. 1928. p. 202

Nacional, formava uma forte dupla política que mandou e desmandou na cidade até metade da década de 1920. Foram os dois que conseguiram angariar esforços para a elevação do povoado à Distrito da Paz em 30 de dezembro de 1910, o que representou uma grande vitória política e reafirmação das suas lideranças no cenário local.

Em 1918, o distrito passou por várias turbulências político-administrativas, sociais e econômicas. Segundo Pita, “o final da administração do dr. Luiz Vicente Figueira de Mello em 1918 à frente da Prefeitura de Bauru foi um tanto conturbada, gerando uma enorme revolta dos moradores de Jacutinga, pelos transtornos que causou com a imputação de taxas exorbitantes e impostos inadmissíveis aos moradores, fazendo com que lutassem por sua emancipação política-administrativa”⁶⁵. Além disso, o ano de 1918 foi marcado por fortes geadas que destruíram 50% dos cafezais avaienses e a quase total devastação de culturas de arroz, feijão e milho de seus moradores. Se não bastassem as intempéries climáticas, houve também a gripe espanhola que passou pela cidade e ocasionou mortes.

Um ano depois, em 2 de dezembro de 1919, São Sebastião de Jacutinga fora elevado a município, fruto novamente das articulações políticas do coronel Juvêncio Silva e Domingos Zulian. Além disso, teve seu nome mudado para Avahy para se evitar confusões com a cidade homônima de Minas Gerais e também para prestar homenagem a Batalha do Avaí, travada na Guerra do Paraguai, em 1868.

Passados os anos, Avaí crescia e se desenvolvia. Em 1928, um ano após a publicação do primeiro número do AVAHY-JORNAL, a população no município chegava a 22.000 habitantes, contando com os núcleos de São Luiz de Guaricanga e Nogueira que estavam sob sua jurisdição. Hoje, a cidade tem com 4.877 mil habitantes, de acordo com os dados do IBGE. A maior parte da população daquela época, aproximadamente 90% do contingente, se localizava na zona rural, vindo ao povoado para se abastecer de mantimentos e tratar de negócios. Sobre isso, destacamos ainda dados de 1926 que revelam Avaí ser composta por 81% de brasileiros, 2,7% de japoneses, 1,1% de italianos, 0,9% de espanhóis, 0,9% de portugueses, e 12,2% de outras nacionalidades⁶⁶.

Nessa época, segundo Ercilla e Pinheiro, os entrepostos comerciais mais importantes e que empregavam parte da população urbana eram uma indústria de fundição

⁶⁵ Ibidem, p. 17.

⁶⁶ Ibidem, p.203.

de bronze, ferro e alumínio, 3 serrarias, 8 máquinas de beneficiar café, 2 máquinas de beneficiar arroz, uma máquina de beneficiar algodão, 2 ferrarias, uma oficina mecânica, 3 padarias, 2 selarias, 2 hotéis e um cinema. Além disso, a cidade contava com 106 estabelecimentos comerciais, iluminação pública na parte central desde 1914, um posto telefônico e 241 km de estradas de rodagem para veículos⁶⁷.

Até 1930, a urbe viveu sob a batuta do Partido Republicano Paulista (PRP). No entanto, depois de passado um período sem acontecimentos políticos que movimentassem significativamente a população local, fora decretado “estado de sítio” em 1930, durante o movimento que derrubaria a República Velha e, por extensão, afastaria o PRP do poder. Além disso, determinou-se a necessidade de “toque de recolher” depois das 22 horas e “salvo conduto” para os habitantes se locomoverem de uma localidade a outra. Muitos moradores se apresentaram como voluntários para integrar-se às fileiras de combatentes, fato que se repetiria em 1932, contra Getúlio Vargas, “a favor de São Paulo”. Somente nessa ocasião, registrou-se a morte de um combatente: o sargento João Sampaio.

Nas próximas décadas de 1930 e 1940, a cidade diminuiu seu crescimento. Segundo Vivaldo Pita, vários fatores foram responsáveis pela estagnação de Avaí até os dias de hoje. Um deles foi o desaquecimento econômico provocado pela crise de superprodução do café com a quebra da bolsa de Nova York em 1929. Conforme destacamos, o café, até então, se configurava como principal produto econômico da cidade e, apesar de suas plantações terem sido substituídas pelo algodão, Avaí não conseguiu superar sua queda.

Outro ponto importante é sua proximidade com Bauru. Por ser ponta de trilho da ferrovia Noroeste e importante entroncamento ferroviário, Bauru, segundo a concepção de Pita, teria ofuscado Avaí, e a fez perder muitos investimentos privados. Além disso, com a configuração de Bauru como cidade de serviços, muitos de seus moradores pegavam o trem para fazer suas compras, ir ao médico e/ou estudar, o que também representava uma enorme fuga de recursos, condição que se faz presente até hoje.

O não-investimento em educação também é outra questão levantada, já que até 1963 o município contava somente com o ensino primário. Fato comum e constantemente demonstrado pelo AVAÍ-JORNAL é saída dos filhos de fazendeiros e comerciantes de Avaí para estudarem em outras cidades. Muitos deles não voltavam a terra natal depois de

⁶⁷ Ibidem, p.202.

formados. Já os filhos de moradores pobres, sem recursos para mantê-los como estudantes em outras cidades, deveriam se contentar com o estudo até a 4ª série.

E, por último, elenca-se como fator da estagnação de Avaí, a transferência de algumas lideranças políticas para outros municípios como aconteceu com Juvêncio Silva – que foi embora da cidade em 1925. Pita destaca que, desde os tempos de sua fundação, Avaí configurou-se como uma urbe patriarcal, dominada por poucas famílias que investiam na cidade de acordo com os seus interesses. Atualmente, o município tem na prefeitura seu principal empregador. Muitos de seus moradores viajam até Bauru para ir ao médico e fazer compras; outros saem em busca de melhores condições de vida e não voltam mais.

O AVAHY-JORNAL, inserido nesse contexto, é importante ferramenta para entender as dinâmicas e transformações de Avaí na época em que circulou. O tópico seguinte tem como proposta fazer um levantamento dos jornais existentes na cidade até o aparecimento do periódico. Já na parte II desta monografia, faremos a discussão mais detalhada e aprofundada sobre o veículo de comunicação que dá subsídio a esse trabalho, analisando sua forma, linguagem, conteúdo e atuação política.

1.8 A imprensa em Avaí: histórico

Avaí não é uma cidade com tradição jornalística. Seu primeiro jornal surgiu em 10 de abril de 1920 e atendia pelo nome de O AVAHY. Sua criação partiu da iniciativa de Almerindo Cardarelli que, na época, também era diretor-proprietário do semanário O BAURU. Apesar do entusiasmo com que foi lançado durante a sessão de instalação do município de Avaí, o periódico teve vida curta e encerraria suas atividades no ano seguinte.

Poucos anos depois, surgiria O MUNICÍPIO, segundo jornal publicado na urbe que circulou somente durante o ano de 1925. Tanto ele quanto O AVAHY são carentes de informações no que diz respeito a sua atuação e sua produção jornalística. Além disso, não há acervo dos materiais, o que impossibilitou a utilização de ambos para a obtenção de dados e informações sobre o universo urbano da época.

Já a terceira publicação impressa em Avaí, o AVAHY-JORNAL - semanário lançado em 15 de novembro de 1927 - assumiu condições ideais para ser adotado como subsídio para entender a cidade e a sociedade avaiense nos anos de 1920. O periódico teve

duração de pouco mais de quatro anos. Sua última edição data de 27 de dezembro de 1931 e, depois de seu fechamento, Avaí passaria mais de cinquenta anos sem qualquer publicação. Outro periódico apenas apareceria em 2 de dezembro de 1983 e chamaria JORNAL DE AVAÍ. Sob responsabilidade do jornalista Walter Lisboa, o jornal era mensal e parou de circular seis anos depois, em 1989.

Atualmente, a cidade possui a publicação O AVAIENSE, periódico bimestral, que conta com 16 páginas e é produzido quase que na sua totalidade por Vivaldo Pita, memorialista e diretor do museu da cidade. Observa-se que a folha, de *slogan* “A história passada a limpo”, tem como objetivo principal trazer informações históricas sobre Avaí e região. Além de outros temas pertinentes à questão histórica, trata-se da fundação de urbes da região Noroeste, do aparecimento e desenvolvimento da ferrovia nessa zona, faz-se homenagens a antigas famílias, publica-se fotos do início do século. Há também notícias “atuais” como, por exemplo, as que tratam da administração pública em vigência e eventos e informações sobre a cidade. Contudo, essas são poucas comparadas com a quantidade de matérias que tratam da reconstrução do passado de Avaí, o que confere à publicação caráter de “jornal histórico”.

Nesse ponto, destacamos mais uma vez que não há materiais que permitam ao pesquisador uma visão mais aprofundada sobre os jornais O AVAÍ e O MUNICÍPIO assim como o JORNAL DE AVAÍ. Sobre o atual O AVAIENSE faz-se necessário pontuar a falta de um maior distanciamento histórico, o que poderia provocar leituras equivocadas e superficiais pelo pesquisador sobre a atuação do jornal na cidade atual.

Em contrapartida, esses condicionantes não são aplicáveis ao AVAÍ-JORNAL, o que nos direcionou para a sua escolha como subsídio para o entendimento das transformações e dinâmicas sociais e urbanas da Avaí dos anos 1920. O semanário se configurava enquanto espaço de informação sobre a sociedade local, com poucas matérias estaduais, nacionais ou internacionais, com exceção àquelas que surtiem efeitos no cotidiano da cidade como a desvalorização do café a partir de 1929, as eleições presidenciais de 1930, o movimento revolucionário encabeçado pela Aliança Liberal, entre outros momentos determinantes no panorama nacional e que refletiram incisivamente as atitudes das lideranças ligadas à administração pública de Avaí.

É sobre questões como essas que trataremos na parte II dessa monografia, e que corresponde aos objetivos propostos pelo trabalho. Primeiramente, analisaremos de forma detalhada, o planejamento gráfico-editorial do AVAHY-JORNAL no consiste a sua forma, linguagem e perfil político-social. Dessa forma, concluiremos a primeira parte do objetivo, ou seja, a análise do veículo, e que poderá servir de subsídio para futuros estudos sobre o jornalismo no interior paulista, assunto ainda incipientemente explorado no universo acadêmico conforme já pontuado.

Esse estudo e análise mais aprofundada do semanário se fazem necessário visto que será a partir de sua narrativa, ou seja, de seu recorte sobre a realidade da época que julgamos as transformações urbanas, os planos e projetos para o município, os acontecimentos, comportamentos e dinâmicas sociais de Avaí durante o período de circulação do AVAHY-JORNAL, compreendido entre 15 de novembro de 1927 a 2 de dezembro de 1931. Dessa forma, concluímos os outros dois objetivos propostos por esse projeto que consiste na configuração e análise da cidade e do urbano avaiense a partir da leitura e fichamento do AVAHY-JORNAL e que deve contribuir para o entendimento das cidades da zona oeste de São Paulo nos primeiros decênios do século passado.

Parte II

1 AVAHY-JORNAL: descrições, interpretações e análise

1.1 Recursos tipográficos: formatação e conteúdo

O AVAHY-JORNAL nasceu da iniciativa de Carlos Norberto Aliandro, Joaquim Rodrigues Marujo Filho e João Francisco Sornas na última metade da década de 1920, na cidade de Avaí, situada a oeste do estado de São Paulo. Nenhum dos sócios vivia exclusivamente do labor jornalístico: Aliandro, além de redator-chefe do semanário também era farmacêutico, professor e representante comercial do jornal “O Estado de São Paulo”; Marujo era comerciante do ramo de papelaria e mantinha negócios em Marília assim como Sornas, que era proprietário de terras naquele município e quase não vinha a Avaí. Nesse sentido, parece corroborar com a argumentação de Traquina. Segundo o autor, até os primeiros decênios do século XX eram poucos os que conseguiam viver somente do ordenado proporcionado pela atividade de jornalista⁶⁸. Para muitos, o jornalismo era um meio para atingir outros fins, seja na carreira política ou de advocacia seja como uma forma de se destacar socialmente em um determinado grupo social. No caso do AVAHY-JORNAL, percebemos que o impresso não era entendido por seus representantes somente enquanto tentativa comercial, meio de ocupação profissional e retorno financeiro como também uma ferramenta para propaganda política e difusão de projetos políticos e urbanos para a cidade e sua sociedade.

No entanto, apesar de não indicar fundamentalmente um empreendimento comercial, o retorno financeiro proporcionado pelo jornal refletiu essencialmente no tamanho do periódico, ou seja, no número de páginas que poderiam ser produzidos aliados recursos econômicos e humanos. Basicamente, o AVAHY-JORNAL era produzido pelo redator-chefe com a ajuda de colaboradores. Foi composto, durante a maior parte de sua existência, por quatro páginas: duas delas dedicadas a textos e anúncios e as outras duas reservadas integralmente para as publicidades. Porém, por pouco mais de quatro meses,

⁶⁸TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. V.1. 2. ed. Florianópolis: Insular. 2005, p. 78.

especificamente de sua 5ª a 18ª edição, como resultado da grande quantidade de anúncios e propagandas, a folha circulou com seis páginas, fato que só voltaria acontecer em ocasiões nas quais eram publicados os balancetes da Prefeitura e da Câmara Municipal.

O periódico tinha circulação semanal e era vendido por meio de assinaturas anuais pelo valor de 15\$000, ou semestrais pelo valor de 10\$000, o que nos direciona a pensar que fora planejado para que durasse no mínimo um ano. Contudo, acabou existindo por pouco mais de quatro anos, circulando do dia 15 de novembro de 1927 a 27 de dezembro de 1931, totalizando 208 edições.

A empresa também possuía uma tipografia chamada “Tipografia Avaiense”, localizada no mesmo prédio de sua redação. Era lá onde eram montadas as chapas e impresso o jornal, somente em PB (preto e branco). Nesse sentido, vale destacar que enquanto os grandes centros metropolitanos, como São Paulo, já contavam com modernos sistemas de impressão para a época, com “a substituição das antigas máquinas Alauzet pelas rotativas Marinoni, a linotipo e sua variação mais conhecida, a monotipo, elétricas”⁶⁹, o AVAHY-JORNAL dependia ainda da montagem de chapas pelo tipógrafo, fato que indica tanto o baixo investimento em material quanto a pequena tiragem do jornal. Em alguns momentos, podemos observar textos bruscamente cortados porque não “couberam” na chapa, o que revela, além da característica artesanal da montagem das páginas, descuido por parte do tipógrafo e ausência de uma revisão final por parte dos representantes do jornal.

No entanto, é possível identificar certas particularidades na sua montagem que, ao longo de sua existência, conferiram suas características tipográficas. Geralmente, as duas primeiras páginas do semanário eram divididas em quatro colunas separadas pelo traço de três linhas finas pretas e nessas colunas os textos eram dispostos verticalmente. São poucas as edições que fogem desse padrão, no entanto, há casos de editoriais publicados em duas ou até mesmo quatro colunas na horizontal. A disposição de extensos textos na posição vertical, ocupando a totalidade de uma coluna, resulta em uma leitura fragmentada e cansativa ao passo que a disposição dos mesmos na horizontal condiciona a uma leitura mais fluída e contínua, porém esse recurso, com já assinalado, não era muito utilizado.

⁶⁹ BAHIA, J. **Jornal, História e Técnica**. História da Imprensa Brasileira. v.1. São Paulo: Ática. 1990. p. 136.

Além disso, durante as 208 edições, a tipologia usada como fonte era essencialmente pequena, com exceção das fontes dos títulos, um pouco maiores e mais facilmente legíveis. Nesse sentido, vale destacar que as letras necessariamente minúsculas era um recurso que facilitava a publicação de materiais extensos numa mesma página. Por essa razão também, o espaço em branco era pouco valorizado, o que fazia com que os textos ficassem dispostos um ao lado do outro, extremamente próximos. Tal recurso aliado ao uso de fontes minúsculas e a não incidência de imagens como fotografias e ilustrações, além de tecnicamente significar mais espaço para a publicação de caracteres, também dá certo “ar” monótono e pouco atrativo para o AVAHY-JORNAL.

Não há uma preocupação explícita com o arranjo das matérias nas páginas por hierarquização de conteúdo. Notas sobre política, por exemplo, poderiam vir na primeira ou segunda página independentemente do grau de importância assumido pelo jornal, assim também como acontecia com a publicação da coluna esportiva sobre o time de futebol local e as notas sociais. O que se percebe, contudo, é uma tentativa rudimentar de se montar uma chapa com diagramação lógica e padronizada, mantendo o cabeçalho do jornal e a disposição dos textos em quatro longas colunas na vertical.

A primeira página tinha como espaços fixos somente aqueles destinados ao cabeçalho. Geralmente, na “capa” do semanário são encontrados os textos mais extensos, o que faz com que ela se configure como a página mais “carregada” do jornal em relação à diagramação. Além disso, é reservada para a publicação de materiais essencialmente opinativos, com caráter de artigos de fundo sobre os mais diversos assuntos, como também para as notas sociais, poesias e produções literárias. Encontra-se também pequenos anúncios entremeados.

Assim como a primeira página, a segunda também não contém espaços rigidamente reservados para colunas e seções. No entanto, percebe-se uma maior incidência dos textos esportivos, religiosos, das notas sociais, editais de casamento, anúncios do Cinema Ideal sobre o filme da semana, notas sobre melhorias urbanas e da vida cotidiana do local. Assim como a primeira página, é também entremeadada por anúncios e propaganda que indicam a movimentação comercial na cidade: os serviços oferecidos por consultórios dentários e médicos, as vendas de casa no município, as ofertas de terras na região. Dessa forma, assume um caráter mais factual e informativo quando comparada com a primeira.

Ainda nela, notamos a grande incidência de publicação da “Seção Livre”, espaço pago pelos assinantes para a publicação de textos de despedidas, anúncio de vendas, intrigas pessoais, desacordos comerciais, o que lhe confere ares de que “tudo parecia pequeno e familiar”, algo semelhante ao observado por Schwarcz nos jornais paulistas do final do século XIX. Há, nesse sentido, uma linha muito tênue entre vida pública e privada no espaço do jornal, que não impedia que ambas se transpusessem e se entremeassem.

A coluna “Futebol”, que por várias vezes também fora nomeada “Esporte”, também merece destaque visto que é uma constância nas edições do jornal. Basicamente respondia aos anseios e necessidades do time de futebol da cidade, o Esporte Clube Estrela da Noroeste, com a “narração” de seus jogos domingueiros e anúncios dos treinos e jogos semanais. Conferia ao jornal, nesse sentido, o que é chamado atualmente pelos jornalistas de “notícia quente”, ou seja, aquela que atrai a curiosidade do leitor, motivando-o a ler o periódico em busca de informações e resultados sobre os eventos.

Outra maneira de “prender” a atenção do público-leitor é a publicação de folhetins, algo que, segundo Bahia, era adotado pelos jornais brasileiros nos fins do século XIX como prática de venda. Apesar de ser distribuído mediante o sistema de assinaturas, o AVAHY-JORNAL recorreu à publicação de folhetins, também conhecidos como novelas. Ao todo, foram oito publicações folhetinescas, que não duravam mais que um mês, mas sempre eram escritas de forma a atrair a leitura do público para a semana seguinte.

No que concerne a terceira e quarta páginas do semanário, destacamos que elas são, quase que sem exceção, integralmente dedicadas aos anúncios. Somente quando o Diário Oficial do Município exigia maior espaço, as páginas eram ocupadas por outros conteúdos, o que determinava o deslocamento das propagandas para uma quinta e sexta página, eventualmente publicadas pelo AVAHY-JORNAL.

Geralmente essas duas últimas chapas são fixas, ou seja, quase nunca variam de edição para edição. Podiam-se passar meses sem que as chapas de anúncios fossem modificadas, fato que só ocorria quando algum estabelecimento comercial abria mão de patrocinar o periódico. No primeiro ano do jornal, os anúncios são dispostos um ao lado do outro e ficam “amontoadas”, “aglomeradas” devido a grande quantidade. Já nos períodos posteriores, marcados pela escassez patrocínios devido à crise cafeeira fortemente sentida pelo município, a diagramação é mais limpa e sóbria. Há casos de duas e até mesmo uma

publicidade por página e entre elas sempre se destaca a da Tipografia Avaiense, pertencente aos sócios do AVAHY-JORNAL.

Durante os mais de quatro anos de existência, foram publicadas dezenas de anúncios de remédios (Cafiasperina, Calcehina, Elixir Nogueira), da instituição bancária da cidade, de estabelecimentos comerciais (lojas de secos e molhados, hotéis, sapatarias, açougue, oficinas mecânicas), das empresas de fundição de ferro, bronze e aço e de beneficiamento de café e cereais, das empresas de jardineiras que ligavam Avaí à Bauru, Presidente Alves, São Luiz do Guaricanga e Gália, dos estabelecimentos funerários e farmacêuticos, das agências de carros Ford, além da Tipografia Avaiense (anúncio presente em todas as edições).

Como já apontado, as ilustrações eram raras nos textos de caráter mais jornalísticos. A única ilustração do jornal identificada nesse sentido durante os mais de quatro anos de leitura e fichamento do jornal é a publicada na sua primeira edição na ocasião do aniversário de um ilustre falecido da cidade, Dr. Alberto Sales. No entanto, em relação aos anúncios de remédios e carros, elas eram recursos amplamente utilizados. Mesmo assim, até mesmo neles a informação textual predominava em relação à informação visual, não-verbal⁷⁰.

Nesse sentido, o tópico seguinte pretende descrever e analisar a linguagem utilizada pelo semanário, e que caracterizou a produção jornalística do periódico. Dessa forma, contemplará o segundo aspecto de análise do AVAHY-JORNAL proposto por esse trabalho.

1.2 A linguagem no AVAHY-JORNAL: a opinião em primeiro lugar

Para o estudo do estilo de linguagem adotada pelo *corpus* dessa pesquisa, faz-se necessário destacar que partimos do pressuposto teórico de que não há neutralidade em nenhum discurso. O discurso é, antes de tudo, um exercício carregado de parcialidade. Segundo Fiorin, toda fala expressa a formação ideológica de seu enunciador e esta formação, por sua vez, reflete “um conjunto de representações, de idéias que revelam a

⁷⁰ No anexo consta uma cópia do AVAHY-JORNAL.

compreensão que uma dada classe tem do mundo”⁷¹. Ou seja, o ser humano é “produto de relações sociais, age, reage, pensa e fala, na maior parte das vezes, como os membros de seu grupo social. Além disso, as idéias que tem à disposição para tematizar seu discurso são aquelas veiculadas na sociedade em que vive”⁷². Nesse sentido, todo discurso é construído e entremeado pelos conhecimentos e juízos de valor assimilados pelo enunciador enquanto membro de um grupo social e, portanto, afirmador de determinadas imagens e representações sobre o mundo. A linguagem textual é uma maneira de materialização desse discurso e, portanto, está também impregnada de parcialidade.

Nesse sentido, a defesa de uma objetividade e imparcialidade na linguagem jornalística e, conseqüentemente, no seu discurso, parece uma incongruência e faz cair por terra argumentações ingênuas, e por vezes desonestas, dos meios de comunicação atuais. Entretanto, o amparo na objetividade e imparcialidade para a produção jornalística data ainda no século XIX com o surgimento de uma nova proposta de se fazer jornalismo, fundamentada em países como a França, Inglaterra e Estados Unidos. A nova concepção prometia separar fatos de opiniões. Segundo Traquina, esse modelo de imprensa prezava por servir a população e não mais a interesses políticos e estava em sintonia com ideais positivistas que primavam pelo culto aos fatos⁷³.

Conforme já destacamos na parte I desta monografia, no Brasil esses valores ainda estavam começando a despontar. Nas grandes cidades, devido principalmente ao surgimento da concepção de notícia como mercadoria, a informação “objetiva” era uma tentativa da grande imprensa, o que exigia um constante exercício no sentido de evitar a prática da opinião explícita, da parcialidade escancarada nos espaços das notícias. Na “ingênuas” busca pela objetividade imparcial, pela informação “pura”, livre de preceitos e opiniões, os jornalistas afirmavam se agarrar a diversas técnicas como ouvir o maior número possível de pessoas envolvidas num evento e, portanto, ter conhecimento dos vários lados envolvidos numa questão, colocar as opiniões entre aspas e nas falas dos

⁷¹ FIORIN, J. L. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática.1988, p. 32.

⁷² Ibidem, p.29.

⁷³ TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. V.1. 2. ed. Florianópolis: Insular. 2005, p.147.

entrevistados, apurar os fatos com autonomia independentemente de questões políticas, financeiras e/ou sociais, etc⁷⁴.

Entretanto, como já assinalamos, a prática da linguagem nunca é neutra. Até mesmo na busca da objetividade há subjetividade visto a impossibilidade de desenvolver todas as técnicas descritas anteriormente sem ser condicionados por fatores externos (pressão do tempo de fechamento da edição, da linha editorial, da organização burocrática da empresa de comunicação) e internos (valores inerentes à formação humana e jornalística do profissional, por exemplo)⁷⁵. Dessa forma, o que o jornalista faz é a estruturação de um recorte do fato e dos relatos sempre condicionado pelas relações sociais que desenvolve dentro do grupo social do qual faz parte e favorecendo a ideologia que acredita.

Entendemos, portanto, a notícia como construção e não como expressão pura de informação desinteressada, neutra, imparcial. Nesse sentido, dialoga com os pressupostos teóricos defendidos pela Teoria Construcionista sobre a concepção dos textos de jornais enquanto enquadramentos da realidade desejável, socialmente construída. Dessa forma, os jornalistas, motivados por pensamentos, valores, conhecimentos inerentes ao grupo social do qual se insere e condicionados pelos laços de afinidade mantidos com uma elite política e economicamente dominante na cidade, estruturam suas representações do acontecimento, ou seja, materializam, selecionam e hierarquizam fatos, fontes e focalizações. É, portanto, essencialmente parcial.

Nesse sentido, destacamos que a linguagem textual expressa essa parcialidade em graus e dimensões variadas. A parcialidade pode vir camuflada em todo discurso do jornal pela adoção de uma linguagem mais substantivada, mais informativa e mais “objetiva” (no sentido do uso de menos expressões opinativas). Dessa forma, somente uma leitura mais atenta e detalhada da notícia que se diz “informativa” revela a parcialidade escondida nas entrelinhas.

Em contrapartida, essa parcialidade pode também aparecer de maneira mais escancarada, com a adoção de uma linguagem essencialmente opinativa, carregada de expressões conotativas e adjetivadas. E é nessa última linha que se enquadra a linguagem

⁷⁴ Ibidem, p.140.

⁷⁵ Ibidem, p.175.

do AVAHY-JORNAL. Toda a sua produção textual ficava a cargo principalmente do redator-chefe, função que fora por mais de três anos ocupada por Carlos Norberto Aliandro, substituído posteriormente pelos professores Jeronymo Hernandez e Nelson Rebelo. Em comum, os redatores (e também os colaboradores) compartilhavam a linguagem rebuscada, adjetivada e opinativa, que refletia a concepção de fazer-jornalismo do pequeno periódico interiorano e que caracteriza, num discurso mais amplo, a linha editorial do jornal.

Nesse sentido, não há na prática jornalística do AVAHY-JORNAL a intenção de construir uma suposta barreira sólida com a função de separar “fatos” e “opiniões”. Até mesmo nas notícias “mais informativas” sobre inaugurações de prédios comerciais, instituições de trabalhadores, associações de pais e mestres, entre outros, o periódico recorre constantemente aos adjetivos e tece considerações sobre qualquer assunto, fato e acontecimento, independentemente de sua origem (política, econômica e/ou social). A notícia a seguir, sobre a inauguração da Associação dos Lavradores no município, é reveladora dessa prática de linguagem:

[a Associação] vem esboçando um verdadeiro e positivo movimento de classe. A associação que se destina a fins comerciais e representativos, vem tendo mais franco apoio de todos os lavradores, principalmente agora em que as dificuldades comerciais se avolumam. Ella se tornará um facto, soerguendo a lavoura da lectargia, descobrindo os mais amplos horizontes promissores de um futuro que aliás se faz juz.

Mesmo se tratando de uma nota “informativa”, nota-se que a linguagem é essencialmente opinativa e adjetivada (“verdadeiro e positivo movimento”, “amplos horizontes promissores”, “soerguendo a lavoura da lectargia”) como se, além de informar sobre a existência da Associação dos Lavradores no município, também funcionasse como um convite para os demais agricultores se aderirem à instituição. Percebe-se, nesse sentido, a adoção clara de um estilo de texto jornalístico essencialmente opinativo, parcial.

Esse estilo de texto – opinativo e adjetivado – pode também ser observado na notícia sobre o Carnaval de 1929, publicada na edição de número 63. O redator descreve a festa como se fosse um observador participante, exemplificando com minúcias o acontecimento na cidade, deixando transparecer sua parcialidade ao tecer seus comentários, elogios e críticas. Como resultado, aproxima e envolve seu público na leitura.

Embora muitos factores contra, o nosso carnaval foi além da expectativa. No curso de terça-feira, concorreram todos os automóveis da cidade, estabelecendo belle cordão, dando alegria pelos cantos, musica e pelo ancestral Zé Pereira. O curso teve como carro mais bem ornamentado o do snr. Julio Riccò, no qual ia alegre o choro dos operários da officina mecânica que já no dia anterior tinham dado magnífica nota num grupo de caipiras. Dos que se apresentaram fantasiado, primou o snr. Raphael Nocera, caracterisado em gorducha mulher, posuda, cheia de banha, de salto alto, de leque e monóculo, seguido pelo seu auxiliar Leandro, fantasiado em appetitosa creadinha de toquinhas, aventaesinhos, bolsinhas e com mexedinhos. (...) Agora, foliões, só para o ano que vem.⁷⁶

Não há, portanto, nesse pequeno jornal do interior paulista a inclinação à objetividade seca e à linguagem essencialmente informativa, recursos experimentados pela grande imprensa brasileira no século XIX e nas primeiras décadas do século XX no Brasil⁷⁷. Antes, há a existência de uma técnica de linguagem jornalística muito ligada ao rebuscamento, à opinião, adjetivação e parcialidade (no caso dessa nota, por exemplo, revela-se inclusive certo machismo por parte do redator). Tal condição é explícita em grande parte da produção do jornal.

Essa opção pela linguagem mais opinativa em relação à adoção de uma linguagem mais informativa (e nem por isso imparcial) pode ser verificada também na edição número 126 quando o semanário, em comemoração ao Dia das Mães, transcreve uma matéria publicada pela agência de notícia Unidet Press sobre a dor de uma matriarca parisiense ao perder o filho Charles Nunguesser, vitimado por um acidente de aeroplano.

Apesar de tratar de um tema que possibilita a utilização de recursos mais parciais, opinativos, subjetivos, a matéria é mais comedida quanto à linguagem, fazendo uso de mais substantivos do que objetivos e com carácter mais informativo (leva-se em consideração também, nesse ponto, de que se trata de uma tradução). A emoção, quando materializada, vem entre aspas, nas palavras da mãe:

O quarto do filho está sempre bem preparado, com todas as suas coisas, irrepreensivelmente arrumadas, pois acredita que uma noite qualquer, a horas mortas, Charles baterá à porta. As suas camisas, lenços, gravatas e todas as peças de vestuário estão promptas e arrumadas nas gavetas. “Sei que elle mandará notícia por ocasião de seu aniversário” – afirmou a senhora Nunguesser. “Estou-lhe preparando uma linda surpresa. Ninguém me convencerá de que elle não vive mais”⁷⁸.

⁷⁶ Carnaval. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 17 fev. 1929. p.1.

⁷⁷ SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

⁷⁸ Mãe. **AVAHY-JORNAL**. Avaí, 18 mai. 1930. p.1.

Já o AVAHY-JORNAL, ao comentar a matéria transcrita, descreve como “é simplesmente lindo e edificante o exemplo do incomparável amor materno que nos deu a Madame Nunguesser, por ocasião do terceiro aniversário do desaparecimento do seu filho”. Dessa forma, ao mesmo tempo em que demonstra que o AVAHY-JORNAL não estava isolado das práticas jornalísticas realizadas no restante do mundo, revela que o semanário, ao manter contato com outras publicações de características de linguagens diversas as suas, não é influenciado por elas a ponto de mudar radicalmente seu estilo.

Também o público leitor do jornal, habitue da linguagem adjetivada e rebuscada, não se sentia contemplado quando as linhas dedicadas a determinados assuntos eram mais comedidas, com o uso de linguagem mais substantivada, informativa. Sob o título “Recebemos”, o semanário publica a “censura” de uma professora que reclama da insuficiência de recursos lingüísticos para descrever a suposta grandiosidade do evento para comemorar o encerramento do ano letivo do Grupo Escolar, fato justificado pelo jornal pelo pouco tempo e espaço disponível para o fechamento daquela edição:

Esperava, como sua assídua leitora, no numero de domingo que passou, uma notícia mais ampla, mais prolixa e mais minuciosa sobre a festa escolar levada a effeito em 29 de novembro. (...) o snr. podia ter mais longas considerações, usando alguns adjectivos mais para uma notícia que melhor correspondesse ao que foi a festa escolar⁷⁹.

Entretanto, faz-se necessário destacar que a linguagem essencialmente opinativa que caracteriza a produção do AVAHY-JORNAL sofreu um hiato com relação às notas políticas quase como um todo depois do movimento revolucionário de 1930. O semanário que desde seu nascimento era abertamente simpático ao programa do Partido Republicano Paulista, comportando-se, inclusive enquanto porta-voz de seus representantes locais (assunto que será aprofundado no tópico seguinte), utilizará uma linguagem mais objetiva, menos adjetivada e opinativa para discorrer sobre assuntos polêmicos da política getulista, evitando tecer comentários como forma de não demonstrar explicitamente suas preferências partidárias, estratégia que lhe permitiria driblar a censura policial instaurada na cidade.

A adoção de estilo de linguagem jornalística mais informativa com relação aos temas que retratassem de política exprime a auto censura encarnada pelo periódico, surgida

⁷⁹ Recebemos. AVAHY-JORNAL. Avaí, 08 dez. 1929. p.1.

após a circulação de edital publicado no jornal no dia 19 de outubro de 1930 que determinava a repressão de todos os jornais, boletins ou demais publicações que fizessem críticas ao movimento revolucionário e às suas autoridades ou que produzissem notícias, boatos, ou comentários tendenciosos que pudessem fazer apologia às idéias subversivas.

Como exemplo da auto censura nos deteremos no caso das constantes substituições do governador municipal Nuno de Assis (líder do PRP local, escolhido para governar Avaí durante o triênio de 1929 a 1931). Se antes o prefeito era digno de constantes menções elogiosas por parte do jornal, “sempre merecedor da confiança que o município vem lhe depositando”, depois de outubro de 1930 as referências a Nuno de Assis eram feitas de modo comedido, sem demonstrações de entusiasmo e com caráter mais informativo do que opinativo.

Durante os meses de outubro de 1930 e abril de 1931, Nuno de Assis deixou o cargo de governador municipal por três vezes. A primeira vez em que fora substituído, em meados de outubro, o ocorrido é anunciado em pequena nota, com linguagem informativa, sem se ater a comentários, o que revela o sentimento de coação sentido pelo jornal em relação ao novo governo instaurado na União: “Já há dias tomou a direção do cargo de prefeito municipal o snr. João Garcia Villar em substituição do prefeito Dr. Nuno de Assis”⁸⁰.

O mesmo caráter informativo também prevaleceu nas notas que indicara sua volta e informara a sua segunda substituição, desta vez por Antonio J. Andrade, no dia 30 de novembro: “Esta nomeação foi dada no ultimo domingo, quando aqui esteve a Comissão de Syndicancia, chefiada pelo Dr. Octavio Pinheiro Brisolla”.

No entanto, em finais de dezembro de 1930, quando Nuno de Assis volta à administração municipal após ter sido nomeado pelo Interventor Federal João Alberto, o jornal arrisca alguns elogios a Assis, retornando à sua característica principal na produção da notícia política: a opinião.

Pelos jornaes soubemos da nomeação do Dr. Nuno de Assis para o cargo de governador de Avahy, nomeação esta já há muito esperada, pois esse foi o intento demonstrado pela sua população quando, a 25 de outubro, prestou-lhe vibrante manifestação de agrado (esse fato que não fora anteriormente noticiado pelo semanário).

⁸⁰ Prefeitura. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 19 out. 1930. p.1.

O Dr. Nuno de Assis, que viajou sexta-feira para São Paulo para prestar o competente compromisso, deve chegar hoje, pelo primeiro trem, ocasião em que será recebido pelos seus numerosos amigos⁸¹.

Esse caráter é logo desfeito em abril de 1931, quando Nuno de Assis “pede” exoneração do cargo. A linguagem do jornal volta assumir caráter essencialmente informativo, mais seca e comedida nos adjetivos: “Precisando atender a negócios particulares e de seu interesse, (...) o Dr. Nuno de Assis, prefeito municipal, com data de 7 do corrente, enviou ao snr. Coronel João Alberto, Interventor Federal n’este Estado, um officio pedindo exoneração do cargo que vinha ocupando”⁸².

A linha informativa permanece também na nota do dia 19 de abril de 1931 sobre a nomeação do novo prefeito José dos Santos, embora, nesse caso, o jornal já apresente certo tom opinativo e teça ligeiras considerações como exemplificado na passagem: “(...) foi nomeado o sr. José dos Santos, conhecido e bem relacionado morador do município, do qual todos esperam feliz gestão. Congratulamo-nos com a nomeação de que foi alvo”⁸³.

Mais uma vez destacamos que, com exceção dos textos relacionados à política local publicados posteriormente a Revolução de 1930, as outras notícias, editoriais, artigos, contos, seções esportivas e religiosas utilizavam-se de linguagem essencialmente opinativa, subjetiva e adjetivada assim como a maioria dos anúncios publicitários que ocupavam integralmente as duas últimas páginas.

Segundo Cruz, a linguagem publicitária observadas nas revistas paulistas do século XX adotava o hibridismo entre jornalismo informativo e publicidade como estratégia para a venda do produto. Dessa forma, “as qualidades dos serviços e das instalações de uma nova confeitaria, as vantagens do sistema de ensino de um colégio tradicional, a seriedade e cientificidade dos sistemas de produção de um conceituado laboratório farmacêutico, disfarçados como matéria do corpo editorial (da revista) transformam-se em excelentes peças publicitárias”⁸⁴. No AVAHY-JORNAL, técnicas semelhantes eram experimentadas como no caso do anúncio do remédio “Calcehina” (um tônico que tratava de várias

⁸¹ Governador de Avahy. AVAHY-JORNAL. Avaí, 28 dez. 1930. p.2.

⁸² Prefeitura Municipal de Avahy. AVAHY-JORNAL. Avaí. 14 abr. 1931. p.1.

⁸³ Prefeitura Municipal de Avahy. AVAHY-JORNAL. Avaí. 19 abr. 1931. p.1.

⁸⁴ CRUZ, H. de F. **São Paulo em Papel e Tinta**: periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000. p. 158.

convalescenças). O anúncio era formado por uma ilustração e texto que evocava as qualidades do produto e preenchia meia página do semanário:

A saúde das creanças. A Calcehina vale seu peso de ouro. Ao vosso filhinho já nasceu o primeiro dente? Tem elle bom appetite? É elle forte e corado ou rachítico e anêmico? Dorme bem durante a noite ou chora em demasia? Os seus intestinos funcionam regularmente? Dorme com a bocca aberta? Constipa-se com freqüência? Assusta-se, quando dorme? Já leh deu Calcehina, o remédio que veio provar que os accidentes da primeira dentição não existem? Com o uso da Calcehina podem nossos filhos possuir tão bons dentes como os povos do sul da Europa, e se pode dispnesar certas exigências que a moderna hygiene impõe à alimentação das creanças nas localidades falhas de recursos. A Calcehina é sempreutil, em qualquer idade. É um podoroso tonico para os convalescentes. A Calcehina evita a tuberculose, as infecções intestinaes e a appendicite. A Calcehina expelle os vermes intestinaes e crea um meio impróprio a sua proliferação. Uma lata dura seis mezes. Vende-se em todas as Pharmacias e Drograris do Brasil.

Este recurso também é observado nas publicidades dos remédios Cafiasperina e Elixir Nogueira, da Casa Brasil e do Banco Agrícola de Avahy. Esta última, por exemplo, descrevia todas as atividades da instituição bancária, num misto de linguagem informativa e publicitária:

Empresta dinheiro aos senhores Cooperados sobre letras de cambio, promissorias etc; Desconta saques sobre São Paulo e Santos; Emite cheques sobre São Paulo e outras praças; Effectua pagamentos em qualquer praça do paiz; Emite cambiaes sobreo estrangeiro; Encarrega-se da cobrança de títulos nesta e nas demais praças às melhores taxas. Recebe dinheiro em conta corrente, conta corrente ilimitada e a prazo fixo, abonando os seus depositantes os seguintes juros capitalizados de seis em seis mezes: Em C/C de movimento: 4%; em C/C limitada até o limite de 10:000\$000: 6%; em C/C a prazo fixo de seis e doze mezes: 8%.
Sede Rua Coronel Juvêncio Silva. Expediente das 10 às 11 e das 12 ½ às 15 horas. Os correntistas estão isentos de commissão sobre remessa de dinheiro para outras praças.

Há também casos de que ao invés da publicidade se transvestir de caráter informativo, era a informação que se transvestia de caráter publicitário, dando origem às “matérias-publicidades”, ou seja, as notícias que são, na verdade, reclames de estabelecimentos comerciais.

Já os anúncios que entremeavam os textos das duas primeiras páginas (geralmente de consultórios médicos e dentários) são mais objetivos e simples quanto à linguagem. É o caso, por exemplo, da publicidade do consultório médico de Nuno de Assis, que por mais

de três anos revezou-se entre a primeira e a segunda página do jornal. Estava nos seus dizeres: “Dr. Nuno de Assis. Clínico médico, cirurgias e partos. Consultar das 8 às 11. Rua General Osório, 8. Avahy”. No entanto, esse tipo de linguagem era exceção. Tanto nos textos jornalísticos quanto publicitários, conforme já destacamos, a linguagem exercida é essencialmente parcial, opinativa e adjetivada.

Ainda no que se refere às publicidades, faz-se necessário destacar que, além de nos permitir possíveis leituras sobre elementos de sustentação financeira, do índice de prosperidade do periódico e dos serviços e produtos oferecidos na época⁸⁵, também revela um grupo social que mantinha relações estreitas com o jornal. Nesse ponto, enfatizamos os constantes patrocínios de chefes políticos locais ligados ao PRP principalmente como Domingos Zulian (presidente do PRP local e dono das Agências Ford), João Xavier de Mendonça (vice presidente do PRP local e dono de estabelecimento de fundição), Dr. Nuno de Assis (médico e prefeito municipal), Alcindo Zulian (vereador e comerciante), João Garcia Villar (político do PRP posteriormente veiculado ao PD e comerciante), Dr. Carlos Ribeiro (médico e político veiculado ao PD).

Dessa forma, as propagandas, ao mesmo tempo em que proporcionaram independência financeira ao periódico, revela a afinidade editorial mantida entre jornal e lideranças políticas e econômicas da cidade. Esse assunto será aprofundado no tópico a seguir sobre o perfil político e social do AVAHY-JORNAL, finalizando, portanto, o último aspecto proposto pela pesquisa no que se refere à análise do veículo de imprensa.

1.3 AVAHY-JORNAL: a afinidade com o Partido Republicano Paulista

A experiência de vida do AVAHY-JORNAL, lida página a página por essa autora, dialogou fundamentalmente com a assertiva de Sodré sobre a estreita relação mantida entre política e jornalismo nos periódicos de cidades interioranas⁸⁶ e com Bahia que entende a existência de uma estrutura jornalística ainda muito arraigada à questão política⁸⁷ nos primeiros decênios do século XX. Apesar do periódico anunciar, desde a primeira à última

⁸⁵ CRUZ, H. de F. **São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915**. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

⁸⁶ SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

⁸⁷ BAHIA, J. **Jornal, História e Técnica**. História da Imprensa Brasileira. v.1. São Paulo: Ática. 1990.

edição, que “sempre mantivemos uma atitude imparcial, defendendo os interesses do povo, seguindo com altivez o programma traçado, que era o da independência do pensamento, o respeito ao regime e a integridade social”, faz-se necessário destacar sua prática jornalística se revelou bastante comprometida com os ideais e pensares propulsados por um grupo político e econômico na cidade vinculado ao Partido Republicano Paulista, que dominou a cena política local até outubro de 1930, portanto, durante a maior parte da existência do periódico.

Por optar não se assumir declaradamente representante ou simpatizante de nenhum grupo partidário e/ou político, o AVAHY-JORNAL justificava a razão de sua existência se pautando no “índice de progresso e de cultura” que sua existência trazia à cidade, sustentando que “a imprensa traduz civilização, moral, ciência e progresso, alavancas primordiais para o bom desenvolvimento de qualquer localidade”⁸⁸ e, nesse sentido, o AVAHY-JORNAL era, “imprescindível à nossa cidade. Tornou-se necessidade dos que aqui residem”⁸⁹.

Já em sua primeira edição, o jornal se comprometeu a atender “a tudo e a todos”. A intenção orgulhosamente ostentada pelo AVAHY-JORNAL era preencher a lacuna deixada em aberto depois de terem desaparecido os antigos periódicos que circulavam em Avaí⁹⁰, portando-se como de articulador e divulgador das informações sobre a vida cotidiana da pequena cidade.

No entanto, sua ação ia além de um veículo de informação. O periódico significaria, essencialmente, meio divulgador de interesses e propostas político-partidárias de lideranças locais e estas, por sua vez, tentavam transpor para a cidade projetos políticos que atendessem as suas necessidades de classe. Baseada na sua suposta boa aceitação na cidade, o semanário, que fazia “de nossas minúsculas columnas e do nosso modesto periódico (...) um modo que possa concorrer para o brilho de nosso município”, utilizou-se de suas páginas de como meio para atender as elites locais, administradoras do espaço urbano, intimamente ligada ao partido da situação. Nesse sentido, apesar da declarada imparcialidade, a afinidade mantida entre semanário e política local é claramente observada

⁸⁸ O nosso primeiro número. AVAHY-JORNAL. 20 nov. 1927. p.1.

⁸⁹ Novo anno. AVAHY-JORNAL. 11 jan. 1931. p.1.

⁹⁰ AVAHY-JORNAL. AVAHY-JORNAL. Avaí. 15 nov. 1927. p.1. O semanário referia-se ao “O AVAHY”, de 1920, e ao “O Município”, de 1925.

desde seus primeiros meses de vida até a consolidação de Getúlio Vargas na União e do Partido Democrático na cena política da cidade.

Tanto o incremento da publicidade como recurso de manutenção financeira do jornal quanto às notas sociais que, a cada semana, forneciam informações sobre a dinâmica dos moradores - suas atividades comerciais, suas idas a São Paulo ou cidades vizinhas, a saúde e o estudo de seus filhos, os bailes de aniversários de suas esposas – são sinais iniciais do estreitamento do jornal com as elites políticas e econômicas locais da época. Além disso, a representatividade social do grupo editorial também era outra questão reveladora dos laços de amizade mantidos entre os sócios do periódico e elites locais. Nesse sentido, não eram poucas as notas nas quais os representantes do jornal revelavam terem sido convidados para os chás dançantes, os leilões beneficentes, as inaugurações comerciais ou outros eventos organizados pela e para as elites.

Sobre isso, destacamos a edição do dia 19 de janeiro de 1930 na qual o redator-chefe Carlos Norberto Aliandro conta que chegara atrasado à seção de posse dos novos elementos que assumiriam os cargos para vereadores no ano de 1930, juntamente com o chefe político Domingos Zulian. Diante o percalço, perdera a leitura do relatório apresentado pelo prefeito Nuno de Assis sobre o balancete de contas durante sua administração do ano de 1929, lido pelo vereador e também patrocinador do jornal Alcindo Zulian. Segundo o redator, demonstrando um “acto de gentiliza”, o vereador pediu permissão aos demais presentes para que pudesse ler novamente o relatório “para que nós, os atrasados, ouvíssemos”. Aliandro agradeceu e afirmou que “tivemos, por parte do snr. Alcindo Zulian, uma prova de amizade e sympatia que muito nos capturou”.⁹¹

Esse estreito vínculo sustentado entre jornal e administração local também é claro na notícia veiculada no dia 17 de agosto de 1930, na qual o semanário desmente a afirmação publicada no “Jornal da Manhã”, periódico de Bauru, sobre o afastamento do prefeito Nuno de Assis e a entrega da política da cidade para os líderes Domingos Zulian, João Xavier de Mendonça, Gomes Berriel e Francisco Tozoni de Carlis. Aliandro agradece o jornal bauruense pela lembrança “de seus elementos aproveitáveis”, mas afirma, veementemente, que Nuno de Assis não deixará o cargo de prefeito:

⁹¹ Câmara Municipal. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 19 jan. 1930. p.1.

Fallamos com inteira precisão porque o nosso redator-chefe é intimo das rodas políticas, gozando, muitas e muitas vezes, o papel de confidente, com certeza devido ao critério com que tem agido⁹².

Além disso, aproveita o texto para lembrar a todos que o administrador:

tem tido um orientação muito feliz como prefeito (...), inspirando-lhe mais confiança. Tem trabalhado com afinco, em tudo que diz interesse ao município; tem se interessado por iniciativas locais e nas eleições de março [de 1929], foi heroe da defesa da causa governista. Além disso, goza de boa amizade entre todos os seus companheiros, o que nos leva a afastar qualquer idéia da sua retirada do elevado cargo que occupa⁹³.

Nesse ponto, é importante destacar também a nota sobre a escolha da chapa de vereadores pelo PRP que, se eleita, teria por função governar a cidade no triênio de 1929 a 1931. Segundo o texto, “depois de consultado e bem visto os interesses do município e ouvido as correntes políticas” ficaram acertados os nomes para vereadores do médico Dr. Nuno de Assis, dos fazendeiros João Pereira Novo, Oscar Moraes Pessoa e Joaquim Carlos Coimbra (esses dois últimos residentes no Distrito de São Luiz do Guaricanga) e dos comerciantes Alcindo Zulian e João Garcia Villar. Para suplentes, o PRP escolheu Ariovaldo e Anésio Xavier de Mendonça e o médico Candido Pereira. Já para Juizes de Paz, os nomes do fazendeiro Antonio Bernardo da Cunha, do farmacêutico José Feliciano Anthero Roxo e do comerciante João Virginio de Souza foram lembrados⁹⁴. Tanto o jornal quanto o diretório PRPista declararam a confiança na vitória sem discrepância dos escolhidos na urna, fato que seria comprovado no mês seguinte, com o sufrágio de todos eles para administração do município. Diante da escolha dos nomes, que depois de eleita seria alvo de constantes elogios do jornal, o semanário confessa que:

queremos ser os primeiros a declarar o grado que nos proporcionou a chapa para a próxima eleição dos vereadores para o triênio que se aproxima. É ella cheia de gente moça e disposta para a defesa constante dos nossos interesses, substituindo aos que já de há muito vem militando nos cargos árduos e cheios de responsabilidade.

⁹² Vae ser modificado o directório político de Avahy. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 17 ago. 1930. p.1.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ Vereadores. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 30 set. 1928. p.1. Faz-se necessário destacar que dos doze políticos escolhidos, seis eram patrocinadores assíduos do jornal e todos eles eram recorrentemente lembrados nas notas sociais publicadas pelo periódico.

A contemplação em relação à chapa escolhida evidencia, mais uma vez, a afinidade do AVAHY-JORNAL com as lideranças políticas locais do Partido Republicano Paulista como também dá sinais da maneira como o jornal se portaria diante das questões que envolviam planos e projetos para a cidade pleiteados pela municipalidade ou pelo setor privado ligado às elites políticas e econômicas dominantes. Não houve, nesse sentido, a divulgação de qualquer outra chapa que não fosse a do PRP nem a discussão sobre os projetos pensados para o município pelos seus administradores.

Nesse ponto, é interessante destacar as práticas adotadas pelo semanário não eram assim tão distantes da realidade adotada pelo pelos jornais da capital paulista. Essa tese é comprovada, inclusive, com as informações oferecidas por Capelato e Prado ao analisar os posicionamentos assumidos pelo O Estado de São Paulo (OESP) durante a Primeira República. Segundo elas, “a atuação política do jornal se orientava por um projeto idealizado para o Brasil e, para São Paulo, cujas bases se prendiam ao corpo de idéias que compõem a doutrina liberal”⁹⁵, que tinha no PRP um dos principais defensores.

Nesse sentido, ambos os periódicos dialogam com os preceitos defendidos pela teoria da Ação Política, que convergem e exemplificam a atuação do AVAHY-JORNAL. Essa teoria entende o uso jornalismo como meio para a manutenção de determinados grupos no poder, revelando-se extremamente partidário, comprometido em divulgar e ratificar os anseios e interesses de elementos dominantes da política local com acesso aos meios de comunicação, pouco preocupado com os interesses do restante da população.

Para o AVAHY-JORNAL todas as ações dos grupos dominantes são vistas como progressos indispensáveis a Avaí, resumo do esforço de pessoas realmente empenhadas no crescimento e desenvolvimento do município, não havendo, dessa forma, uma posição crítica em relação aos administradores da urbe, e sim uma ratificação dos seus pensares, intenções e interesses. Nas raras oportunidades em que cobrou da administração uma postura mais firme em relação aos investimentos e melhorias físicas locais, como a instalação do saneamento básico, por exemplo, os textos eram repletos de pedidos de perdão pelo “desabafo audacioso”, seguido pela assertiva de que Avaí estava entregue em

⁹⁵ CAPELATO, M.H.R.; PRADO, M.L.C. **O bravo matutino**. Imprensa e ideologia: o jornal “O Estado de S. Paulo”. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. p.23.

boas mãos e a municipalidade com certeza saberia o que fazer para tirá-la da péssima situação econômica na qual se encontrava.

O fato é que, durante a maior parte do período em que existiu, poucas são as vezes em que o AVAHY-JORNAL contemplou discursos divergentes sobre questões político-partidárias, construindo uma narrativa pautada pela unilateralidade, pelos interesses políticos e econômicos das elites da qual se fez representante.

A defesa da instalação de uma instituição de crédito no município, por exemplo, corrobora essa assertiva. A idéia de um banco local partiu do deputado por Santa Fidélis Gomes Berriel, os coronéis João Xavier de Mendonça e Domingos Zulian, o coletor federal Francisco Tosoni de Carles, e os comerciantes João Garcia Villar, Alcindo Zulian e Gustavo Porto. Representavam, portanto, parte da administração pública da cidade e uma elite que mantinha laços muito estreitos com o AVAHY-JORNAL, em especial a família Zulian e Mendonça de Xavier, seja como líderes políticos ou patrocinadores do impresso.

O jornal por quase um ano encampou a campanha para a inauguração do banco local, afirmando que a instituição evitaria o deslocamento dos munícipes até Bauru para fazer transações bancárias e significaria mais uma marca de progresso em Avaí, o início de “uma nova era de realizações” no município. O texto de Augusto Sênior é revelador nesse sentido:

O objetivo do banco é patriótico e alimenta as forças productivas da nação, é humanitário e promove o bem estar moral e material de um povo, é progressista e impulsiona calorosamente todos os empreendimentos de ordem material e estas três razões são mais que suficientes para que digamos bem alto e a bom som da nobreza e do civismo daquelles que almejam dotar Avahy desta instituição verdadeiramente benéfica, e que trará para todo o município uma nova era de realizações e surpresas bellas⁹⁶.

Ademais, a existência de um estabelecimento de crédito local proporcionaria à Avaí o “progresso” já alcançado por outras cidades que entendiam a existência de um banco “como testemunho de adiantamento”:

Eis porque nos falla a necessidade da criação de um Banco local – affirmado em o nosso trabalho, e para o nosso progresso.
Não somos mais os homens de hontem – os valentes desbravejadores do solo bruto, porque o nosso desenvolvimento caminha a passos largos, porque nossas

⁹⁶ A grande obra do momento. AVAHY-JORNAL. Avaí. 26 fev. 1928. p.1.

industrias são fontes de renda, e as nossas lavouras – sólidas economias futuras, representando o trabalho as preciosas de um indestructível capital”.

Por isso é que nossa atenção cahe neste ponto primordial, que hoje deve ser prehendido e compreendido não tão somente pelas classes abastadas, mas também pelo humilde operário, que do labor quotidiano virá collocar numa instituição segura a economia de seu trabalho, para ganhar a tranquilidade de uma velhice próxima⁹⁷.

Percebemos, nesse sentido, que o jornal trabalha com a idéia de que uma economia “segura” como a avaiense precisaria e mereceria um banco igualmente seguro, que batalharia para o desenvolvimento e progresso de todos, dos mais abastados aos mais pobres. Entretanto, quem mais ganharia com o investimento se não os seus próprios idealizadores? E não eram esses os representantes da elite política e econômica dominante na cidade? Destacamos também que após a fundação do banco, ganhou também o AVAHY-JORNAL, conquistando mais um patrocinador para suas edições semanais como agradecimento a sua intensa campanha.

Na nota publicada no dia 25 de março de 1928, um pouco antes da inauguração da instituição, o jornal destaca que acreditava que ter cumprido sua missão de divulgar e amparar o projeto dos elementos que tanto respeitava:

Creemos ter cumprido o nosso dever. Lançado a idéia da fundação de um banco entre nós, cousa hoje vista ser de extrema necessidade, publicamos uma série de artigos, bem longa até, demonstrando claramente as vantagens da instituição bancária. De tudo e a todos fallamos, em todos os pontos tocamos e todas as vantagens salientamos. Nada mais é necessário explicar, pois de tudo já se disse. A idéia está bastante divulgada, conhecida e amparada. Resta agora, que os que a tiverem, venham realiza-la; que os que incitaram tão útil instituição, venham ergue-la e os que trouxeram as primeiras noções de esperança, venham terminá-las⁹⁸.

Essa subserviência aos interesses e projetos de uma classe burguesa intimamente ligada à administração PRpista da cidade não parou por aí. As eleições presidenciais de março de 1930, na qual Julio Prestes era candidato pela situação, também demonstrou claramente o comprometimento do órgão de imprensa com a elite política local, expressando o que sugere Ortet, sobre “a participação da imprensa do interior na vida do município (ainda nos dias atuais) ‘é compromissada e comprometida e, comumente, reflete as tensões, a disputa, a liderança e as paixões políticas presentes no grupo social em que se

⁹⁷ O nosso banco local. AVAHY-JORNAL. Avaí. 18 mar. 1928. p.1.

⁹⁸ O nosso banco local. AVAHY-JORNAL. Avaí. 25 mar. 1928. p.1.

insere””.⁹⁹ Essa condição ficou claramente expressa durante aproximadamente um ano de campanha, no qual jornal destacou quase que semanalmente as atividades do Diretório do PRP na cidade, da qual seu redator-chefe Carlos Norberto Aliandro era membro atuante, e publicou textos enobrecendo as qualidades do candidato oficial em detrimento do pretendente da Aliança Liberal Getúlio Vargas.

Fato interessante se faz necessário destacar é que antes do início das campanhas presidenciais de 1930, o jornal não fizera referência clara à existência de outros partidos ou correntes políticas divergentes no município, dando a impressão de que havia apenas uma representação política local, que era o PRP. Será somente com o começo das campanhas para 1930 que o semanário identifica o Partido Democrático local como força política no meio social avaiense. Há, inclusive, a presença de colaboradores e patrocinadores do periódico como correligionários oponentes, caso de Hildebrando Baptista de Freitas e do médico Joaquim Candido Pereira. Outra questão interessante nesse sentido foi o posicionamento de Joaquim Rodrigues Marujo Filho, um dos sócios do AVAHY-JORNAL, que em meados de 1930 tornou-se um dos articuladores do Partido Democrático local. Mesmo assim, nota-se que apesar da colaboração e da filiação ao membro democrático, o semanário ainda continuou a ser ferrenho defensor dos ideais e elementos do Partido Republicano.

Tal fato modificou-se assim que Getúlio Vargas tomara o poder da União, em outubro de 1930, alterando radicalmente a maneira como o AVAHY-JORNAL se referiria aos assuntos políticos, com a acentuada diminuição de sua parcialidade em relação aos líderes do Partido Republicano Paulista, conforme já fora pontuado. Como também indicado anteriormente, a imposição da censura no município pode ser um dos fatores que motivaram a mudança de comportamento. Além disso, a filiação de Joaquim Marujo, membro do Partido Democrático local, pode ter sustentado a sobrevivência do jornal pós movimento revolucionário. Na edição do dia 12 de outubro de 1930, por exemplo, o semanário dá visíveis sinais de sua mudança no tratamento de assuntos relacionados à

⁹⁹ ORTET apud LOPES, D. F. Em busca de um perfil do jornal do interior de São Paulo. In: LOPES, D.F., SOBRINHO, J.C., PROENÇA, J.L. (Org.). **A evolução do jornalismo em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: ECA/ USP, 1998, p. 123.

política, estratégia para manter-se em circulação, clamando pela atenuação dos ânimos e edificação da paz no cenário político avaiense:

A paz, seja ella em que terreno for, é tão doce, tão suave que, ao mesmo tempo com necessidade de alguns esforços, façamo-la estar sempre entre nós.
Elogiaram-nos pela sensatez de que temos escripto.
Foram, até, elementos democráticos os elogiantes. Vejam agora, os nossos presados amigos, si são aproveitáveis mais essas ponderações acima. Pelo menos, é nossa intenção, que a paz predomine sobre o meio social e político de Avahy¹⁰⁰.

No entanto, faz-se necessário destacar que a ascensão de Vargas ao poder não significou, contudo, uma subserviência irrestrita do AVAHY-JORNAL ao Partido Democrático. A atenuação da parcialidade condicionada ao PRP e o cuidado com o discurso partidário não significou uma mudança radical na orientação editorial do semanário. Mesmo porque ainda continuavam ser publicados questões que se referiam a elite política e econômica PRpista, principalmente no que se refere às notas sociais, espaço onde continuou sendo elogiada e merecendo destaque.

E, nesse sentido, também não seria incorreto afirmar que o semanário teceu inclusive críticas ao novo governo instaurado, nas entrelinhas dos textos. Várias poesias com temas sobre “Liberdade” e artigos sobre a perseguição política implantada pelo governo de Stalin na Rússia¹⁰¹ foram publicados, evidenciando seu caráter ambíguo quando translocados para o momento nacional. Outro texto revelador é o editorial intitulado “Gente-moça” que tinha como mote os constantes editais publicados pelo governo getulista sobre os mais diversos assuntos como, por exemplo, a publicação do decreto que proibia a condução de aves de qualquer espécie “de cabeça para baixo” bem como maltratar os animais em geral publicado no dia 01 de fevereiro de 1931 pelo jornal:

Nessa vontade férrea de tudo reorganizar, os membros do nosso actual governo, quer sejam os secretários das diversas pastas, ou mesmo o sr. Interventor, apresentam quase que diariamente, novos decretos, cada qual mais digno de elogios e boas apreciações. (...) E assim, uma longa serie de bons e fructiferos

¹⁰⁰ Nota política. AVAHY-JORNAL. Avaí. 12 out. 1930. p.1.

¹⁰¹ Conforme já destacamos, Prado e Capelato chamam a atenção sobre o comportamento adotado pela grande imprensa do estado de São Paulo, em especial “o Estado de S. Paulo” que, a princípio, ligava a ascensão de Vargas ao perigo da implantação do comunismo no Brasil. Tal preceito pode também corresponder a maneira como o AVAHY-JORNAL enxergava o novo governo.

decretos, nos quaes se vê como a gente que nos lugares importantes está é verdadeiramente “gente-moça”¹⁰².

Explicitamente, o texto defende que os freqüentes decretos eram resultados da “vontade de trabalhar proficuamente” de “todas as pessoas que acceitaram e se acham à testa dos cargos públicos de importância”. Contudo, nas entrelinhas, revela-se um discurso crítico sobre a forma de governar mediante decretos. Nesse sentido, a expressão “gente-moça” ao passo que pode indicar boa vontade e força para trabalhar (o que poderia, portanto, justificar a grande quantidade de decretos) também sugere inexperiência das autoridades que, apesar de vontade e disposição, muito precisavam aprender com os antigos líderes, mais sábios e experientes de acordo com a visão do jornal.

No entanto, apesar de ainda se referir a elite PRpista local e fazer críticas implícitas ao governo instaurado, pode-se dizer que, até certo ponto, o semanário deu vazão aos interesses e anseios do Partido Democrático que dominava a cena política local como, por exemplo, a defesa pela construção da Santa Casa da cidade, projeto impulsionado por parte dos membros daquele partido. Também colocou em evidência a manutenção de duas classes do Grupo Escolar (ameaçadas de fecharem por falta de recursos financeiros) e a remodelação das ruas da cidade, atos merecedores de elogios por parte do jornal ao prefeito José dos Santos, do PD, escolhido pelo Interventor Federal para governar Avaí depois da saída de Nuno de Assis.

É interessante notar também que com a saída do redator-chefe Carlos Norberto Aliandro, em agosto de 1931, que justificou sua saída do jornal e da cidade para cuidar da saúde de sua esposa em Aparecida do Norte, o periódico perdeu muito no que se refere aos temas e a qualidade dos textos. Nos seis últimos meses de vida do jornal, pouco se falou sobre política, economia e administração pública, com destaque somente à crise em relação ao preço da energia elétrica. Apesar dos substitutos de Aliandro terem sido elementos ligados ao Partido Democrático (os professores Jeronymo Hernandes e Nelson Rebelo, este último substituído por Hildebrando Baptista de Freitas já em dezembro de 1931), o jornal não demonstrava mais sinais do uso da imprensa como instrumento fundamentalmente partidário. Preferia-se, ao invés, dedicar às páginas para a publicação de anedotas e de

¹⁰² Gente-moça. **AVAHY-JORNAL**. Avaí, 08 dez. 1931. p.1.

textos dos estudantes do Grupo Escolar local. Tais aspectos expressavam a nova proposta do AVAHY-JORNAL que, quando da saída do antigo redator, se fez acrescentar a frase “Sem cor política” ao seu cabeçalho.

Nesse sentido, pontuamos que a leitura do periódico nos permite afirmar, sem receio de exagero, que o redator Carlos Norberto Aliandro era a alma do jornal. Na edição de 15 de novembro de 1931, o médico Carlos Ribeiro destaca “a grande saudade que deixou em seu seio tão dilecto, competente e nobre companheiro”, e afirma que o AVAHY-JORNAL fora resultado essencialmente de sua “luminosa inspiração”. Mesmo tendo como sócio um democrata, Aliandro fez valer sua opinião e orientação política até os momentos finais do domínio do Partido Republicano na cidade. Era dele também a maioria dos textos polêmicos e mais subservientes às lideranças e anseios da elite PRpista. No entanto, a ascensão de Vargas e, conseqüentemente, o cerceamento de sua liberdade editorial, aliado com a pouca saúde da esposa, parece ter arrefecido os ânimos de Aliandro e sua saída da cidade também significou a decadência do jornal.

Apesar de sua fase final não corresponder exatamente ao que foi a história de vida do AVAHY-JORNAL, ela é importante para entender e ratificar ainda mais a posição do periódico como porta-voz e representante de um grupo político e economicamente dominante na cidade. O jornal, ao longo de sua existência, selecionou-se e hierarquizou-se fatos e acontecimentos, imprimiu-se “status” de verdade aos pontos de vistas dos elementos do PRP, privilegiou-se e creditou-se fontes específicas ligadas às elites, comportando-se de forma explicitamente parcial a favor dos pensares e ideais do Partido Republicano Paulista.

Essas prerrogativas, entretanto, não invalidam sua utilização como subsídio de informação e discussão para as transformações urbanas e a difusão de representações sociais para a cidade e seus moradores no final da década de XX. Conforme já destacamos, a narrativa dos fatos pode sinalizar para a predominância de um ponto de vista, de um pensamento, de uma corrente que atenda aos interesses de grupos específicos da cidade. No entanto, o relato unilateral também aponta indícios que permitem reconstruir tanto o fato como as tensões e conflitos sociais amenizadas pelos registros oficiais.

Dessa forma, nos tópicos seguintes, o jornal será entendido não só como representante ferrenho de determinados grupos sociais ligados ao poder administrativo da

cidade, como também um observador e divulgador das relações e transformações que se constroem diante de si, em um mundo no qual está intimamente envolvido.

Os itens posteriores a esse discorrerão sobre a organização política e administrativa de Avaí para que em seguida possamos conhecer e discutir a espacialidade dessa cidade: seus recursos urbanos e infra-estrutura que caracterizam planos e projetos para a cidade no período correspondente aos anos de 1927 a 1931. Nesse sentido, visa dialogar com a tese de que, conforme já destacamos na parte I desta monografia, vê na função de (re) organização do espaço urbano a expressão do domínio de uma classe social sobre a outra, respaldado pela administração local. Conhecer os grupos que ocupam o poder, suas ligações político-partidárias, suas atividades econômicas e necessidades urbanas, é uma forma de conhecer a cidade. Tais pressupostos como já demonstrados foram os nortes desse estudo. É sobre isso que trataremos no capítulo a seguir.

2 A CIDADE NO AVAHY-JORNAL

2.2 A política em Avaí

2.2.1 O domínio do Partido Republicano Paulista no município

O período de cobertura da vida política avaiense feita pelo AVAHY-JORNAL até outubro de 1930, conforme pontuado, expressou o domínio das lideranças veiculadas ao Partido Republicano Paulista e do qual Nuno de Assis foi expoente máximo, depois de substituir o fazendeiro João Pereira Novo, que ocupou o cargo de prefeito do município até janeiro de 1929. Todos os cargos de administração pública provinham de homens do PRP local, figuras políticas que contavam com grande prestígio social na cidade. Além dos já citados Nuno de Assis e João Pereira Novo, Domingos Zulian, João Xavier de Mendonça, Alcindo Zulian, Antonio Bernardo da Cunha, Elias Xavier de Mendonça e João Garcia Villar são nomes que constantemente aparecem relacionados à movimentação política local da época, e se configuram enquanto representantes das profissões liberais e do setor agrário exportador da monocultura do café, produto que, como demonstrado, até a década de 1950 se configurava enquanto a principal cultura e recurso econômico de Avaí¹⁰³.

O domínio da política por cafeicultores e profissionais liberais ligados ao PRP na pequena cidade do oeste paulista refletia o panorama político vivenciado a nível regional, estadual e nacional na época, que havia se consolidado no país desde a instauração do regime federativo. Com o advento da República fora promulgada a Constituição de 1891, impondo ao país o sistema de Federação que, em seus preceitos básicos, determinava a independência e autonomia dos Estados em relação à União, fator essencial para a ordem econômica liberal que se consolidava baseada na exportação da monocultura do café. Esse, desde o final do século XIX, representava a principal vedete da economia brasileira e tinha São Paulo como seu principal representante. Transformados em números, o Brasil produzia

¹⁰³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE. 1957, p.95.

dois terços da produção mundial, sendo as fazendas paulistas responsáveis por 70% desse total¹⁰⁴. Diante disso, segundo Souza, é categórica ao afirmar que:

suas necessidades de expansão [da economia cafeeira], estimuladas pelo mercado externo, estavam contidas pela rígida concentração monárquica. Nesse sentido, o movimento republicano, ao lutar pela autonomia regional de modo a promover ligações diretas dos Estados com o mercado internacional sem as injunções da União, simbolizava as reivindicações daquele setor. Estabelecidos tais pontos, é possível afirmar que a Federação surge em atendimento às necessidades de expansão e dinamização da agricultura cafeeira¹⁰⁵.

Ribeiro Junior também é enfático ao declarar que “quando o interesse regional e a ordem econômica e social interna do Brasil se aliaram aos fatores ideológicos de ordem externa houve a proclamação da República”¹⁰⁶. Um desses fatores foi a necessidade da adoção de um discurso e de um ideário político liberal pelos congressistas brasileiros, forma encontrada para manutenção de políticas públicas que garantiam a alta rentabilidade econômica do setor produtivo do país.

Sobre isso, é importante enfatizar de que não há no Brasil a implantação “pura” dos preceitos defendidos pelo liberalismo econômico, mas sim a incorporação de alguns elementos da visão liberal, cujo carro forte é a não intervenção da União na economia, seguido pela prática da livre concorrência. Souza chama a atenção para o fato de que:

Os exportadores brasileiros, especificamente aqueles ligados ao mercado cafeeiro que detinham o monopólio do fornecimento do produto para o consumo mundial, mostravam-se permeáveis à lógica do liberalismo econômico, segundo a qual a liberdade de iniciativa e de comércio resultava no predomínio de melhor produto ao menor preço¹⁰⁷.

Nesse sentido, a federalismo garantia as condições ideais para o desenvolvimento e estruturação da economia cafeeira no país - calcada no discurso do liberalismo econômico - ao passo que dava carta branca às federações para que fechassem os melhores acordos

¹⁰⁴ LOVE, J. A **Locomotiva**. São Paulo na Federação Brasileira. 1888-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982, p.65.

¹⁰⁵ SOUZA, M. do C.C. O processo político partidário na Primeira República. In MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. 14ª ed. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 164.

¹⁰⁶ JUNIOR, J.R. O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas. In MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. 14ª ed. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 160.

¹⁰⁷ SOUZA, M. do C.C. O processo político partidário na Primeira República. In MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. 14ª ed. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 167.

internacionais para o seu Estado sem, contudo, se submeterem ao aval da União. Tal condição era primordial para a hegemonia dos Estados economicamente mais fortes, dentre eles São Paulo, que controlava mais da metade da produção nacional de café.

Entretanto, a nova ordem política e econômica consolidava um caráter ambíguo à Primeira República: ao mesmo tempo liberal e oligárquica. Apesar da adoção dos princípios liberais que regula os limites da interferência do Estado na economia, a classe agrária exportadora permitiu-se recorrer às medidas apoiadas no governo desde o início do século XX com a inauguração da chamada política de valorização do café, que garantia aos seus proprietários rendosos lucros e alto nível de renda. Sobre isso, Boris destaca que:

Ao verificarem-se os resultados favoráveis da política empreendida por Campos Sales, a burguesia cafeeira ficou em uma situação particularmente difícil se levarmos em consideração que, desde o início do século XX se abria uma crise de preços do café, resultante da superprodução, que começava a surgir no mercado internacional. Não podendo contar com o instrumento da desvalorização cambial, o setor cafeeiro elaborou a política de valorização, iniciada no convenio celebrado em Taubaté em 1906, por iniciativa dos Estados cafeicultores e encampada pelo governo federal¹⁰⁸.

A defesa dos altos rendimentos do setor cafeeiro era garantida pelos grupos políticos condutores dos processos políticos na Primeira República e que mantinham laços estreitos com o setor do café, sendo, muitos deles, grandes proprietários de terras destinadas ao cultivo do produto. Uma dessas práticas intervencionistas foi a instauração da Caixa de Conversões que comprava, por preço superior ao do mercado, as dívidas contraídas pelo setor agroexportador no mercado exterior. A compra do café excedente por parte do governo era outra medida que garantia o equilíbrio entre a procura e a oferta do produto no mercado e, dessa forma, dava o suporte necessário ao sucesso financeiro dos produtores. Dessa forma, o contraditório liberalismo da Primeira República ateve-se essencialmente a autonomia governamental das unidades da Federação, cujos prejuízos continuavam a ser pagos pelo Estado e pelo dinheiro público.

Outra contradição do regime republicano dizia respeito à participação política. A instauração do regime democrático tinha um conteúdo apenas formal pois a representatividade popular significava, antes de tudo, a ratificação das decisões oficiais,

¹⁰⁸ FAUSTO, B. A Revolução de 1930. In MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. 14ª ed. São Paulo: DIFEL, 1984. p.228.

avalizando à elite política e econômica dominante no país uma participação política restrita aos seus representantes. Para Souza, o mecanismo da ampliação do regime representativo foi a forma de manter a eficácia e validade da classe dirigente perante as coletividades e era garantido pela fraudulenta máquina eleitoral.

A Constituição de 1891 determinava o voto descoberto, condição que permitia o controle da votação pelos coronéis municipais, principais sustentáculos das oligarquias estaduais e federais, já que instituíam em seus municípios verdadeiros currais eleitorais baseado nos vínculos de apadrinhamento e repressão:

Despejando seus votos nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais, os dirigentes políticos do interior fazem-se credores de especial recompensa, que consiste em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação no município. Essa função eleitoral do “coronelismo” é tão importante que sem ela dificilmente se poderia compreender o *dout dês* que anima todo o sistema. O regime federativo também contribuiu, relevantemente, para a produção do fenômeno: (coronelismo) ao tornar inteiramente eletivo o governo dos Estados, permitiu a montagem, nas antigas províncias, de sólidas máquinas eleitorais; essas máquinas eleitorais estáveis, que determinaram a instituição da “política de governadores”, repousavam justamente no compromisso coronelista¹⁰⁹.

Nesse sentido, a máquina eleitoral fraudulenta consolidava legalmente o domínio do poder por aqueles de maior peso econômico e demográfico visto que os dois maiores produtores da cultura do café, São Paulo e Minas Gerais, também contavam com os maiores colégios eleitorais e, portanto, poderiam eleger e dominar a bancada do Congresso de acordo com o sistema de proporcionalidade representativa. Baseado nessa lógica, os representantes do café sob a batuta dos Partido Republicano Mineiro e Paulista se mantêm firmes nos órgãos federais, contribuindo para a consolidação da “política dos governadores” que consistia, fundamentalmente, no revezamento de presidentes mineiros e paulistas no poder da Nação:

No sistema constituído, os verdadeiros protagonistas do processo político eram os Estados, os quais, dotados dos necessários suportes legais, dominavam a política nacional. Em troca da garantia de autonomia, sem intervenção da União e com direito de controlar as nomeações federais, os Estados davam apoio ao Presidente da República, sem o qual este não subsistiria no poder. Embora tal compromisso não se concretizasse em relação às pequenas unidades da

¹⁰⁹ LEAL, V. N. apud SOUZA, M. do C.C. O processo político partidário na Primeira República. In MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. 14ª ed. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 184.

federação (...) esse era o princípio implícito nas relações da União com os Estados¹¹⁰.

É nesse contexto que se insere a política de Avaí durante os anos de 1927, 1928 e 1929. Era o diretório do Partido Republicano Paulista que organizava o alistamento eleitoral e a eleição na cidade garantindo, dessa forma, o funcionamento da máquina baseada na fraude da votação e na intimidação dos eleitores. Na notícia sobre as eleições para senadores e deputados de 24 de fevereiro, o jornal faz questão de destacar que o pleito aconteceu de maneira calma e sem conflitos. Nas urnas, é claro, o resultado não poderia ser outro se não a vitória dos candidatos da situação por 379 votos contra 22 destinados aos concorrentes democratas. Na publicação do boletim republicano para essas eleições, os representantes do diretório não julgaram necessários esclarecer quem eram os candidatos do Partido Republicano já que “são verdadeiramente conhecidos pelos serviços prestados ao Estado”. Essa nota é muito elucidativa pois demonstra o mecanismo fundamental dos currais eleitorais: não importa saber para quem se está votando nem conhecer os projetos políticos dos candidatos, o que importa é votar nos pretendentes oficiais.

Como já citado anteriormente, todo o esforço dos coronéis em garantir a manutenção no poder dos quadros estaduais e nacionais ligados ao Partido Republicano Paulista era recompensado. Nessa barganha, Souza chama a atenção para o fato de que “o município, ao não entrar nas regras do jogo, teria muito a perder, e, ao cumpri-las, ganhava o que podia receber”¹¹¹. Com as lideranças de Avaí não seria diferente. Na edição do dia 26 de janeiro de 1930, o jornal anuncia que a criação do Grupo Escolar fora recebida com fogos de artifício na cidade e destaca que a atuação do prefeito Nuno de Assis, do presidente da Câmara Alcindo Zulian e do diretor das Escolas Reunidas Leonardo Banducci fora fundamental para conseguir junto ao governo estadual o melhoramento para o município, significando uma “bellissima victoria da política dominante, conseguindo-o (...) graças a influencia e valor político” dos representantes administrativos de Avaí:

¹¹⁰ SOUZA, M. do C.C. O processo político partidário na Primeira República. In MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. 14ª ed. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 185.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 186.

Essa criação de que estamos fallando é o resultado como premio dos esforços que empregaram. Nossos agradecimentos ao Governo do Estado e Secretaria do Interior pelo melhoramento para Avahy praticado¹¹².

O mesmo processo de “troca de favores” e o jogo de influências políticas foi observado com relação a reconstrução da ponte do Rio Batalha, principal via de comunicação entre Avaí, as fazendas, Bauru e a capital. As fortes chuvas o mês de janeiro no verão de 1929 ocasionaram a queda da ponte, dificultando, dessa forma, o trânsito de pessoas e cargas entre a cidade e as demais localidades. Na edição do dia 17 de fevereiro, o jornal destaca a dependência do município com relação ao trajeto e afirma que “agora mais do que nunca se está compreendendo o valor extraordinário daquela simples ponte de madeira”. Diante do percalço, o periódico sugere:

Não é propicia a occasião para que os dirigentes políticos locais, os dirigentes políticos da zona se interessam junto ao governo [do Estado] para que seja por elle construída de uma maneira sólida como a do cimento armado?¹¹³

A cobrança era baseada na justificativa da ponte por ser uma via de comunicação utilizada não apenas por Avaí, mas por diversas localidades da região centro-oeste, era de responsabilidade do governo estadual, que, portanto, teria que disponibilizar recursos advindos do pagamento do imposto estadual sob veículos para que fosse feita a sua reconstrução. Além disso, o periódico sugere uma atuação firme da imprensa de toda a região, afirmando que:

seria bom que os organs de imprensa do todas as comarcas e municípios da Noroeste esforçassem a defesa junto ao governo para que o nosso prefeito, independente de seu valor pessoal, mostrando ao presidente os muitos pareceres da imprensa noroestina, mais facilmente obtivesse o que com razão queremos: um ponte de cimento armado.¹¹⁴

Passadas algumas semanas, a administração local anunciou a construção de uma ponte improvisada para normalizar a situação do trânsito no local. O fato foi visto com agrado, porém o jornal fez questão de destacar que a edificação era provisória e “a tal ponte

¹¹² Grupo Escolar. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 26 jan. 1930. p.1.

¹¹³ A ponte do Rio Batalha. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 17 fev. 1929. p.2.

¹¹⁴ A ponte do Rio Batalha. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 03 mar. 1929. p.1.

de cimento armado deve ser atendida [pelo governo estadual], a não ser que os nossos políticos não sejam bem olhados por motivos que não sabemos porque”.

Finalmente em maio, quatro meses após a queda da ponte, o governo do Estado mandou o engenheiro W. Filinger, da Diretoria das Estradas de Automóveis, para fazer um levantamento da área onde seria construída a nova ponte do Rio Batalha. O texto explicita que a ponte não será mais construída com cimento armado “que já se esperava, e sim uma sólida e bem acabada ponte de madeira, que durará, por certo, umas dezenas de anos”¹¹⁵.

No entanto, será somente no final de janeiro de 1930, um ano depois e há um mês das eleições presidenciais, que a administração municipal anuncia a liberação da verba estadual para a construção definitiva da ponte do Rio Batalha, numa clara expressão de barganha política entre município e Estado devido a proximidade das eleições.

Ao dar a notícia, o jornal discorre sobre a atuação do prefeito da época, Nuno de Assis, no seu empenho de conseguir o melhoramento ao município e revela as práticas mantidas entre política local e estadual:

Deixou de ser uma mytho a ponte do Rio Batalha, em torno da qual muitos e muitos comentários foram tecidos.

Os esforços dos dirigentes do município, bem como do deputado da zona, já estavam se acabando, pois não era pouca a desilusão que o governo causava, quando definitivamente, ficou assentada a sua construção.

(...)

Mas, a sua primeira doação, o seu primeiro volver de olhos para nós, foi de um modo deverás amigo, donde se deduz que delle não somos esquecidos.

Ao se apresentar as felicitações ao município, pela magnífica obra já iniciada, sejam ellas em primeiro lugar dirigidas aos nossos chefes, notadamente ao Sr. Nuno de Assis, prefeito que ingestes esforços empregou para a realização de tão grande melhoramento de interesse geral da zona e do estado¹¹⁶.

A doação da ponte e a inauguração do Grupo Escolar em período tão próximos das eleições presidenciais se configurariam como moedas de trocas pelos votos do município. Na mesma edição em que anunciou os feitos, o jornal, enquanto representantes das lideranças políticas do Partido Republicano na cidade, declarou:

Resta que o povo avahyense também se mostre amigos de seus amigos, retribuindo com gentilezas e boas acções aos que o beneficiam, pois, não só outro modo de se manifestar existe, como é esse o mais franco e viável.

¹¹⁵ A ponte do Rio Batalha. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 29 maio 1929. p.1.

¹¹⁶ A ponte do Rio Batalha. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 26 jan. 1930. p.1.

O cohorte político dominante trabalha, bem o como o Paiz todo, para as elleições de 1º de março. Sigamos o que nos determina o Directorio de Avahy, pois, embora seja um sacrificio nosso, elle bem o merece, sulfrageando os nomes indicados para os cargos supremos da nação. Julio Prestes e Vital Soares¹¹⁷.

No entanto, na nossa concepção, a barganha estabelecida entre Estado e Município talvez nem fosse fundamentalmente indispensável para a vitória do candidato oficial Julio Prestes nas urnas de Avaí dado o domínio do PRP em Avaí. Por outro lado, é reveladora da estrutura política-eleitoral vigente no país, cuja importância da somatória dos votos das centenas de pequenas cidades brasileiras era crucial para a vitória de um candidato.

Quando do lançamento de sua candidatura, ainda em 1929, o diretório do Partido Republicano Paulista local organizou uma verdadeira cruzada no município para alistar o maior número possível de eleitores que garantisse a vitória da situação¹¹⁸. A matéria do dia 06 de outubro de 1929 discorre sobre a formação do comitê pró Julio Prestes e Vital Soares e do qual faziam parte Domingos Zulian, Cel. João Xavier de Mendonça, Leonardo Banducci, deputado Gomes Berriel, João Virgínio de Souza, Cel. Francisco Tozoni e Carlos Norberto Aliandro, redator-chefe do AVAHY-JORNAL. A partir de então, seriam constantes as notas sobre as vindas de elementos ligados ao PRP à zona Noroeste e à Avaí, (inclusive a visita de Julio Prestes à Bauru no dia 05 de abril de 1929) e sobre as reuniões do comitê na cidade, “imprimindo um movimento deveras admirável” por “fazer boa propaganda da chapa official dos brasileiros indicados à presidência e vice-presidência da Republica”:

Sem mencionar outros afazeres, fez distribuir pela cidade, nas casas commerciais por excellencia, cartazes com dizeres patrióticos, recebidos do Comitê Republicano de Publicidade. Assim, e por outros meios, vem sendo activa a propaganda política de nosso município, attingindo já a mais de duzentos o numero de novos elleitores¹¹⁹.

[...]

Como que não bastando a propaganda da imprensa brasileira, dos cartazes coloridos, dos artigos escriptos a pennas de valor intellectual, dos comitês, centros e ligas propagandistas, teremos por todo este mês e o mês de fevereiro, principalmente, as caravanas políticas, com oradores de verbo convicto e influente, a incendiar o animo e entusiasmo dos que pertencem a partidos diversos¹²⁰.

¹¹⁷ Grupo Escolar. AVAHY-JORNAL. Avaí. 26 jan. 1930. p.1.

¹¹⁸ Segundo a Constituição de 1891, estavam aptos a vota todo brasileiro do sexo masculino com mais de 21 anos, alfabetizado, não pertencente ao clero ou a junta militar. Excluía, portanto, a maior parte da população.

¹¹⁹ Nota Política. AVAHY-JORNAL. Avaí. 22 dez. 1929. p.1.

¹²⁰ Nota Política. AVAHY-JORNAL. Avaí. 19 jan. 1920. p.1.

Diante da esforçada campanha, também encampada pelo jornal, só restava aos “nossos dirigentes, quer do Directorio, quer o Governador, Vereadores e cabos elleitorais” esperar pela “victória absoluta, porque confiam na acção justa e reconhecida do elleitorado avahyense”. A espera ansiosa pela vitória veio no dia 1º de março de 1930: Julio Prestes e Vital Soares obtiveram, em Avaí, 560 votos contra 58 de Getúlio Vargas. Os senadores da chapa oficial também conseguiram os mesmos 560 votos enquanto os candidatos para deputados do PRP somaram 419 contra 199 do Partido Democrático.

Nesta nota, o jornal, mais uma vez, chama a atenção para a “calma absoluta e segura” com que acontecera a eleição. Segundo seu redator, “o elevado número de elleitores” compareceram “à chamada e depositava seu voto consciente numa perfeita liberdade de acção e pensar”¹²¹. Afirmar a liberdade de ação no ato de votar, a nosso ver, é ao mesmo tempo dizer que a repressão e coerção eleitoral existiam e se faziam valer.

Dessa forma, fundamentava-se na cidade uma trama motivada por valores de estima, obrigação, prestígio e medo. As lideranças políticas de Avaí nada mais eram que os coronéis representados pelas elites cafeeiras e urbanas partidárias do republicanismo que, ao garantir da vitória da chapa oficial por meios nem sempre pacíficos, corroboravam seu prestígio e asseguravam mais “favores” advindos dos governos estaduais e federais para a implantação de seus planos e projetos para a cidade. Além disso, a vitória do candidato da situação também era uma forma de assegurar a manutenção da ordem política e econômica instituída e que tanto os favorecia.

No entanto, é importante destacar que, apesar de vitoriosa nas urnas, a candidatura de Julio Prestes significou, a nível nacional, mais um desgaste político que minava lentamente o Partido Republicano Paulista na década de 1920. A formação do Partido Democrático por correntes divergentes e a revisão da Constituição Federal promovida pelo executivo que ampliou o poder central em detrimento do estadual, no ano de 1926, foram outras ocasiões que resultaram no enfraquecimento da base política do partido.

Além disso, ao indicar o paulista Julio Prestes para a sucessão da presidência, o presidente Washigton Luís rompeu com pacto da política dos governadores, já que, segundo a lógica dominante, era a vez dos políticos mineiros governarem a União. Diante do percalço, o chefe político do governo de Minas Gerais Antonio Carlos aliou-se aos rio-

¹²¹ Eleições. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 01 mar. 1930. p.1.

grandenses para a indicação de um candidato opositor. Sob a batuta de lideranças do Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba, se formou a Aliança Liberal que reunia todas as oposições estaduais, civis e tenentes militares descontentes com a Primeira República, confirmando os nomes de Getúlio Vargas e de João Pessoa como candidatos. E é nesse contexto, somado à crise da queda do preço do café em 1929, que a Revolução de 1930 se fomentou e como não poderia deixar de ser, Avaí acompanhou o movimento nacional. É sobre isso que trataremos a seguir, com destaque para a crise cafeeira que tanto abalou a imagem do PRP, a economia de Avaí e acalorou brigas políticas entre democratas e republicanos antes do movimento revolucionário ascender ao poder.

2.2.2 Crise do café: terreno fértil para as brigas políticas

A campanha feita pelo diretório do Partido Republicano local pró Julio Prestes e Vital Soares à presidência nacional aconteceu em um cenário político ainda muito tumultuado pela crise econômico-financeira que se abatera em Avaí após a queda acentuada do preço do café, causada pela superprodução do produto e agravada pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque no início do ano de 1929. Desde sua fundação, o café configurava-se como a principal fonte econômica do município. Segundo Ercilla e Pinheiro, “o numero de cafeeiros do município attinge actualmente a 5.000.000 [de pés no ano de 1928]”. Em 1927, 170 agricultores pagaram o imposto cafeeiro. Ademais, Avaí havia atingido a cifra de 7.674:680\$000 com a exportação de café e, para 1928, 8.337.400 novos pés de café haviam sido plantados¹²².

Em artigo publicado na edição do dia 3 de fevereiro de 1929, o articulista Carlos Nelson Improta destaca importância do café para a cidade e defende que é a partir da quantidade de café produzido que se mede a riqueza de um lugar:

e, assim sendo, podemos dizer, sem medo de enganos, que a Avahy é muito rica, porque sua produção cafeeira já é notavelmente grande, podendo ser comparada a de outros lugares produtores em alta escala¹²³.

¹²² ERCILLA, A.M. de, PINHEIRO, B. Zona Noroeste – 1928. São Paulo: Sociedade Impressora Paulista. 1928. p. 202

¹²³ Carta aberta. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 3 fev. 1929. p.1.

Com a sua desvalorização, o café estimulou a publicação de vários artigos inflamados no AVAHY-JORNAL que expressava brigas políticas geradas a nível nacional e refletidas na cidade. A oposição à chapa oficial do PRP à presidência, formada por lideranças do Partido Democrático, rebeldes militares, massas urbanas e grupos dissidentes do interior de Minas Gerais e Rio Grande do Sul articuladas à Aliança Liberal, culpava o governo federal pela crise, fato combatido veemente pela situação.

Pery de Nyoac, numa série de artigos sobre a repercussão da crise em Avaí, afirma que “esta crise, que talvez só os grandes banqueiros a esperassem, veio por nosso comércio, a nossa indústria e a nossa lavoura em situação tal, que a expressão “precária” não seria usado com exagero”. Para ele, “a classe produtora do paiz” é a mais prejudicada e o governo federal nada tinha a ver com a deflação dos negócios, caracterizando como “antipatriótica” as afirmações feitas pelos políticos da Aliança Liberal:

Não queremos afirmar que dentro do Banco do Brasil não haja a sua ponta de política. Mas nem por isso torna-se necessária tamanha algazarra, tanta palavra insolente, tanta falta de patriotismo dos membros da chamada Aliança Liberal, que de liberal só possui o nome, pois o estrangeiro que aqui tem o seu capital empregado, em um gesto de legítima defesa aos seus interesses, retrai-se sabiamente sofrendo com isso o povo.

(...)

Aos senhores membros da Aliança Liberal têm o dever moral de aplicar-lhes o devido correctivo, votando sem vacilar no candidato paulista, no candidato do Estado ‘leader’ do Brasil, no candidato que sozinho dá de comer a toda a Federação¹²⁴.

Dessa forma, o articulista desconsidera que a adoção de uma ordem econômica baseada no discurso liberal, modelo que favorecia fundamentalmente às elites cafeicultoras do Estado de São Paulo, havia permitido a inserção do Brasil no jogo do capitalismo internacional, deixando-o suscetível aos ditames do mercado exterior. Qualquer abalo internacional era (e ainda é) fortemente sentido por uma economia frágil e periférica como a brasileira, baseada na monocultura de exportação cafeeira, fazendo com que a burguesia republicana vivesse os primeiros decênios do século XX sob a condição de dominante e dominado. Sobre isso, Boris destaca:

A forma pela qual se concretizou a relação dependência entre os grupos financeiros e a burguesia do café tornou-a especialmente vulnerável às crises internacionais. O nível de renda dependia dos preços alcançados no mercado

¹²⁴ “Vanitas vanitatum et omnia vanitas”. AVAHY-JORNAL. Avaí. 13 out. 1929. p.1.

mundial, o que não constituía uma novidade na estrutura econômica do país, porém a manutenção desses preços, no caso, só era possível através da obtenção de recursos vindos do exterior, que viriam a desaparecer diante de uma grande crise¹²⁵.

Houve, portanto, a partir da crise de 1929, um desencontro político entre o Estado, enquanto representante da burguesia cafeeira, e os interesses imediatos do setor. O governo federal não tinha mais recursos devido à crise financeira para arcar com a política de valorização do produto seja pela compra do café ou pelo financiamento da produção retida pelo mecanismo de controle de mercado. Além disso, a União não podia contar mais com os empréstimos externos que garantiam a manutenção da alta renda dos cafeicultores nacionais, já que as reservas internacionais também haviam sido abaladas com a quebra da bolsa norte-americana¹²⁶.

A desvalorização fora também muito sentida economicamente na zona oeste paulista. Ercilla e Pinheiro destacam que “a zona Noroeste logrou, sob a acção do seu governo [de Julio Prestes, enquanto governador do Estado de São Paulo na década de 1920], consolidar sua formação. A confiança financeira que inspirou a acção do presidente permitiu ao Instituto de Defesa do Café garantir a vida e prosperidade da nova zona, cujo progresso, talvez demasiado rápido, poderia vacillar entre as constantes oscillações do preço do seu principal producto”¹²⁷. Em Avaí, a substituição dos pés de café pelas culturas de algodão, trigo e bicho-da-seda foi amplamente sugerida e estimulada pelo jornal. Além disso, a crise causou muitas falências e fez com que diminuísse consideravelmente a arrecadação dos impostos municipais, motivando, inclusive, medidas como a redução em 20% dos vencimentos dos servidores e a elaboração de um abaixo-assinado pelos contribuintes para que se reduzissem os impostos municipais em 30%, pedido desconsiderado pela administração. É nesse contexto tumultuado que se realizaram as campanhas presidenciais e se acirraram as brigas partidárias. Em nota publicada na edição de 26 de janeiro de 1930, o redator declara que se “é o governo o responsável pelo mau estado das cousas”, como afirmava a Aliança Liberal, “quem nos salvará sem ser elle próprio?”.

¹²⁵ FAUSTO, B. A Revolução de 1930. In MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. 14ª ed. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 230.

¹²⁶ *Ibidem*.

¹²⁷ ERCILLA, A.M. de, PINHEIRO, B. Zona Noroeste – 1928. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista. 1928. p.7.

Nesse ponto, destacamos que o diretório Partido Republicano Paulista entendia a vitória de Julio Prestas como uma estratégia de sobrevivência, algo que colocava em jogo “a honra e o prestígio de São Paulo”¹²⁸. Os discursos inflamados, exacerbados pelo regionalismo, expressavam a auto visão que os paulistanos tinham de si próprios, sempre se colocando na vanguarda da Federação, a passos-luz dos demais Estados. Dessa forma, caberia a São Paulo o controle da Nação pois era a unidade federal melhor preparada e mais sintonizada com as modernidades e progressos de que necessitava o país, aquela “que dá de comer para toda a Federação”. Assim, como observa Love, caberia aos descendentes modernos dos bandeirantes “aceitar o destino de liderarem o país”¹²⁹:

Já na década de 1920, os paulistas consideravam indiscutível o predomínio cultural de seu estado no panorama nacional. Daí, foi fácil passar para a convicção de que lhes deveria caber também a hegemonia dentro do país. Frequentemente essa aspiração à hegemonia nacional constituiu a motivação básica do comportamento político dos paulistas¹³⁰.

No artigo publicado em razão do 4º centenário do bandeirantismo de Pedro Lobo essa prerrogativa é claramente observada. São Paulo é entendida como “a terra das conquistas nobres”, “a terra do trabalho”, “a terra do progresso”, “o berço da civilização brasileira”, configurando-se como a vanguarda que coloca o Brasil pioneiro frente a outros países:

Ao confrontar o nascimento de nosso Estado, as suas luctas pelo progresso, o seu engrandecimento seguro, vertiginoso e ascendente, o seu passado glorioso, com o momento que atravessamos [crise cafeeira] (...), a data de primeiro de setembro deve ser lembrada por todos, para que mais e mais se fixe em nossa idéia que São Paulo foi, é e será ainda, a terra privilegiada, que constitui o alicerce de todo o edifício nacional.

(...)

Somos brasileiros porque o Brasil é uma conquista das Bandeiras paulistas, mas nestes 40 annos de Republica, talvez por causa do regimem federativo, cresceu em nós o hábito de autonomia e com elle mais se encarregou em nossos corações o lema do Ypiranga¹³¹.

É nesse contexto que se configurou a campanha pró Julio Prestes no município. Votar no candidato paulista significava votar em São Paulo, com São Paulo. Tal compromisso corresponderia colher os resultados posteriormente à vitória, já que Prestas

¹²⁸ Nota política. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 26 jan. p.1

¹²⁹ LOVE, J. A **Locomotiva**. São Paulo na Federação Brasileira. 1888-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982, p.107.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 141.

¹³¹ São Paulo na Federação. **AVAHY-JORNAL**. 16 ago. 1931. p.1.

“não olvidará os grandes interesses de São Paulo. Pelo menos é de se supor que o candidato paulista se interesse mais pela nossa terra que o candidato gaúcho [Getúlio Vargas, da Aliança Liberal], que, si chegasse a ser presidente tudo faria, é claro, é lógico... pelo Rio Grande do Sul”¹³². Nesse sentido, a nota também é reveladora das práticas políticas fundamentadas pelos trinta anos da “política dos governadores” na República, essencialmente sustentada pelo regionalismo.

Enquanto São Paulo e, por extensão, o PRP era entendido enquanto o “sustentáculo econômico da Nação”, a Aliança Liberal era tomada como a “filha da insubordinação”, resultado da “lamentável falta de actividade política ou mental” de governantes ressentidos. Sua campanha, segundo os líderes PRPistas, era “pobre de idéias” e nunca dantes vistas no Brasil. Em nota, Aliandro, redator do semanário e membro do diretório do PRP da cidade, sugere que os líderes da Aliança Liberal deveriam entregar os pontos e desistir de concorrer às eleições de 1º de março. A desistência, segundo ele, não seria vista como “uma derrota moral”, mas sim “uma justa compreensão do valor dos indivíduos indicados à chefia da Nação”. No entanto, admira a persistência do mineiro Antonio Carlos, um dos pilares da Aliança Liberal, e afirma que “diminue sensivelemnte o numero de elleitores dissidentes, mas, quanto maior é a sua reduçção maior se torna o vigor [do líder mineiro]”¹³³.

A campanha da Aliança Liberal em Avaí era levada a cabo por elementos veiculados ao Partido Democrático local. Dele faziam parte, inclusive, ex-lideranças do PRP na cidade como o ex-prefeito João Pereira Novo e o fazendeiro Antonio Bernardo da Cunha. Sobre isso, destacamos o pensamento de Fausto, que assinala a inexistência de ideologias político-econômicas que colocassem em campos extremamente opostos PRP, PD e AL:

No plano partidário, o Partido Democrático de São Paulo, que se constituiu em 1926 e se inseriu na Aliança, não perturba as conclusões desta análise, pois não foi a expressão de um grupo industrial, mas de um setor da burguesia cafeeira de grupos financeiros de São Paulo (...), aliados a profissionais liberais da alta classe média (...), cujos os horizontes não iam além dos contornos agrários. É significativo lembrar que o nascimento do Partido Democrático se liga a uma disputa em postos no Instituto do Café e que o próprio Conselheiro Antonio Prado, figura de destaque no partido, embora adversário da política de valorização, tinha interesses na área do café¹³⁴.

¹³² O candidato de Avaí. **AVAÍ-JORNAL**. 16 fev. 1930. p.1.

¹³³ A desaliança. **AVAÍ-JORNAL**. 22 dez. 1929. p.1.

¹³⁴ FAUSTO, B. A Revolução de 1930. In MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. 14ª ed. São Paulo: DIFEL, 1984. p.235.

Nesse sentido, a mudança de partido por parte Pereira Novo e Bernardo da Cunha pode significar uma aposta na concretização de um novo momento político nacional, na qual ambos poderiam sair vitoriosos no contexto local, sem, contudo, romper com a ordem política (Republica) e econômica (liberal) instaurada. Dessa forma, as campanhas para presidenciáveis articuladas pelos partidos Republicano e Democrático local, significavam, antes de tudo, uma disputa pelo poder no município, e era incendiada pelos artigos publicados no semanário AVAHY-JORNAL, claramente favorável à causa governista.

Fausto destaca que antes de revolucionários, a Aliança Liberal e o Partido Democrático são instrumentos de pressão que representavam setores descontentes com a administração federal, mais ainda fortemente ligado ao setor agrário e a uma elite urbana em ascensão. Segundo o autor, o predomínio político de Partido Republicano Paulista e seus esforços para manutenção dos interesses e prioridades da burguesia cafeeira limitaram a participação das camadas populares enquanto interlocutores políticos. O processo eleitoral brasileiro se apresentava como fator limitante de possibilidade de mudanças no cenário político-social. Conforme destacado, a Constituição de 1891 garantia a exclusão da grande maioria da população. Ademais, o voto aberto e o processo moroso e burocrático para tirar o registro eleitoral aliado à máquina eleitoral dos coronéis se configuravam em elementos cruciais que favoreciam o predomínio do partido de situação no poder. Todo esse contexto somado ao aumento de preços de aluguéis, vestuário e mantimentos que atingiram as classes média e trabalhadora fizeram com se começasse a colocar em cheque o tipo de jogo político eleitoral em vigor.

A Aliança Liberal é reflexo dessa agitação urbana, mas somente em parte, já que em suas bases também eram formadas por barões do café descontentes. Como principais propostas, o grupo oposicionista defendia o voto secreto e obrigatório, a independência dos poderes, o poder judiciário enquanto fiscalizador do processo eleitoral e promoção uma reforma política das instituições da República, a anistia aos presos políticos, a educação pública e o direito dos trabalhadores. Sob essas propostas, a Aliança Liberal iniciou sua campanha por todo o país e também em Avaí.

Depois de quase um ano de campanha eleitoral, a máquina eleitoral dos coronéis mais uma vez funcionou e, como apontado anteriormente, Avaí acompanhou a tendência das demais cidades paulistas e brasileiras, confirmando em suas urnas a vitória de Julio

Prestes. Entretanto, como veremos no tópico a seguir, o predomínio do Partido Republicano Paulista na política estava com seus dias contados no comando da Nação e de Avaí.

2.2.3 Revolução de 1930: a ascensão do Partido Democrático em Avaí

Passados sete meses, em outubro de 1930, a situação política dava sinais de reversão. Com o assassinato de João Pessoa, o candidato à vice-presidência pela oposição, estoura a Revolução no Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Diante da vulnerabilidade do governo central, ainda abalado nas suas bases políticas devido principalmente à crise do café, as tropas da Aliança Liberal, auxiliadas por tenentes militares, depuseram Prestes do poder. Avaí recebeu a notícia com susto. O estado de sítio estava instaurado no país. As autoridades policiais publicavam por toda a cidade o edital que regulamentava medidas que, estrategicamente, consolidariam o movimento revolucionário. A partir de então, todo material impresso estaria sujeito à censura policial assim como estavam proibidos o porte de armas e a queima de fogos de artifício em qualquer espacialidade do município. Além disso, os preços dos gêneros alimentícios e de primeira necessidade estavam fixados e todo o cidadão que necessitasse se locomover deveria tirar o salvo conduto na delegacia local. Como se não bastasse, também estava impedido a circulação de pessoas e automóveis após as 22 horas salvo em situações especiais¹³⁵.

As edições do dia 05 e 26 de outubro de 1930 do AVAHY-JORNAL não puderam circular por motivos de força maior não especificado pelo jornal. Duas semanas depois, o prefeito Nuno de Assis seria deposto do cargo, posto que recuperaria novamente dali a alguns dias¹³⁶ depois de ter sido nomeado pelo chefe do Partido Democrático de Pirajuí Amaral Mello, que obedecia ordens vindas de São Paulo¹³⁷. No entanto, não havia muito que fazer. O Partido Democrático tornara-se, na cidade, senhor das situações.

Avaí estava agitada. Por determinação federal, suas principais ruas, Coronel Juvêncio Silva e Independência, tiveram os nomes trocados para Dr. João Pessoa e Tenente Siqueira Campos, respectivamente. Não obstante, no dia 26 de outubro, numa tarde de domingo, manifestantes reuniram-se à frente da casa de Antonio J. Andrade, comerciante

¹³⁵ Delegacia de polícia. AVAHY-JORNAL. Avaí. 19 out. 1930. p.1.

¹³⁶ Prefeitura. AVAHY-JORNAL. Avaí. 19 out. 1930. p.1.

¹³⁷ Dr. Nuno de Assis. AVAHY-JORNAL. Avaí. 02 nov. 1930. p.1.

no município e pertencente ao diretório do Partido Democrático local. Nas palavras do jornal, de lá saíram em passeata pelas principais ruas da cidade, acompanhados pela banda municipal, em um ato de homenagearam ao “triumfo da revolução”. Os passantes dirigiram-se ao prédio da cadeia pública para cumprimentar o novo delegado em exercício, o militar Carlos R. Campos, e depois, seguiram rumo à casa do prefeito Nuno de Assis, onde discursaram os oradores Getulio de Almeida e Julio Riccó, também democratas. O prefeito também fez uso da palavra, prometendo empregar seus esforços para o progresso da cidade e, por várias vezes, foi interrompido pelos aplausos e vivas dos manifestantes ao novo governo instaurado¹³⁸.

A aliança do Partido Democrático com o movimento revolucionário de 1930 colocou os democratas mais próximos do poder. Se antes totalmente dominada pelo Partido Republicano, a administração pública avaiense conheceria novos personagens ligados ao PD. Na edição do dia 09 de novembro, o jornal destaca a nomeação de uma junta governativa com a função de auxiliar Nuno de Assis a governar o município depois “dos funcionarios da Câmara Municipal de Avahy apresentaram seus pedidos de demissão ao respectivo prefeito”¹³⁹. A junta tinha caráter provisório e deveria ainda ser reconhecida por poderes competentes de São Paulo, mas, destaca-se, que era essencialmente formada por elementos democratas: Antonio J. Andrade, Joaquim Rodrigues Marujo, Hildebrando de Freitas e Getulio de Almeida¹⁴⁰.

Entretanto, os líderes PRpistas não desaparecerão do cenário político de Avaí tão rapidamente. Nuno de Assis, liderança pelo PRP com muito prestígio na cidade e que posteriormente seria prefeito da vizinha Bauru, permaneceu no cargo de governador até abril de 1931, quando fora substituído pelo democrata José Santos.

Sobre a atuação do PRP, o jornal sugere, inclusive, que teria sido o chefe do Partido e influente político local, Domingos Zulian, o conciliador das facções republicanas e democráticas na cidade após a revolução, de modo “a solucionar as cousas de nosso interesse” e “dar agrado geral”:

¹³⁸ Passeata Cívica. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 02 nov. 1930. p.1.

¹³⁹ Governo Provisório. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 02 nov. 1930. p.1.

¹⁴⁰ Junta Governativa. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 09 nov. 1930.

E assim foi.

Pelo o que já está assentado, não se verificará em nosso município nenhuma oposição, que por certo transtornaria a boa marcha do trabalho geral, pacífico e ordeiro de Avahy, trazendo uma lucta cujos resultados não podemos dizer si bons ou maus.

Na verdade, é sempre preferível que caminhemos todos nós sob uma mesma bandeira, sob um mesmo modo de pensar, sob um só chefe, bom orientador, criterioso e zelador do nosso bem estar e progresso¹⁴¹.

Nesse sentido, o “bravo sertanista” Zulian, fundador do núcleo urbano de Avaí e chefe político muito respeitado, segundo o jornal, parece ter convencido aos demais correligionários de que a luta estava perdida e que o melhor para Avaí, naquele momento, era aceitar os rumos dos democratas.

A formação de uma legião revolucionária em Avaí com a função de defender e apoiar as idéias getulistas consolidou a instauração do novo governo na cidade, representantes de Getúlio. A partir de então, a nova administração deveria seguir a cartilha escrita pela União, caracterizada essencialmente pela centralização do poder no Estado nacional e não mais nas unidades da federação. Sobre isso, Souza afirma:

No sistema que emerge após a Revolução, o foco do poder político e administrativo irá se transferir dos Estados para a União. A função de organizar e pensar o país passou a ser atribuída à União, e desses papéis começou a derivar o sentido de liderança presidencialista. A transformação crescente da estrutura política nacional e a continua diferenciação dos grupos partidários estaduais, causadas pela crescente urbanização e industrialização, vão se refletir sobre a organização do poder local, que se desagrega lentamente perdendo sua feição monolítica. Embora ainda hoje, de modo geral, um único grupo domine politicamente um município, vem se tornando comum a presença nas posições do poder municipal de elementos independentes do clã dominante ou mesmo opositoristas. O coronelismo e regionalismo, não obstante sobrevivam – mais presentes nas eleições legislativas que nas executivas – assumem continuamente formas mais fracas e o processo político nacional em consequência toma nova feição.¹⁴²

Assim, esse período configura-se como a passagem de um modelo político baseado na independência administrativa federativa para o modelo de Estado intervencionista, com forte apelo nacionalista e populista. Os interesses regionais ainda existiam, mas perdem

¹⁴¹ Nota Política. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 12 out. 1930.

¹⁴² SOUZA, M. do C.C. O processo político partidário na Primeira República. In MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. 14ª ed. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 167.

autonomia e não se projetavam mais de forma tão imediata na arena política¹⁴³. Com o novo governo, a questão nacional (e não regional) é o prato do dia. E, nesse sentido, um dos pilares das políticas nacionalistas consistia na revalorização da mão-de-obra nacional.

Conforme já destacamos, Rolnik assinala que, no final do século XIX, a elite aristocrática justificou a não adoção do negro para as lavouras de café baseada, principalmente, no pensamento que entendia os mestiços como indivíduos pertencentes a uma raça “inferior”, inadequada ao trabalho e ao progresso de uma nação. como elemento de atraso para um país. Em contrapartida, o imigrante branco e europeu era visto como determinante na formulação de um caráter nacional, indivíduo “civilizado e trabalhador”, capaz de proporcionar o desenvolvimento que o Brasil tanto carecia.

Entretanto, o estrangeiro, “de quem as elites esperavam, na virada do século, sangue novo para salvação nacional, foi transformado em obstáculo para a construção da rota da nacionalidade” com a ascensão de Getúlio ao poder. Concomitantemente, o governo também tomava medidas de restrição às imigrações e se antes o negro era visto como oposto à civilização, o estrangeiro, a partir da década de 1930, é tomado como oposto ao nacional.

Nesse sentido, medidas como a instituição do salário mínimo, regulamentação dos sindicatos, do trabalho da mulher e do menor, publicação da lei de proteção do trabalho e ao trabalhador brasileiro (que obrigava as indústrias a terem, no mínimo, dois terços de trabalhadores brasileiros) foram estratégias nacionalistas determinantes para criar uma imagem de um governo que tudo faz pelo seu povo, que estaria sempre amparado e protegido enquanto os elementos do novo governo estiverem no poder. Nesse sentido, o governo de Vargas assume uma dupla condição: ao mesmo tempo em que efetivou situações de trabalho mais dignas ao trabalhador, tornava-o credor do novo governo, vivenciando, nos anos posteriores da circulação do AVAHY-JORNAL, uma trama fundamentada essencialmente no paternalismo populista.

Em Avaí, as medidas que favoreciam o trabalhador nacional eram vistas com bons olhos pelos representantes do AVAHY-JORNAL. No texto sobre a inauguração de rede de energia elétrica nas cidades de Marília, Garça e Vera Cruz, o periódico destaca que os 56

¹⁴³ FAUSTO, B. A Revolução de 1930. In MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. 14ª ed. São Paulo: DIFEL, 1984.

quilômetros de rede foram construídos por 300 operários nacionais assim como também era nacionais todos os material utilizado¹⁴⁴. O tom da matéria é ufanista, valoriza a pátria e seus filhos trabalhadores.

A valorização do operário nacional pregada governo de Getúlio e sintonizada pelo jornal, contudo, não representa um rompimento com a ordem política e econômica burguesa instaurada com a Primeira República. Para Boris, as políticas direcionadas ao operariado brasileiro visavam “ajustar as relações entre patrões e empregados na área do trabalho e, sobretudo, a anular, no campo sindical, a velha influencia anarquista e a influência comunista nascente, transformado os sindicatos em organismos oficializados, numericamente restritos, apolíticos, voltados exclusivamente para as reivindicações profissionais”¹⁴⁵. Pretendia-se, portanto, configurar um quadro no qual o trabalhador fosse “disciplinado” e se apoiasse fundamentalmente no novo governo, evitando, dessa forma, turbulências no cenário político.

Boris defende que a queda da Primeira República e a instauração da Era Vargas não representou uma radical quebra na ordem política e econômica do país, mas sim uma acomodação dos interesses de novos grupos sociais que não se viam representados pelo antigo sistema¹⁴⁶. A inclinação à ordem burguesa, dessa forma, não fora identificada somente a promoção de políticas públicas ao operariado, como também no que concerne a defesa do café.

Economicamente, apesar da grave crise econômica pela qual enfrentava, o setor cafeeiro ainda continuava ser a principal fonte financeira da Nação e do Estado de São Paulo. Segundo dados do governo estadual divulgados pelo AVAHY-JORNAL sobre sua balança comercial no primeiro trimestre de 1931, o volume de exportações do Estado paulista houvera sido maior que o volume de importações. O periódico fala de um saldo positivo em torno de 470:000:000\$000, destacando que o café ainda representava quase 90% das exportações de São Paulo, se mantendo acima da quantidade vendida no ano anterior: 5.535.000 sacas em 1931 contra 4.761.000 sacas em 1930¹⁴⁷.

¹⁴⁴ Força e Luz. AVAHY-JORNAL. Avaí. 18 jan. 1931. p.1.

¹⁴⁵ FAUSTO, B. A Revolução de 1930. In MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. 14ª ed. São Paulo: DIFEL, 1984. p.253.

¹⁴⁶ Ibidem.

¹⁴⁷ Algarismos Auspiciosos. AVAHY-JORNAL. Avaí. 08 nov. 1931. p.1.

Nesse sentido, durante os primeiros anos do comando de Vargas, as elites aristocráticas ligadas ao café, principalmente as paulistas, continuaram sendo contempladas pelas políticas públicas, fato também sentido em Avaí. Nesse período, o Instituto do Café manteve-se atuante como uma das instituições sustentáculo da valorização do produto e na qual Avaí fora representada pelos fazendeiros João Xavier de Mendonça, Antonio Bernardo da Cunha, Ercílio Prado, Sebastião José de Carvalho e Severo Moraes Pessoa. Ademais, eram constantes as reuniões entre os produtores para tratar dos interesses da classe rural como a fixação do preço do café para a venda da safra do próximo ano, o que aponta para uma relativa flexibilidade em relação à União com a formação, inclusive, da Associação dos Lavradores da Alta Paulista e Noroeste¹⁴⁸.

A tentativa de soerguimento da lavoura cafeeira na Noroeste e nas demais regiões paulistas foi encampada pelo Interventor Federal em São Paulo João Alberto. Boris destaca que seu comportamento lhe garantiu o título de “Intérprete das aspirações de São Paulo” pela Liga Paulista pela Constituição e pela Ordem. Em questões como as disputas do preço a ser pago pelo Estado por saca de café entre fazendeiros e grupos financeiros, João Alberto colocava-se ao lado dos produtores, enfrentando até mesmo José Maria Whitacker, Ministro da Fazenda à época e que sustentava os interesses dos banqueiros”¹⁴⁹.

Tal subserviência de João Alberto aos interesses do setor cafeeiro também é notado em Avaí pela publicação, na íntegra, de um comunicado seu feito à imprensa paulista que tinha por razão destacar seus esforços na defesa do produto:

Lembre-se pois lavrador deste Estado de que devemos trabalhar com entusiasmo e agir com acerto.
Podemos confiar nas nossas forças e ter absoluta confiança nas nossas reservas moraes.
Ao Governo de São Paulo compete agora estudar e resolver a maneira mais efficiente de socorrer o lavrador, pois que da economia deste é que depende o progresso do Estado.
A vida actual de São Paulo está tão intimamente articulada à da lavoura que a sorte deste está fatalmente ligada à daquela.
Ou o governo de S. Paulo vencerá com a lavoura ou sucumbirá com ela.
Dentro desta affirmativa encerramos o nosso programma de acção sendo de S. Paulo, há de vencer com S. Paulo e para S. Paulo¹⁵⁰.

¹⁴⁸ Associação dos Lavradores da Alta Paulista e Noroeste. **AVAY-JORNAL**. Avaí. 07 jun. 1931.

¹⁴⁹ FAUSTO, B. A Revolução de 1930. In MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. 14ª ed. São Paulo: DIFEL, 1984. p.252.

¹⁵⁰ A protecção do café. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 01 mar. 1931. p.1.

Em telegrama enviado à prefeitura de Avaí para ser repassado aos fazendeiros locais, João Alberto fez referência à compra de café pelo governo que, posteriormente a aquisição, seria queimada como forma de diminuir a oferta do produto no mercado e, conseqüentemente, aumentar seu preço, satisfazendo assim as necessidades financeiras dos produtores. O Interventor corrobora novamente seu empenho, afirmando que “o Estado continua vigilante defendendo os interesses da lavoura, certo de que tudo será harmonizado, contando com a imprescindível confiança dos interessados, visto haver necessidade de um ambiente de clama neste momento”¹⁵¹. Dessa forma, quando deixou o cargo de Interventor, seus “esforços em defesa da lavoura cafeeira” lhe garantiram uma “justa” homenagem financiada por lavradores e comerciantes de Avaí e encabeçada por Gomes Berriel e Hercílio Silveira Prado.

Faz-se necessário destacar que o limite temporal forçosamente imposto pelo encerramento da vida do jornal aliado a falta de informações concisas sobre o período na cidade não nos permite entrever de que forma as medidas intervencionistas da União contribuíram para o soerguimento da lavoura cafeeira no município. De fato, o café se manterá como o principal produto de Avaí até 1950, seguido pelo algodão, leite, madeira e mandioca. Segundo dados do censo do IBGE em 1956, enquanto a produção de algodão rendeu à Avaí Cr\$13.350.000,00, o café garantiu Cr\$30.900.000,00 ao município. Os outros três produtos mais expressivos somados (leite, madeira e mandioca) não passavam de quantia de Cr\$18.000.000,00¹⁵².

Além disso, como assinalamos na segunda parte desse relatório, o memorialista Vivaldo Pita atribui o declínio da lavoura do café como um dos elementos determinantes do declínio da cidade. A fuga de recursos financeiros significou concomitantemente a fuga de contingentes populacionais do município que se mudavam para outras localidades em busca de melhores condições de vida, principalmente para a vizinha Bauru. Avaí chegou a ter mais de 30 mil habitantes enquanto Presidente Alves, São Luiz de Guaricanga e Nogueira estavam sob sua jurisdição. No período de circulação do AVAHY-JORNAL, após o desmembramento de Presidente Alves pela lei número 2.316 de 02 de dezembro de 1927, o

¹⁵¹ A lavoura cafeeira. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 01 mar. 1931. p. 2.

¹⁵² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE. 1957.

município contava com aproximadamente 22.000 habitantes¹⁵³, número que fora reduzido para 8.085 de acordo com censo de 1956¹⁵⁴. Atualmente, dados do IBGE revelam que há em Avaí 4.877 habitantes¹⁵⁵ e a cidade tem na agropecuária e na venda de laranja, verduras e abacaxi seus principais recursos econômicos¹⁵⁶.

Diante do exposto, percebe-se uma acentuada contração da população da cidade, e que pode ser efeito tanto da crise do café aliadas às más administrações que não souberam prover Avaí do “progresso” e desenvolvimento de que precisava¹⁵⁷. No tópico seguinte, trataremos de como a administração pública nos anos de circulação do AVAHY-JORNAL se organizou para atender (ou não) as necessidades da cidade. Destacamos ainda que, independentemente de ter sido governada por elementos do Partido Republicano ou Democrático, a política local foi dominada por representantes de uma elite urbana e rural impregnada dos valores do mundo burguês, o que resultou na adoção de medidas concernentes aos seus interesses e necessidades.

2.3 Avaí: configurações e transformações urbanas na cidade

Recompor a cidade de Avaí no que tange as suas transformações sociais e urbanas a partir do fichamento do AVAHY-JORNAL foi um desafio estimulante. Mesmo porque não se trata de uma tarefa fácil identificar no discurso e na leitura alheia, nesse caso a do jornal, pontos que permitam a reconstrução urbana de uma época de maneira exata, precisa, detalhada. Como já defendemos, toda fala é uma construção subjetiva, carregada de ideologias e visões de mundo específicas que condicionam a maneira como selecionamos e hierarquizamos os assuntos. Motivados por essas razões, o impresso “leu” a cidade com os olhos de uma elite burguesa: a constância de determinadas pautas e a omissão de outras refletem isso.

¹⁵³ERCILLA, A.M. de, PINHEIRO, B. **Zona Noroeste – 1928**. São Paulo: Sociedade Impressora Paulista. 1928. p.203.

¹⁵⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE. 1957.

¹⁵⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Avaí – SP**. 2007. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 19 dez. 2007.

¹⁵⁶ Memória Visual: Avaí: Terra da Jacutinga. **Revista Acervo Histórico**. Divisão de Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. São Paulo: v.1, n. 2, s/p/ 2º semestre de 2004. s/p.

¹⁵⁷ Pitta, memorialista de Avaí, também é um árduo defensor dessa hipótese.

No entanto, o referencial com a “realidade” nunca foi perdido. O AVAHY-JORNAL tematizou, refletiu e discursou baseado no “real”, ou seja, a partir das condições oferecidas pela cidade e por sua sociedade. Além disso, seu discurso parcial é revelador das práticas administrativas na cidade, uma vez que é porta-voz dos anseios da elite que controla o poder local, inclusive após o movimento revolucionário de 1930. Nesse sentido, sua leitura atenta revelou que por de trás de um suposto discurso partidário, expressasse-se, antes de tudo, um discurso de classe, da qual pertenciam os representantes do PRP e PD.

Direcionada por esse pensamento se conduziu toda a pesquisa e, nesse sentido, dialogou intrinsecamente com a obra de Rolnik¹⁵⁸ pois, assim como a São Paulo do fim do século XIX e início do XX, Avaí também foi governada de maneira a atender interesses específicos de grupos ligados ao poder, transmitindo de forma autoritária “necessidades” para a cidade e modos de vida particulares para toda a sociedade.

A leitura da cidade do AVAHY-JORNAL expressa muito bem essa prerrogativa. O jornal remete-se a uma Avaí ainda jovem, com apenas 31 anos de existência em 1927, porém endividada o suficiente para onerar seu erário público por 15 anos¹⁵⁹ e com “pouco progresso” comparado com as demais cidades da zona oeste paulista¹⁶⁰. A dívida decorria de empréstimos contraídos por administrações passadas, não especificadas em suas razões pelo semanário, e por ser demais onerosa ao município, impedia grandes investimentos em melhoramentos urbanos na cidade.

A dívida, segundo o periódico, era algo em torno de 600:000\$000. O montante arrecadado com os 39% do distrito de São Luiz de Guaricanga se mostrava insuficiente e a municipalidade precisava arcar, trimestralmente, com a amortização dos juros. Diante da comprometida situação econômica, o articulista Carlos Nelson Improta chegou a sugerir numa carta aberta enviada ao prefeito Nuno de Assis que se contraísse um novo empréstimo para dar cabo aos “melhoramentos indispensáveis e urgentemente imprescindíveis de que tanto e tanto carecemos” como a implantação de saneamento básico, o concerto de ruas abandonadas, a instalação de uma agremiação familiar, a

¹⁵⁸ ROLNIK, R. **A Cidade e a Lei**. Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp. 1999.

¹⁵⁹ A dívida da Câmara. **AVAHY-JORNAL**. 21 dez. 1930. p.1.

¹⁶⁰ O nosso primeiro número. **AVAHY-JORNAL**. 20 nov. 1927. p.1

formação de um jardim. Nas palavras de Improta, o que importa que se façam novas dívidas para fins úteis se a cidade progride, se sua renda cresce e o seu povo vive satisfeito?

Também em outra carta destinada a Nuno, o articulista compara Avaí à Bauru, dizendo que há poucos anos a cidade vizinha apresentava-se em estado bem inferior ao do município, não demonstrando nenhum “traço de civilização”, “um só vestígio de progresso”:

E como operou tão grande metamorfose em tão pouco tempo ocorrido?
Homens de espírito claro, homens esforçados e resolutos, começaram a dirigi-lo, interessando-se pelo seu progresso, incansáveis sempre numa propaganda continua e metódica, pela imprensa, de viva voz de todo o modo.
Assim, a arrecadação municipal que era irrisória passou a ser grande, colossalmente grande, porque entrou o progresso ao lado do embelezamento da cidade, sem o que nada poderia esperar, e Bauru cresceu, deste modo, cresceu e vem crescendo sempre...¹⁶¹

Nesse sentido, essa passagem é reveladora em várias questões. A primeira é sobre o rápido crescimento das cidades que se configuravam como “ponta de trilho” e “boca do sertão”, como foi o caso de Bauru, o que corrobora a discussão feita por Nilson Guirardello sobre a importância da ferrovia para a formação e desenvolvimento dos núcleos urbanos¹⁶². O outro ponto é sobre o papel da imprensa nesse contexto como elemento de informação local, que se desenvolvia paralelo ao crescimento da cidade. Já a terceira questão diz respeito à idéia da administração pública composta por uma vanguarda que se reconhece como o que há melhor para liderar o desenvolvimento da comunidade. É nesse tom que se encerra a carta de Improta, apostando na administração de Assis, homem “honesto e inteligente, progressista e trabalhador, esforçado e perspicaz”, pronto, portanto, para suprir Avaí do progresso de que tanto carece, tornando-a “uma boa e conhecida cidade, digna de ser habitada e elogiada”.

De fato, em momentos de crise é preciso que se pense estrategicamente de forma a investir o pouco que se tem em projetos que resultem em benefício para toda a cidade. Isso significa estabelecer prioridades. No caso de Avaí, em nome do “progresso”, bradado pelo jornal como essencial ao município, a administração local comandada pela burguesia

¹⁶¹ IMPROTA, C. N. Carta Aberta. **AVAÍ-JORNAL**. 27 jan. 1929. p.1.

¹⁶² GHIRARDELLO, N. *À Beira da Linha*. Formações Urbanas da Noroeste Paulista. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

política e econômica da cidade apontou suas prioridades sem que elas, necessariamente, resultassem em projetos em prol de toda a sociedade.

Um desses projetos consistia em obras de melhoramento das vias circulação, notadamente as estradas que serviam os automóveis. Desde o início de sua publicação, o jornal retrata constantes notas sobre a necessidade de remodelação das vias e também são constantes aquelas que destacam a atuação da prefeitura para esse fim. Na nota publicada na edição de 06 de janeiro de 1929, o AVAHY-JORNAL chama a atenção para o aumento dos impostos municipais em virtude de dois motivos: “um delles e muito justo mesmo porque a vida se tornando cara como está ficando, é preciso que haja aumento dos ordenados dos funcionarios municipaes”. Já o outro dizia respeito “as estradas - o maior sorvedouro do dinheiro arrecadado pelos impostos - precisam estar sempre transitáveis e, devido a pouca congregação da qualidade da terra de nosso município, sempre há necessidade de constantes reparações”¹⁶³.

Segundo Ercilla e Pinheiro, havia “no município 241 km de estradas de rodagem para caminhões e automóveis, sendo todos mantidos pela prefeitura, e onde transitam 35 automóveis e 152 vehiculos diversos”¹⁶⁴. No entanto, o jornal aponta que responsabilidade pela manutenção das estradas circundantes à cidade, que ligavam o núcleo urbano às fazendas e às demais localidades não era exclusiva à prefeitura e sim compartilhada pelos proprietários das jardineiras como parte do contrato de concessão dado pela prefeitura para a exploração da linha¹⁶⁵. Dessa forma, os impostos municipais atendiam majoritariamente as ruas do seio urbano, privilegiando os proprietários de automóveis locais.

Nesse ponto, faz-se necessário destacar que até a década de 1950¹⁶⁶, a grande maioria da população do município ainda morava nas fazendas das redondezas, vindo à cidade somente para se abastecer de mantimentos, procurar o médico e tratar de negócios. Durante o período de circulação do AVAHY-JORNAL, o número de habitantes da cidade representava um pouco mais de 10% da população do município, o que significava

¹⁶³ Impostos Municipaes. AVAHY-JORNAL. Avaí. 06 jan. 1929. p.1.

¹⁶⁴ ERCILLA, A.M. de, PINHEIRO, B. *Zona Noroeste – 1928*. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista. 1928. p.202.

¹⁶⁵ As nossas estradas. AVAHY-JORNAL. Avaí. 29 maio. 1929. p.1; Com a prefeitura. AVAHY-JORNAL. Avaí. 15 jun. 1930. p.2. A estrada que ligava Avaí à São Luiz do Guaricanga, por exemplo, foi arrumada por sítiantes que passam no local, pela Câmara e, em especial por Antonio Mariano de Souza, proprietário concessionário da jardineira que ligava aquelas duas localidades.

¹⁶⁶ Segundo dados do censo de 1950 publicado pela Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, o município de Avaí contava com 8.085 habitantes, sendo que 76% dessa população se encontravam na zona rural.

aproximadamente 3.500 moradores¹⁶⁷. Dessa forma, o benefício advindo com os constantes reparos nas estradas de veículos “tornando-as em meios fáceis de transporte, rápidos e magníficos”, “comiam” o dinheiro público como um todo e beneficiavam fundamentalmente uma parcela mínima da população proprietária dos novos bens de consumo da modernidade.

Segundo Sevckenko, “dados os seus custos de compra, importação e manutenção, o automóvel era identificável como o último grau de ostentação”¹⁶⁸ desde a sua implantação no Brasil. Somente a burguesia poderia se dar ao luxo de possuir um, configurando-o enquanto símbolo de vanglória, “moldura mecânica sofisticada de poder”. Nesse sentido, em Avaí, as obras de melhoramento das estradas de automóvel é claramente um projeto feito para e pela elite e corroborado, nesse sentido, pelo jornal. O artigo 1º da lei número 57 de 14 de outubro de 1923 era enfático ao declarar que “É expressamente proibido o transito nas estradas de automóveis de pessoas a cavallo, e vehiculo de qualquer natureza que não tenham rodas de borracha”. A pena de multa para os que descumprissem a lei variava de 20\$000 a 50\$000. Há, nesse caso, uma tentativa de disciplinarização do trânsito na cidade com detrimento aos que tem no animal sua única maneira de locomoção. A legislação urbana torna-se objeto de ação de uma minoria, atendida em seus interesses, com prejuízo para o restante da população.

Além do mais, o edital publicado pelo semanário no dia 18 de janeiro de 1931 previa a obrigatoriedade de pagamento de impostos para todas as carroças que circularem pela cidade. Mais uma vez, a legislação urbana favorece a elite, onerando ainda mais os trabalhadores e determinando limites e fronteiras na espacialidade da cidade.

No entanto, é necessário também pontuar que o uso do automóvel no município também exigia regulamentações específicas como o pagamento de impostos sob veículos, a multa por excesso de velocidade e pela falta de lanternas, feios e buzinas e a pena para os condutores que causassem danos às estradas. Mesmo assim, não significam a exclusão do automóvel do universo urbano da cidade – como se tentava fazer com as carroças, consideradas como a personificação do atraso, do ultrapassado. Antes representava uma

¹⁶⁷ ERCILLA, A.M. de, PINHEIRO, B. **Zona Noroeste – 1928**. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista. 1928. p.202.

¹⁶⁸ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 1920**. São Paulo: Companhia das Letras. p. 74.

tentativa de disciplinalização do trânsito, evitando possíveis atropelamentos e acidentes. Sobre isso, vale ainda destacar que o barulho excessivo dos escapamentos dos carros chegou a incomodar a comunidade ainda não acostumada com o novo hábito “moderno”. Na edição do dia 28 de abril de 1928, por exemplo, o jornal cobra do fiscal o cumprimento da lei que prevê que “os automóveis não poderão ter seus escapamentos abertos no perímetro urbano, ‘afim de não perturbarem a tranqüilidade pública’”¹⁶⁹.

Nesse ponto, Sevcenko destaca que, nos anos de 1920, a população pedestre de São Paulo se sentia acuada diante da alta velocidade dos carros, do uso constante da buzina e dos atropelamentos constantes. No entanto, apesar de percalços como esses, o automóvel incorporava a cena da cidade, se afirmando como aparato moderno, contribuinte para o progresso do município¹⁷⁰. É isso o que também acontece em Avaí e, sendo assim, se o carro era visto enquanto a modernidade encarnada, as formas mais populares de locomoção como as carroças eram vistas como símbolo do retrocesso, da obsolescência.

Nessa perspectiva, o jornal, enquanto porta-voz de uma minoria privilegiada e de um novo pensamento, via com bons olhos qualquer medida que pretendia tirar de circulação as “atrasadas” formas de locomoção, favorecendo as obras de manutenção ou remodelação das estradas de automóveis encampadas pela municipalidade. As estradas de veículos eram entendidas como representação do surto de progresso “inda mais quando ellas atravessam zonas ricas e promissoras”, já que facilitam o escoamento da produção e “engrandece” a praça comercial. Nesse sentido, era como se as vias de automóveis viessem a substituir as ferrovias, lembradas pelo jornal no que se refere aos constantes atrasos da saída e chegada dos bondes à estação. Os holofotes (pelo menos os do jornal) estavam mesmo nas estradas e, por essa razão, o prefeito Nuno de Assis é constantemente elogiado pelo impresso, já que é notável seu empenho na remodelação das vias e ruas do município, principalmente a Rua Rio Branco, “a principal, talvez, desta cidade, pelo seu movimento comercial”¹⁷¹.

No entanto, não podemos considerar que as obras de remodelação das vias de circulação atendiam somente aos proprietários de automóveis e ao escoamento de carga do

¹⁶⁹ Capítulo IV. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 28 abr. 1928. p.2.

¹⁷⁰ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 1920**. São Paulo: Companhia das Letras.

¹⁷¹ O resurgimento de Avahy. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 01 jan. 1930. p.1.

município (ainda amplamente realizado pelos vagões da NOB). Há casos, por exemplo, que os buracos das ruas são consertados em razão da aproximação da procissão em louvor a São Sebastião, padroeiro do município.

Essa preocupação com a manutenção, limpeza e “embelezamento” do espaço público é freqüente ao jornal e estava em sintonia com os ideais sanitaristas que vigoravam no Brasil desde o final do século XIX com a formação e desenvolvimento das grandes cidades nacionais como São Paulo e Rio de Janeiro.

De acordo com Bresciani, “a idéia sanitária nasce com a dupla concepção física e moral, ou melhor, com a sugestão de que se atingiria a mente e a formação moral do homem por meio da modificação do ambiente e, em decorrência, do corpo e do comportamento das pessoas”¹⁷². Nessa perspectiva, seja por meio de notas que cobram o cumprimento do Código de Posturas em vigência seja por meio da publicação de editais, o semanário chama a atenção para a necessidade de limpeza das vias públicas e particulares como formas de garantir à Avaí o aspecto de urbe asseada, civilizada e habitada por homens saudáveis.

Nesse sentido, são vários os textos que discorrem sobre a obrigação de “todos os senhores proprietários de prédios fazerem a completa limpeza nos seus quintaes, bem como aos proprietários que tem terrenos em aberto no perímetro da cidade ser feita a limpeza” sob pena de multa¹⁷³, além das advertências do jornal sobre a sujeira em que se encontravam as ruas da cidade, responsabilizando não só a administração pública como também os moradores pela situação. A matéria intitulada “As ruas e quintaes”, veiculada no dia 29 de julho de 1928, por exemplo, sugere a promoção de uma “campanha de sanidade que a dirigente mestra será a Câmara Municipal e os auxiliares serão todos os moradores daqui”. O redator, assumidamente, culpa os moradores pelo estado em que se encontravam as ruas e os quintais da urbe “porque pelas próprias mãos são os que atiram lixo, o resto gordurosos das cozinhas em lugar humido e sem sol, onde a fermentação logo se inicia, trazendo, muitas das vezes, conseqüências funestas”. Além da limpeza, o periódico ainda cobra da prefeitura a “necessidade da extinção de cães que perambulam pela cidade, expondo scenas indecorosas, ao lado de um perigo eminente aos transeuntes”¹⁷⁴.

¹⁷² BRESCIANI, M.S. M. As Sete Portas da Cidade. *Espaço e Debates*. n. 34. 1991. p. 11.

¹⁷³ Edital. *AVAHY-JORNAL*. Avaí. 18 mar. 1928. p.2.

¹⁷⁴ Com a prefeitura. *AVAHY-JORNAL*. Avaí. 22 abr. 1929. p.2.

Segundo Rolnik, durante o período colonial, a presença de lixo rente às casas e os buracos das ruas dificultavam a circulação da população burguesa em São Paulo, principalmente das mulheres de tal condição social. Entretanto, conforme já destacado, com a República e o advento da modernização, a rua consolidou-se enquanto lugar de circulação por excelência: suas medidas foram regularizadas, seus buracos foram arrumados, o lixo fora retirado, a iluminação a gás foi implantada. O lixo, dessa forma, além de dificultar o trânsito de veículos e da população em geral, era entendido como símbolo de retrocesso, empecilho que não contribuía para o embelezamento da cidade governada pelas elites burguesas.

Além de ser retirado o lixo, era preciso tornar as ruas ambientes mais bem iluminados. A iluminação pública configura-se, nesse momento, enquanto elemento importante e facilitador da vida noturna, tomada como um hábito dos novos tempos, motivada pelo aparecimento dos cafés, bares, teatros, confeitarias como assinala Sevckenko sobre a paulicéia nos primeiros decênios do século XX.¹⁷⁵

No caso de Avaí, o que se percebe pela leitura do jornal é que não havia uma uniformidade na distribuição dos postes de iluminação pela cidade, apesar do município possuir iluminação pública desde 1914, quando a Prefeitura de Bauru autorizou que os lampiões a querosene retirados de suas ruas fossem instalados em Avaí. Pouco tempo depois, em 1920, os lampiões foram substituídos por energia elétrica, que atingia basicamente as ruas do centro da urbe, próximas à Estação Ferroviária¹⁷⁶. O jornal por várias vezes citou o contrato que a municipalidade mantinha com a Companhia Paulista de Força e Luz, com vigência até o ano de 1948, autorizando a empresa ao direito exclusivo de produzir, transmitir, distribuir e vender dentro do município a energia para iluminação pública e particular. No entanto, até 1931, a iluminação não tinha chegado ao bairro Vila Oliveira que, segundo o periódico, “é nosso principal bairro, onde as construções se sucedem com relativa freqüência principalmente de operários”¹⁷⁷. Observamos, nesse sentido, que mais uma vez a legislação urbana não significava instrumento para atender as necessidades de uma maioria, sempre proteladas, adiadas.

¹⁷⁵ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 1920**. São Paulo: Companhia das Letras.

¹⁷⁶ 85º Aniversário do município de Avaí. Avaí: v.1, n.1/dez. 2004. p.7.

¹⁷⁷ Nossos melhoramentos. **AVAÍ-JORNAL**. Avaí. 01 abr. 1928. p.1.

Além disso, o jornal retrata as péssimas condições da manutenção das linhas elétricas do município como um todo, ocasionando inclusive a morte do baiano Simpliciano Fernandes, eletrocutado ao encostar-se em um fio solto, cobrando das autoridades policiais a instauração de inquérito contra a Companhia de Força e Luz¹⁷⁸.

Outra reclamação diz respeito à fragilidade da rede de energia. Pampas, numa bem humorada poesia intitulada “A luz”, chama a atenção para essa questão:

- Ai mulata, tenho medo do escuro,
Já passei por um apuro...
- Não me negô, a casa é pequenina
E em vez de luz... tem lamparina...

Ai pooh! Popooh!
A luz acostumou!
Vento soprou,
Chuva ameaçou,
Passarinho mijou:
Luz apagou!

Ai pooh! Popooh!
Ai pooh! Popooh!
Para o carnaval contractou a Prefeitura,
Para não ficar nesta eterna sepultura,
Uma flotinha de pyrilampos
Que nunca falha, que vem dos campos!

Ai luz! Ai luz!
Guaricanga
Não te seduz,
E sem tanga
Elle se reduz,
Por causa de ti: oh! Luz

Num baile, a luz de repente apaga
Elle apalpa, abraça, não indaga.
Mas a luz accende e vê quem era:
Uma horrível pernóstica megera!
Oh! Que folia!

Oh! Que alegria!
Confetti, serpentina,
Zé Pereira,
Baile em fantasia!
Que boccas! Que paitos!

Que seda transparente e fina!
Oh! Quantos sacrifícios são feitos

¹⁷⁸ De Nogueira. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 24 mar. 1929. p.2.

Que a luz ilumina!¹⁷⁹

O autor descreve, num tom humorístico, as inconveniências da frágil instalação elétrica no município, comparando-a inclusive como inferior a luz propagada pelos vagalumes e sugerindo a volta às lamparinas. Porém, as reclamações em relação à iluminação pública não paravam por aí. O aumento do preço do kwh pela Inspetoria de Concessão do Rio de Janeiro no ano de 1931, também era alvo de constantes críticas do jornal¹⁸⁰ e ocasionou até mesmo uma série de manifestações contra a Companhia de Força e Luz do Estado de São Paulo por várias cidades da Noroeste. Em Avaí, foram arrecadadas 50 assinaturas entre comerciantes, lavradores e industriais que foram enviadas a Associação Comercial de Bauru com a proposta para que fosse abolida a taxa mínima de consumo, sendo cobrada somente o aluguel do medidor por 2\$000 no mês que não houvesse gasto residencial. Além disso, pediam a fixação de \$600 por kwh pela luz e \$400 pela força, totalizando 1\$000 kwh. O preço cobrado pela Companhia de Força e Luz na época era de 12\$000 kwh¹⁸¹, justificado pela empresa como resultado da desvalorização cambial pela qual o país passava a partir da crise de 1929.

O jornal, nesse caso, coloca-se a favor desse “importante movimento em defeza do povo”, encampando a campanha coordenada no município por Antonio J. Andrade, Antonio Alves Filho, Hipólito Porto Netto, João Garcia Villar, Dr. Candido Pereira, José Victoria, Agostinho Rodrigues, José F. Anthero Roxo, Antonio Venâncio, Dr. Carlos Ribeiro, Alcindo Zulian e João Abdalla, muitos deles lideranças política veiculadas aos partidos democrata e republicano¹⁸², o que mais uma vez sinaliza a atuação do jornal enquanto representante da elite local, que divulgada, corrobora e encampa seus pensamentos e planos para a cidade.

Outra questão encampada pelo jornal foi a instalação do telefone no município. Nas palavras do periódico, muito embora a cidade fosse pequena, eram eles de grande utilidade. “A prova melhor que se pode apresentar, é, depois de installados observar a freqüência com que seus assignantes os usam”¹⁸³. O jornal retrata, por exemplo, o envio à Companhia

¹⁷⁹ PAMPAS. A luz. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 12 fev. 1928. p.2.

¹⁸⁰ Preço official da electricidade. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 01 mar. 1931. p.1.

¹⁸¹ Força e Luz. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 06 dez. 1931. p.1.

¹⁸² Força e Luz. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 14 dez. 1931. p.1.

¹⁸³ Nossos Melhoramentos. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 01 abr. 1928. p.1.

Telefônica de uma lista contendo “duas dezenas de assignaturas” de interessados na instalação residencial desse “meio rápido de comunicação”¹⁸⁴. No entanto, apesar da reunião realizada entre o prefeito da época João Pereira Novo e J. S. Monteiro Filho, que confirmou a instalação de aparelhos no município, até o período final de circulação do semanário havia em Avaí somente um posto telefônico, que se localizava inclusive na redação do AVAHY-JORNAL sob a responsabilidade do sócio Joaquim Rodrigues Marujo Filho¹⁸⁵.

A instalação completa de linha telefônica na cidade era justificada pelo jornal como um benefício que traria progresso e modernidade à Avaí, apesar de saber que somente cerca de 25 pessoas se anunciaram dispostas a arcar com os custos de sua instalação. Assim como o telefone, qualquer outra obra de melhoramento que viesse a ser feita na cidade era entendida como um progresso inestimável, consolidando o pensamento de um futuro promissor reservado aos municípios que primavam pelo desenvolvimento.

Foi nessa concepção que a idéia de construção da Santa Casa de Avaí foi fundamentada. Assim como a instalação da eletricidade e da rede telefônica, a nova obra também era vista como um progresso de “magna importância”, um melhoramento necessário para “atender os necessitados do lugar”. A idéia partiu da iniciativa particular do sócio do AVAHY-JORNAL Joaquim Rodrigues Marujo, do fazendeiro Antonio Domingos de Oliveira, do líder democrata Antonio J. Andrade e dos comerciantes Agostinho Silva Junior, Manoel Antonio Mouco, Salathiel de Toledo, Manoel dos Santos Esgalha e João Garcia Villar. Apesar de seu terreno ter sido doado pelo proprietário da Vila Oliveira em 1928, a construção da Santa Casa teve início somente em 1930, tendo sido finalizada no ano seguinte¹⁸⁶.

O jornal retrata que a edificação do “templo de caridade” movimentou a cidade como um todo. Na edição do dia 3 de agosto de 1930, fora publicada uma lista dos donativos obtidos para a Santa Casa e que ocupou duas colunas e meia do jornal. As doações eram variadas, feitas tanto em dinheiro como em alimentos ou material de

¹⁸⁴ Telephone. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 16 fev. 1930. p.1.

¹⁸⁵ Telephone. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 27 dez. 1931. p.1. Após o fechamento da redação do AVAHY-JORNAL, o posto telefônico transferiu-se para a Casa Brasil, de propriedade de Alcindo Zulian.

¹⁸⁶ Santa Casa. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 26 jan. 1930. p.1. Segundo Pita, a instituição nunca chegara a funcionar por falta de recursos, sendo abandonada em 1937. Em 1958, o prédio foi demolido e seus materiais de construção utilizados para a edificação do Cine Avaí pela Prefeitura.

construção. Dali a dois dias, foi anunciado o lançamento da pedra fundamental com um “espocar de diversos foguetes” e a benção do Padre Nicolau Ruyter, da paróquia local. O evento foi acompanhado por muitas famílias avaienses¹⁸⁷. Segundo o jornal, a inauguração da Casa de Misericórdia materializava o caráter e espírito de seus idealizadores. Mais do que uma instituição filantrópica, a construção da Santa Casa significava a concretização da imagem de uma elite benfeitora, preocupada com seu povo.

É esse mesmo sentimento que permeia a fundação da Liga de São Lázaro, espécie de comissão com a função de atender aos interesses dos morféticos e auxiliar na captação de recursos para a finalização do leprosário Aimorés¹⁸⁸ em Bauru. No entanto, essa não era a única instituição formada para esse fim em Avaí. Além dela, a Caixa Pró-Morfético mantida pela loja Maçônica e a própria administração municipal consistiam numa tríade com o “nobre” objetivo de arrecadar fundos para auxiliar na construção de um leprosário na zona da Noroeste, para atender a todos os leprosos da região que não possuíssem meios financeiros de se manter, “dando-lhes não só um viver mais feliz e comodo, como também um carinho familiar”¹⁸⁹.

A participação da administração pública foi decidida na primeira reunião do Congresso Regional da Noroeste acontecida em Bauru e da qual participaram como representantes de Avaí os chefes políticos Domingos Zulian e João Xavier de Mendonça e o presidente da Câmara Municipal na época Hypólito Porto Netto. Além de sua finalidade patriótica, social e humana, essa frente única formada no município “pró” os morféticos é entendida pelo jornal como uma “medida higiênica”, “impedindo-os de perambular pela cidade” essa “gente que nos causa dó e nojo”:

[Os leprosos] são até hoje atendidos em tudo quanto desejam, e com um *numero restrictissimo de ruas por onde podem passar*, há uma medida higienica inteiramente salutar.

Na execução e sustento dessa obra pró-morpheticos, as famílias avahyenses vem prestando grande e optimo apoio.

(...)

O leprosário estando em actividade terá sob o seu teto o maior numero possível dos leprosos; até aqui muito bem.

Há, no entanto, um grande, mas bem grande numero de outros doentes do mesmo mal, que por possuir qualquer meio de subsistência próprio, bem como qualquer propriedade metida em qualquer desses sertões ou mesmo em lugares

¹⁸⁷ Santa Casa. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 10 ago. 1930. p.1.

¹⁸⁸ Liga de São Lázaro. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 24 maio 1931. p.1

¹⁸⁹ Pró-morpheticos. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 04 dez. 1927. p.1

longínquos, não se apresentará por certo para viver sob o *regimen hygienico a que se deve submeter*.

E aqui é que está um ponto de magna importância, porque serão estes doentes os transmissores do mal que trazem. Assim sendo, de nada valerão os esforços de um punhado de gente nobre e abnegada, procurando dar-lhes hygiene e conforto, quando um outro grande numero está em substituição aos pedintes ambulantes, propagando o mal que nos aterroriza¹⁹⁰. (grifos acrescentados)

Essa nota é esclarecedora em diversos aspectos. Um deles é o uso mais uma vez da legislação urbana como forma de delimitar fronteiras espaciais, já que o jornal afirma existir na cidade um número delimitado de ruas por onde os portadores do mal de Hansen poderiam circular. Outro ponto faz referência à questão higiênica adotada como justificativa para atingir a segregação espacial. Ademais, há o uso da legislação e da imprensa, que na época já se configurava como grande veículo de comunicação de massa, como formas de legitimar e divulgar valores que condenam à margem aqueles que não se encaixam no padrão de sociedade considerada como ideal. Dessa forma, enquanto a administração pública e os idealizadores de projetos “pró” morféticos eram retratados pelo jornal pelo seu caráter caridoso e benfeitor, o leproso carregava a milenar imagem de um grupo que deveria ser extirpado do meio social.

Diante do exposto, acreditamos ter ficado claro o domínio de uma elite nos órgãos da administração pública e da utilização estratégica de sua posição política na cidade para implantar projetos de seus interesses, definir prioridades, atender aos seus anseios, se afirmar enquanto benfeitores e construir a imagem de vanguarda capaz de trazer o progresso ao município e proporcionar o bem estar do meio social. Além disso, demonstramos de que maneira o AVAHY-JORNAL, enquanto representante dessa elite, divulgou e corroborou todas essas perspectivas.

Nos tópicos seguintes, trataremos do terceiro e último objetivo proposto por esse estudo e visa contemplar às transformações e comportamento da sociedade avaiense no período de circulação do jornal: as práticas culturais urbanas, o movimento social, a circulação e a regulação de fluxos na cidade, a afirmação e a divulgação de representações sociais pela sociedade e pelo AVAHY-JORNAL.

¹⁹⁰ Ibidem.

3 O URBANO NO AVAHY-JORNAL

3.1 Universo urbano: a sociedade avaiense nos anos de 1920

Entender o cenário urbano avaiense nos anos 1920, as práticas culturais dos habitantes da pequena e jovem cidade interiorana, seus movimentos, fluxos e tensões sociais consistem a última parte deste relatório e, assim como o item anterior, contribui para o entendimento sobre a temática urbana das cidades da zona oeste do estado de São Paulo. Nesse sentido, faz-se necessário novamente destacar que a leitura da vida na cidade foi feita a partir dos temas levantados pela prática jornalística do AVAHY-JORNAL que, em certa medida, expressou a organização daquela sociedade, seus estilos de vida, seu comportamento público e privado, seus momentos de lazer.

No que diz respeito ao universo urbano, o jornal revelou existir no município formas diferenciadas de diversão, algumas delas restritas somente às elites avaienses e outras mais populares, que permitiam a participação de toda a população. No entanto, como observado no item anterior, a atuação do AVAHY-JORNAL, enquanto representante das elites no município, privilegiou os acontecimentos sociais dos grupos política e economicamente dominantes na cidade. Mesmos as formas mais populares de diversão – como é caso do futebol e do cinema – são mostrados pelo jornal enquanto práticas proporcionadas por um grupo supostamente antenado aos novos hábitos modernos, que investe e lucra com os mecanismos de diversão.

Sobre os eventos sociais da elite, faz-se necessário destacar que o jornal os mostra como acontecimentos dignos de nota, merecedores de elogios e símbolos de progresso para Avaí. Em todos esses eventos particulares percebe-se a intenção de demarcação de “nobres” territórios, nos quais só era permitido a entrada de elementos previamente selecionados e não os eram da camada popular¹⁹¹. Nesse sentido, percebe-se que havia na cidade territórios demarcados que, se não impediam, ao menos dificultaram o convívio cotidiano de segmentos diversificados nos momentos de lazer.

¹⁹¹ Não há, contudo, informações no jornal que indiquem quais eram os territórios restritos às camadas populares, ou seja, espaço restritos que impediam o convívio com indivíduos diferente dos seus pares.

A existência do Centro Recreativo Avaiense, núcleo convivência dominado pelas elites locais, é um exemplo disso. A inauguração do espaço mereceu destaque na edição do dia 15 de setembro de 1929, ocupando as duas primeiras colunas do jornal. O orador Clodoaldo de Abreu, que na época também a máxima autoridade policial na cidade, foi enfático ao declarar que o centro representava um “baluarte para as grandes conquistas sociais deste município”, evocando “a boa recepção por parte das principais famílias da cidade” para conseguir “a organização do nosso Centro que, na sua jornada, que será longa, muitos e muitos benefícios trará para a nossa localidade”¹⁹².

O discurso de Abreu afinava-se com muitos outros da classe burguesa avaiense que há tempos cobrava o surgimento de um recinto como esse, destinado às “boas famílias” do município, no qual seriam realizadas as reuniões sociais. O artigo de Peri de Nyoac (pseudônimo) é bem incisivo ao afirmar que o ambiente traria “vida social” ao município pois reuniria “em seu seio o que há de mais representativo em nossa família social e com seus estatutos, que são verdadeiros baluartes”¹⁹³. Também Carlos Nelson Improta, em na carta aberta enviada ao recém empossado prefeito Dr. Nuno de Assis, cobrou melhoramentos imprescindíveis ao progresso de Avaí como a instalação da rede de esgoto, o cuidado com as estradas de automóveis e a inauguração de uma agremiação familiar “onde a sociedade [leia-se elite] possa reunida trocar idéias, aprender cousas novas, dançar, ler, formar boas amizades, gozando, assim, de um direito universal só aqui não experimentado...”¹⁹⁴.

Nesse sentido, vale destacar que a primeira diretoria do clube constituída é mais do que reveladora da intenção de arquitetar um espaço feito pela e para a elite avaiense, representada por indivíduos com influências política e econômica na cidade. Dela faziam parte o prefeito e médico Nuno de Assis, os chefes políticos João Xavier e Domingos Zulian, os comerciantes Alcindo Zulian, João Virginio, Francisco Porto, Antonio Domingos de Oliveira, Ladislau Grisik e Carlos Norberto Aliandro, os funcionários públicos Clibas Pacheco Jordão, Aryovaldo Xavier e Cel. Francisco Tozoni, o delegado

¹⁹² Sem título. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 15 set. 1929. p.1.

¹⁹³ NYOAC, P. Avahy, cidade boneca. **AVAHY-JORNAL**. 18 ago. 1929. p.1.

¹⁹⁴ IMPROTA, C. N. Carta Aberta. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 20 jan. 1929. p.1.

Clodoaldo de Abreu, o deputado federal Gomes Berriel e o médico Joaquim Candido Pereira¹⁹⁵.

Além de tornar-se um espaço de convivência para a elite avaiense, alternativa ao ambiente particular da moradia, o Centro Recreativo configurava-se como um ponto de vida noturna em Avaí, facilitado pelo incremento da iluminação pública e particular na cidade, atraindo a burguesia às ruas “em busca de uma prosa ou de outra distração”. Não há em nenhum momento a intenção de promover a interação com os mais diversos segmentos sociais da cidade. O que se percebe é que o clube representava, antes de tudo, um ambiente exclusivo com a função de garantir à elite o não contato com o restante da população¹⁹⁶.

Nesse sentido, notamos que assim como observado por Rolnik nos anos finais do século XIX em São Paulo, também em Avaí nos anos de 1920 houve o surgimento de espaços intermediários entre o público e privado, territórios de sociabilidade restritos a determinados grupos, além da disseminação do espaço doméstico conhecido como sala de visitas. Segundo Rolnik, seria nesse espaço público dentro dos leres que um público selecionado se socializaria, pois “se a rua mistura grupos sociais, origens, sexos, a sala de visitas seleciona as misturas permitidas”¹⁹⁷.

Nesse sentido, foram inúmeras as vezes nas quais o jornal, como porta-voz do segmento, noticiou as reuniões “sociais” e particulares da elite como os bailes de aniversário, os chás dançantes, as festas de carnaval. A nota veiculada na edição do dia 24 de maio de 1931, por exemplo, parabeniza Avaí pela movimentada semana de vida social com a realização dos bailes organizados por José Victoria, Elydio Silva e Alcindo Zulian. Nesse sentido, também o baile de aniversário do deputado Gomes Berriel mereceu destaque do periódico, ocupando uma coluna inteira de sua primeira página:

Não nos recordamos na história social de Avahy, um facto que tão frisantemente produzisse uma reunião magnífica e estupenda como a do dia 14 último.

(...)

Às 20 horas desse dia, eram numerosos os automóveis das famílias que foram em visita. As salas diversas de sua grande casa – a sede de sua fazenda – ficaram repletas. Também cheio ficou o pomar ao lado, todo illuminado por luz electrica,

¹⁹⁵ Centro Recreativo Avaiense. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 08 set. 1929. p.1.

¹⁹⁶ O centro ainda existe na cidade e atualmente é conhecido como Avaí Clube. Segundo Pita, o ambiente continua exclusivo para a elite local, apesar de ser mantido pela prefeitura.

¹⁹⁷ ROLNIK, R. **A Cidade e a Lei**. Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp. 1999.

numa belíssima combinação de cores. Iniciou-se um alegre e festivo baile – a parte primordial dos festejos do aniversariante – que foi até a madrugada. Tocou a Jazz-band da Banda Municipal que também aderiu a manifestação. (...)

O serviço de buffet apresentado, além de ser a farta, foi irrepreensível. Pela madrugada, com um abraço de felicitação, despedia-se cada visitante debaixo de magnífica impressão, dado o trato lhano, dada a satisfação que se sentia no lar da Família Gomes Berriel¹⁹⁸.

Com esse mesmo tom, o periódico anunciara o baile de comemoração da data da Independência na casa de Nuno de Assis, a comemoração do aniversário de Benedicta Banducci Zulian, a homenagem a Antonio J. de Andrade, os bailes de Momo organizados por João Esteve de Souza e Bernardo Siriani no carnaval de 1928: todos eles representantes da elite avaiense.

Outro fato interessante sobre as práticas de lazer do segmento é que muitas vezes os acontecimentos sociais da elite são justificados como eventos em prol de toda a comunidade, sustentados pelas boas intenções do grupo, empenhado pelo progresso de Avaí. São os casos, por exemplo, da organização dos festivais teatrais e literários, espetáculos infantis e leilões beneficentes com o propósito arrecadar dinheiro para fins beneméritos como a caixa do Grupo Escolar municipal, o término do altar da Igreja, o início das obras da Santa Casa, a causa do Leprosário Aymorés. Sobre isso, destacamos a edição dia 22 de abril de 1928 que noticia a doação de 50\$000 para a construção do altar na Igreja Matriz conseguida “em uma reunião social em casa do Sr. Salathiel Anízio de Toledo”¹⁹⁹, construindo a imagem de uma elite que tudo faz para o município, até mesmo quando pensa em se divertir.

No entanto, apesar das inúmeras festas particulares destacadas pelo semanário, seria exagero afirmar que não havia também na pequena cidade interiorana dos anos 1920 espaços compartilhados pelos mais diversos grupos sociais. As festas religiosas em louvor a São Sebastião, padroeiro da cidade, por exemplo, eram momentos de lazer que permitiam a mistura dos mais variados segmentos sociais. Sobre isso, Pita chama a atenção para o fato de que as comemorações do padroeiro eram realizadas durante quase todo o mês de janeiro, e organizadas pelas comissões nomeadas por membros ativos na Igreja. Dessa forma, toda a população poderia se divertir com as rifas, as barracas de prendas, o concurso de calouros,

¹⁹⁸ Dep. Gomes Berriel. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 20 out. 1929. p.1.

¹⁹⁹ Valioso donativo. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 22 abr. 1928. p.2.

o pau de sebo e o correio elegante²⁰⁰ das quermesses da Igreja Matriz assim como participar das procissões e comunhões.

Mesmo assim, a leitura do AVAHY-JORNAL nos permite observar que antes de desejar o convívio com elementos populares, a elite enxergava nessas oportunidades maneiras de se auto-afirmar no seio urbano. Dessa forma, além de expressar a fé religiosa burguesa, atenta aos ensinamentos cristãos que pregavam a caridade perante aos menos favorecidos e a igualdade social ante Deus, as festas religiosas também eram oportunidades das elites se auto afirmarem como benfeitoras de Avaí.

O domínio das comissões organizadoras dos eventos é um sinal disso. Nesse sentido, destacamos a comissão organizada para receber o bispo Dom Ático Euzebio da Rocha, em 20 de agosto de 1929, formada por elementos ligados à administração pública e ao comércio da cidade como Joaquim Rodrigues Marujo Filho, Carlos Norberto Aliandro, (ambos representantes do AVAHY-JORNAL), o prefeito Nuno de Assis, o delegado Clodoaldo de Abreu, o chefe político Domingos Zulian, o deputado federal Gomes Berriel, o funcionário municipal Cel. Francisco Tozoni de Carlis, os comerciantes Alcindo Zulian, José Feliciano Anthero Roxo, Ari Xavier de Mendonça, Raphael Nocera e Manoel dos Santos Esgalha. Dessa forma, nota-se o intuito da elite manter-se enquanto liderança, vanguarda na cidade até mesmo nos acontecimentos sociais que agitavam a vida urbana do município.

Também no que se refere às formas mais populares de diversão, como o cinema e o futebol, o semanário configurava-os como iniciativas levadas a cabo pela elite, “esforçosa” em promover o lazer na cidade e não como empreendimentos comerciais lucrativos e com preços acessíveis para maior parte da população.

No caso do cinema, por exemplo, a casa surgiu em Avaí quando a povoação ainda era denominada São Sebastião do Jacutinga, no ano de 1910. Por mais de duas décadas, o cinema recebeu o nome de Cine Ideal, tendo sido comandado por vários empresários como Sr. Seraphim, Pedro Capelati, Camillo Mady e José Victorio. Esses dois últimos comandaram o local durante grande parte da vida do AVAHY-JORNAL que, durante quase toda as suas edições, noticiou os filmes que seriam apresentados nas sessões semanais, sempre aos domingos.

²⁰⁰ Festa de São Sebastião em Avaí foi notícia em Bauru. **O Avaiense**. Avaí; dez. 2007. p.8. Vivaldo Pita.

Também era prática comum em Avaí, as apresentações serem anunciadas por meio de alto falantes - chamados de “as trombetas ou funis” - espalhados em pontos específicos da cidade como a Vila Oliveira, bairro carente do município. Dessa forma, tentava atrair a atenção da população e consolidar o cinema como hábito na cidade, momento de lazer no qual o público poderia entregar-se aos estímulos provocados pela telona, que insistia em narrar, todos os domingos, os dramas humanos cotidianos.

No que se refere aos títulos, nota-se uma predominância muito grande das produções norte-americanas. Sobre isso, Sevcenko destaca que “os norte-americanos, com suas técnicas propagandísticas e amplos sistemas de distribuição, conseguiam colocar, em 1920, mais de 70 milhões de metros de filme no mercano sul-americano”²⁰¹. Além de se render aos filmes hollywoodianos, os proprietários do cinema local também ficavam atentos às produções exibidas na capital como observado na edição de 12 de agosto de 1928, na qual o jornal destaca a apresentação do filme “Napoleão”, “magnificamente elogiado pelos jornaes da capital”.

No entanto, o empreendimento de Camillo Mady e José Victorio parecia não agradar a todos nem contar com a freqüência de grande parte da população. Sobre isso, destacamos as constantes reclamações dos moradores próximos ao local, perturbados pelo barulho causado pelas projeções cinematográficas²⁰² e as diversas vezes, ao longo de quase cinco anos, que cinema fora fechado dado à baixa freqüência das sessões, resultado do pouco dinheiro circulante após a crise do setor cafeeiro, fortemente sentida pela cidade dependente da economia do café. Na edição do dia 04 de outubro de 1931, por pesar, o colaborador Levino Fernandes da Cruz anuncia, com pesar, mais uma vez do fechamento da casa:

No segundo momento de iniciar-se o segundo período, percebi um silencio geral na sala, e vi, que os olhares dos presentes, convergiam-se para uma das frizas. Era o snr. Camillo Mady, um dos empresários que transmittia ao público a notícia que tinha soado aos meus ouvidos, na linda tarde de domingo, confirmando o encerramento definitivo do nosso cinema.

Porque? Porque os prejuízos estão sendo elevados pela diminuição da freqüência ultimamente.

²⁰¹ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 1920**. São Paulo: Companhia das Letras. p. 92.

²⁰² Com o cinema. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 26 maio 1929. p.2.

Confesso que fiquei triste. Iremos ver mais uma vez cerradas as portas dessa casa de diversões que sempre dava um tom alegre à nossa cidade, nos dias de festas e aos domingos. Enfim... esperamos pela sua sorte²⁰³.

Apesar dos esforços dos empresários, que organizaram jogos do futebol como forma de arrecadar dinheiro para a manutenção do cine, a sorte parece não ter vindo até o final da circulação do AVAHY-JORNAL²⁰⁴ e o cinema, dessa forma, não se consolidava como novo hábito urbano amplamente consumido e freqüentado pela população avaiense, em especial as camadas populares. Mesmo assim, não podemos desconsidera-lo como uma prática de lazer urbana em Avaí no período da existência do jornal.

Além do cinema, o esporte, em especial o futebol, se configurava como outra forma de lazer na cidade. Assim como a casa de projeções cinematográficas, o time local chamado Esporte Clube Estrela da Noroeste (ECEN) e inaugurado no ano de estréia do jornal, em 6 de fevereiro de 1927, também fora pensado como um empreendimento da elite para a população local, “do mais humilde ao mais saliente morador”. Uma das suas primeiras diretorias, por exemplo, era constituída de nomes como Antonio J. Andrade, Salathiel Anízio de Toledo, João P. Novo Filho, Hildebrando de Freitas, Anésio Xavier de Mendonça e Manoel dos Santos Esgalha, indivíduos anteriormente apontados como representantes da burguesia avaiense impregnada nos setores da administração (como o caso de Antonio J. Andrade, líder democrata, um dos prefeitos da conturbada fase de 1930) e nos setores economicamente dominantes na cidade.

Sobre isso é interessante destacar que para o jogador atuar no time precisava, obrigatoriamente, contribuir com o clube, associando-se. Além disso, era cobrado por preços “módicos” os ingressos da torcida em quase todas as partidas, o que fazia do empreendimento um investimento lucrável para os seus diretores.

No entanto, não podemos ser tendenciosos a ponto de afirmar que a fundação do clube pela elite local não foi apreciada por toda a sociedade em geral. Nos anos de 1920 em Avaí, o futebol consagrava-se como diversão garantida para as tardes de domingo e assunto constante de praticamente todas as edições do AVAHY-JORNAL, merecedor de longas colunas dedicadas a contar os pormenores dos jogos, a convocação dos jogadores aos

²⁰³ Cinema. AVAHY-JORNAL. Avaí. 04 out. 1931. p.1.

²⁰⁴ Segundo Pita, o Cine Ideal (posteriormente chamado Cine São Sebastião) voltaria a reabrir várias outras vezes para fechar definitivamente nos anos 1950, quando fora definitivamente substituído pelo Cine Avaí, em pleno funcionamento até a década de 1980.

treinos, a animação da torcida, as falhas do juiz, os frangos do goleiro, os planos da diretoria.

Segundo Sevcenko, as provas esportivas, em especial as futebolísticas, começaram a ganhar o cenário da cidade de São Paulo já na década de 1910 e foram prontamente imitadas por outras cidades do interior do Estado. Ele defende que “o fenômeno esportivo em geral, futebolístico em particular, é uma manifestação plenamente urbana, que palpita de um modo ou de outro por todos os devãos da cidade e preenche o tempo ampliado das horas de lazer”²⁰⁵.

Em Avaí, por exemplo, para os representantes do jornal, investir no futebol local significava fazer de Avaí merecedora da alcunha de “adiantada e progressista”, além de contribuir como intensificar dos laços de amizade mantidos com outras cidades como Presidente Alves, Cafelândia, Lins, Pirajuí e Bauru por meio da vinda dos clubes de lá.

Nesse sentido, a vinda de um time de Santos, o Sul América, para jogar contra o ECEN fora entendido, pelo jornal, como motivo de orgulho visto que Avaí foi a primeira cidade da região a trazer um time de uma “cidade importante do Estado”. Toda a cidade se agitou diante do fato. O próprio AVAHI-JORNAL dedicara meia página para anunciar o jogo daquela tarde em letras enormes, incomuns às adotadas em geral pelo semanário. O orgulho crescera ainda mais depois que o Estrela vencera a partida por 1 a 0. e, em comemoração, a diretoria pagaria um jantar para os dois quadros no Hotel Bela Vista, numa noite inesquecível e festiva²⁰⁶.

No entanto, não eram somente os jogos do ECEN que atraía a atenção da população. Percebe-se que também eram concorridas as disputas amadoras como aquelas que reunia os quadros dos “Solteiros” contra os “Casados”, os “Gordos” contra os “Magros”, a “Colônia Italiana” contra a “Colônia Síria”. Além disso, organizava-se na cidade partidas de futebol como meio de arrecadar recursos para fins considerados beneméritos, como, por exemplo, a disputa entre “os quadros Senhoritas e Rapazes num jogo em benefício a caixa pró morphéticos”.

Diante da “paixão” avaiense pelo futebol, incisivamente propagandeada pelo periódico, o redator Carlos Norberto Aliandro cobra da diretoria mais dedicação e interesse

²⁰⁵ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 1920**. São Paulo: Companhia das Letras. p.60.

²⁰⁶ “Sul America versus Estrella”. **AVAHI-JORNAL**. Avaí. 18 mar. 1928. p.2.

para que não deixassem “arrefecer o futebol em nossa terra”. Segundo ele, “o futebol proporciona ao Avahy horas gradas de prazer e de surpresas. É necessário que elle siga sua rota nesta terra e que, um dia, esteja na vanguarda de toda zona futebolesca, marchando para outros triumphos em conquistas de novas vitórias”²⁰⁷.

Além do futebol e do cinema, o circo era outra forma de diversão de caráter mais popular, que o ocupava os momentos de lazer da cidade de forma esporádica. No período de circulação do AVAHY-JORNAL, sete circos diferentes passaram pela cidade sem, contudo, merecerem mais do que poucas linhas do jornal. Entendemos, nesse sentido, que por não se tratar eventos da elite ou organizados pelo segmento não mereceram muito destaque do jornal.

Mas o fato é que tanto o cinema, quanto o futebol e as apresentações circenses se configuravam como formas de lazer mais democráticas na cidade, que atingia grande parte da população e agitava a vida local aos finais de semana. Nesse sentido, Sevcenko destaca as diversões, concentradamente nos fins de semana, seriam “a rigor incorporadas em doses metódicas como práticas indispensáveis das rotinas cotidianas”²⁰⁸. Segundo ele, na paulicéia dos anos 1920, descanso nos dias de sábado e domingo se tornou símbolo de obsolescência enquanto os adeptos do lazer eram comumente identificados como jovens, sintonizados com a modernidade.

Em Avaí, o papel de promoção social do lazer deveria ser cumprido pela elite, pelo menos é dessa forma que a questão é retratada pelo jornal no que se refere aos momentos de diversão de caráter mais popular, por exemplo. Já no que se refere aos eventos “sociais” da burguesia local, como observamos anteriormente, houve na cidade a formação de territórios exclusivos para a convivência dos grupos políticos e economicamente dominantes na cidade, resultando, inclusive, na construção do Centro Recreativo Avaiense.

O AVAHY-JORNAL, como esperado, mais uma vez se portou enquanto representante dessas minorias. Essa tese continuará sendo defendida na última parte deste trabalho que pretende discutir o uso do semanário como meio para legitimar a formação e difusão de identidades aos elementos das camadas populares que não se inseriam na ordem burguesa dominante. Observaremos de que modo isso aconteceu no AVAHY-JORNAL.

²⁰⁷ Secção Esportiva. AVAHY-JORNAL. Avaí. 05 ago. 1928. p.2.

²⁰⁸ Ibidem.

3.2 Os grupos perigosos na ordem elitista da cidade

A leitura do AVAHY-JORNAL nos revelou, conforme já discutimos, um órgão de imprensa compromissado com as elites políticas e econômicas locais, porta-voz de seus anseios e necessidade, que corroborou representações sociais vigentes na sociedade da qual fazia parte. Sobre o conceito de representação social entendemos um conjunto de normas, pensamentos, pressupostos e valores que expressam o auto-entendimento que setores sociais fazem de si mesmos e sobre a sociedade. Ou seja, são construções parciais por meio das quais os sujeitos sociais enxergam a si e ao próximo. “Tal corpo de representações e normas parte da sociedade e da política, mas apresenta-se como um “discurso impessoal”. (...) Dito em outras palavras, a classe dominante se utiliza de tais representações para dar base e visibilidade a um articulado projeto de legitimação e ação política que nega outras possibilidades”²⁰⁹. Nesse sentido, também Cuche entende que “a autoridade legítima tem o poder simbólico de fazer reconhecer como fundamentais as suas categorias de representação da realidade social e seus próprios princípios de divisão do mundo social”²¹⁰

Durante seus quase cinco anos de atividade, percebe-se claramente um esforço do periódico na valorização de uma representação de Avaí (e, por extensão, de sua população) como ordeira, pacífica, lugar comandado por homens dignos e sedentos do progresso e desenvolvimento, apoiados em suas ações pelos moradores. Todos os elementos que atrapalhassem essa aparente “harmonia”, “normalidade” e “ordem” da cidade eram impetuosamente rechaçados pelo jornal como indignos de morar em Avaí, agentes desviantes que deveriam ser severamente repreendidos e até mesmo extirpados do ambiente social por meio de ações repressivas da polícia e/ou administração pública.

Para tanto, tinha os valores burgueses como modelos da vida em sociedade. Ou seja, apoiava-se em valores que faziam parte do pensamento da lógica burguesa vigente na cidade. Radicado nesta lógica, os produtores do jornal, corroboraram identidades aos mais variados grupos que se contrapunham ou convergiam com a ideologia dominante. A construção de identidades está inserida no conjunto de representações sociais. Sobre isso,

²⁰⁹ LOSNAK, C. J. **Polifonia Urbana**. Imagens e Representações – Bauru 1950-1980. Bauru: Edusc, 2004. p.37.

²¹⁰ CUCHE, Denys. Cultura e Identidade. In: **A noção de Cultura em Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 186.

Cuche destaca que essa construção se “faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo, orientam suas representações e escolhas”²¹¹. Ou seja, a atribuição de uma identidade resulta das interações entre os mais diversos grupos sociais e nos mecanismos de diferenciação utilizados em suas relações como as posições sociais, os valores morais, religiosos, as condições econômicas, as relações com o poder.

No processo de atribuição de identidade ao outro, busca-se, ao mesmo tempo, a atribuição de identidade a si mesmo como forma de se diferenciar, se destacar socialmente e proteger seu lugar social. Sendo assim, ao repelir o diferente por seu comportamento “desviante”, o semanário, inserido nos valores elitistas vigentes, corrobora para si e para o restante da população uma conduta considerada como ideal, padrão a ser seguido pelos demais. Os que fogem da “normalidade” não fazem parte, portanto, do grupo no qual se insere os representantes do jornal. Nesse aspecto, Cuche defende que “todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social. A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são identificados sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista). Nesta perspectiva, a identidade cultural aparece como uma modalidade de categorização nós/eles”²¹².

Esse tipo de catalogação social faz com que se criem estigmas, estereótipos e preconceitos em relação a uma pessoa ou grupos. Quem está fora dos moldes e padrões dominantes é muitas vezes visto como um agente perigoso, que deve ser monitorado e controlado pelos demais. A leitura do AVAHY-JORNAL corrobora essa prerrogativa.

Quase que semanalmente eram publicados o movimento da delegacia da cidade: o número de prisões, os elementos apreendidos, as causas da repressão. Na maioria das vezes, “turbulência” e “embriagues” eram os principais motivos para se prender alguém. Dessa forma, a polícia era o meio mais facilmente utilizado para tirar do convívio social os indivíduos que não contribuíam para a “ordem” e “harmonia” aparente da cidade. Na edição do dia 07 de setembro de 1930, o jornal descreve o que entende pela função do aparato policial na cidade:

²¹¹ CUCHE, Denys. Cultura e Identidade. In: **A noção de Cultura em Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999, p.182.

²¹² *Ibidem*, p. 177.

Na sua campanha de saneamento moral., vae a Dlegacia conseguindo a meta de sua funcção, em defeza da collectividade, desenvolvendo uma verdadeira prophylaxia social, assegurando a tranqüilidade da população, com os meios efficazes de que vem usando para tal fim²¹³.

Nota-se, portanto, que a cidade era entendida como espaço reservado somente a uma coletividade que se identificava com a ideologia e moral dominante. A polícia, nesse sentido, teria por nobre função fazer uma “profilaxia social”, eliminando os elementos “perigosos”, que não contribuísem para tal fim. Assim, a prisão de Bahianinho, depois de ter assaltado três estabelecimentos comerciais durante a mesma noite, fora vista pelo jornal como um merecido castigo ao seu “instinto perverso”²¹⁴, sem discutir, por exemplo, as condições econômicas e sociais que o levaram agir daquela maneira socialmente condenável.

Dessa forma, a repressão aos “elementos perniciosos” é justificada pelo periódico como um ato necessário para garantir a “ordem” da cidade e a tranqüilidade dos avaienses. O pensamento do jornal é, primeiramente, expressão do pensamento da elite burguesa da qual se faz representante. Era a essa elite infiltrada nos órgãos públicos de gerenciamento do município que caberia a função de zelar pelo bem da cidade, atuando de maneira “exemplar” para defender o que era melhor para o povo e, para tanto, a polícia era um de seus instrumentos. Na edição do dia 23 de fevereiro de 1930, o jornal publicou o relatório apresentado pelo delegado Clodoaldo de Abreu ao chefe de polícia do Estado, no qual ele chama atenção para o fato de que:

medidas enérgicas se tem tomado sempre, de forma a assegurar a tranqüilidade publica, o que não tem se conseguido sem ser com certa dificuldades, não só por ser Avahy, um município de área não pequena e limitropha de outros municípios, em cujos sertões se acoitam maos elementos, como também pela defficiencia do destacamento policial que é, há muito tempo, constituído apenas por duas praças²¹⁵.

Nesse sentido, o “empenho” do delegado municipal em se combater os “maos elementos” diante do incipiente recurso humano e material era recompensado em elogios pelo jornal, reconhecendo no ato de “levar avante (...) às causas disciplinares” uma “acção louvável”.

²¹³ Delegacia de policia. **AVAHY-JORNAL**. Avaí, 07 set. 1930. p.2.

²¹⁴ Nota Policial. **AVAHY-JORNAL**. Avaí, 07 set. 1930. p.2.

²¹⁵ Delegacia de polícia. **AVAHY-JORNAL**. Avaí, 23 fev. 1930. p.2.

Como destacamos, a embriagues era um dos principais motivos que levavam um indivíduo à prisão. Nesse sentido, o jornal iniciou uma campanha cobrando das autoridades policiais que se repreendessem os estabelecimentos comerciais que vendessem bebidas alcoólicas aos que já davam sinais de bebedeira. Os proprietários de bares eram comumente vistos como os “facilitadores da desordem”, da “turbulência”. O jornal justifica a sugestão dizendo que “não queremos dar licções de moral, nem tão pouco impedir a venda de álcool. (...) Só queremos que entenda, que não é cabível vender veneno a quem já se apresenta tê-lo usado”²¹⁶. Sobre isso, Sevcenko relata campanha parecida no início da década de 1920 na capital paulista. Segundo ele, “não era difícil perceber entretanto um acento elitista e discricionário nessas campanhas, indicado pela maneira saliente como as referências às bebidas importadas eram escamoteadas. (...) Era menos a embriagues em si que incomodava, pois, que a embriagues do ‘outro’”.

Em Avaí, os “bêbedos”, claramente advindos das classes populares, são freqüentemente apontados como “desordeiros”, “bagunceiros”, e, portanto, deveriam ser severamente combatidos. O incomodo causado por tal segmento ao jornal, é retratado nos dizeres de Pampas (pseudônimo) que em tom jocoso escreve sobre sua aversão:

Dizem que eu, a cada passo, estou protestando. Mentira! Viva a bagunça! Viva os alambiques! Viva a pinguinhaaaa! Encontrar-se com um bêbedo em plena rua, é um... prazer, uma delícia única²¹⁷.

No entanto, não eram somente os alcoólatras os exclusivos da atribuição de identidades negativas pelo jornal. Outro grupo representado como o “diferente”, o “perigoso” eram os portadores da lepra. Como já indicado anteriormente, a administração pública adotou medidas que excluía, ou reduziam pelo menos, o convívio dos morféuticos no meio social. O semanário por várias vezes declarou que era preciso impedir os leprosos de peregrinar pela cidade, representando-os como um grupo que causa “dó” e “nojo”, propagador de um mal e, portanto, indigno de juntar-se aos demais.

Muitas vezes, os leprosos eram identificados como mendigos já que a doença, carregada de preconceito desde os primórdios dos tempos, dificultava a inclusão dos mesmos na sociedade e, portanto, tornava-os dependentes do auxílio de outrem. No entanto,

²¹⁶ Sem título. **AVAHY-JORNAL**. Avaí, 20 jan.1929. p. 2.

²¹⁷ Pingas & Pingadas. **AVAHY-JORNAL**. Avaí, 01 jan.1928. “Eu e os outros”, p. 2.

destacamos que morféticos ou não, os moradores de rua também era um grupo veementemente repudiado pelo jornal. Na edição do dia 20 de julho de 1930, destaca-se que:

Apezar da crise, assoberbada pelo frio, o Chateau Blanc da praça Dr. Alberto Salles, continua sendo freqüentada pelos seis irrequietos habitues. Talvez o tratamento a chá e torradas, que o carcereiro distribui todas as noites, por ordem do majorengo, seja o motivo da assiduidade dos amantes da bagunça²¹⁸.

O transcorrer da nota policial é feito de maneira a ridicularizar os moradores de rua Adalucio de Barros Cavalcanti, Emiliano Vieira, José Procópio da Silva (“vulgo Zé Pinga”) e Rita dos Impossíveis (“essa sirigaita pela vigésima vez, ali tomou commodo, depois de andar pelas ruas dando expansão aos vapores alcoólicos”). Dessa forma, morar ao léu, fazer das vias públicas sua própria casa, não era entendido como uma estratégia para a sobrevivência das camadas populares mais sim como uma ameaça à ordem estabelecida.

A convivência forçada com os mendigos condicionava o tom agressivo adotado pelo periódico, identificando os agentes desviantes como casos de polícia. E os mesmos eram. O edital publicado no dia de Natal do ano de 1927 era enfático ao declarar que seriam “punidos os desocupados que infestam esta cidade, sem rouda ou meio de vida”²¹⁹, expressando, dessa forma, o pensamento da elite dominante.

Tratamento de polícia também era dispensado aos trabalhadores que não se enquadravam na ordem burguesa dominante. No dia 01 de fevereiro de 1931, o jornal divulga um texto intitulado “Contra o comunismo”, no qual discorre sobre a desordem causada em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro devido os ideais comunistas, garantindo que Avaí estava a salvo da “contaminação social” que atingia as grandes metrópoles:

Nós que vimos em quantas activiades estiveram empenhadas as policias das cidades de Santos, S. Paulo e Rio de Janeiro, ameaçadas de uma desordem motivadas pelos ideaes comunistas, e vamos com grande e total paz vae marchando o nosso município, sem uma só agitação, é que comprehendemos como ordeira é a nossa população, inteiramente afastadas dos impossiveis fins comunistas.

Isto só é motivo para justo jubilo, porque essas pertinaz *epidemia, essa sujeira mental, essa contaminação anti-social*, aqui nem de leve chegou.

Oxalá sempre assim seja.

(...)

²¹⁸ Notas policiais. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 20 jul. 1930. p.2.

²¹⁹ Delegacia de Policia de Avahy. **AVAHY-JORNAL**. Avaí, 25 dez. 1927. p.4.

Impossível encerrar este comentário, sem uma justíssima referência à polícia de São Paulo, rigorosa na obrigação que sempre abraçou, *sempre vigilante pela ordem e pelo respeito*.

Com a continuação dessa vigilância, com a *constante repressão de tudo que possa trazer inquietação ao publico*, trazendo *desordens e damnos*, surgirá sempre os frutos dos esforços empenhados²²⁰. (grifos acrescentados)

Mais uma vez observamos claramente a maneira como a sociedade se comportava (e ainda se comporta atualmente) perante uma conduta desviante da ordem burguesa: repreende-se, aprisiona-se. Além disso, o jornal é enfático ao declarar que o município, devido o caráter ordeiro de sua população, estaria “inteiramente afastadas dos impossíveis fins comunistas” e das suas agitações bagunceiras. No entanto, no dia 19 de maio de 1929, o periódico retrata a demissão do operário Ademar Lopes Netto pela fábrica de fundição Xavier, Rodrigues e Companhia após ter pronunciado um discurso em razão da comemoração do dia 13 de maio no qual usou “muitas expressões livres”. O trabalhador havia afirmado que “os operários são os actuais escravos de seus patrões que açambarcam o seu suor, trabalho e dinheiro”. Segundo o jornal, Adhemar é “um rapaz de talento, mas, que precisa sabê-lo applicar em coisas úteis e sas” e, diante de tal fato, merecera o “justo castigo”²²¹.

Assim como os “comunistas”, outro grupo pichado como desviante eram os homossexuais vistos, no universo de representação social, como oposição à família. Já na sua primeira edição, o AVAHY-JORNAL relata a prisão de Manuela Garcia Peres, uma homossexual conhecida pelo pseudônimo masculino Armando Frontini. Ao retratar o episódio, o periódico revela que Manuela havia sido apanhada pela polícia e “obrigada a contar a verdade, fallou que não há o que e nem quem a faça abandonar os trajas masculinos. Prefiro – diz ella – 30 annos de prisão do que ser mulher”. O texto segue em tom jocoso, ridicularizando a homossexual e aproveitando, inclusive, para tecer considerações ao sexo feminino:

Assim como a Manuela tinha uma predilecção especial para bancar Don Juan, seduzindo moçoilas a valer, quantas outras também não sentem a mesma predilecção!!!

Talvez estas outras não queiram attingir ao ponto que Manuela attingiu, pois esta foi ao cumulo: casou, namorou, filtrou, roubou, raptou.

Foi terrível e implacável para as do mesmo sexo.

²²⁰ Contra o communismo. AVAHY0JORNAL. Avaí. 01 fev. 1931. p.1.

²²¹ Justo castigo. AVAHY-JORNAL. Avaí. 19 maio 1929. p.2.

Vê-se aqui que o chamado sexo frágil realmente é fraco.
Até mais fraco do que pensa e julga.
Pelo menos é o que se deduz deante das facilidades com que a Manuela prendia as mulheres a quem olhava seductoramente.
Com tal facto exposto pelos jornaes, as moças casadoiras que se precavenham.
Não vá alguma mocinha da terra passar pelo mesmo vexame²²².

A ridicularização do gênero feminino configura-se concomitantemente como meio de atribuir superioridade ao sexo masculino. Assumidamente, o jornal avaliza que os homens “se orgulhem pelo facto de serem homens, pois a troca de sexo da Manuela não só demonstra a sua superioridade, como também prova a facilidade da conquista de um coração feminino”. Dessa forma, enquanto o homem é visto como forte, superior, incapaz de “trocar de sexo”, o jornal identifica a mulher como ingênua, frágil, indefesa, e o que desviasse disso, como era o caso das homossexuais, era reprimido e repudiado pelo jornal.

Nesse sentido, também destacamos a edição do dia 7 de julho de 1929, a publicação da carta enviada ao pai da miss do Estado da Paraíba pelo deputado Tavares Cavalcanti. Segundo ele, os concursos de beleza violavam as santidades que eram os lares “para arrojarem-lhes as suas perolas, que são as virgens nelles educadas, à curiosidade indiscreta e ávida das multidões sem freio e sem moral”, ferindo, dessa forma, “a moral cristã das famílias brasileiras”²²³. Ainda nessa perspectiva, o jornal publica os versos de Gabiroba, que ironicamente critica o comportamento “depravado” das mulheres nos bailes da época:

O antigo jeito de dansa,
Que era respeito e pudô,
Como em tudo houve mudança,
A dansa também se mudo.

A dama de hoje é agarrada,
Sem compostura, nem jeito,
Ta até um pouco safada,
Que p'ra conta fico estreito²²⁴.

Os versos além de indicarem as mudanças ocorridas na maneira como dançar e portar do sexo feminino, também revelam a ordem moral ainda dominante. Assim, também a mulher que não se comportasse como exigia a norma estabelecida, de maneira recatada e

²²² A mulher-homem. **AVAHY-JORNAL**. Avaí, 15 nov. 1927. p.1.

²²³ O concurso de beleza. **AVAHY-JORNAL**. Avaí, 21 jul. 1929. p.1.

²²⁴ Carda de Roceiro. **AVAHY-JORNAL**. Avaí, 10 jun. 1928. p.1.

discreta, era alvo de severas críticas da sociedade. A edição do dia 23 de março de 1929, dá pistas sobre como o semanário representa o gênero feminino. No texto, ele compara à mulher a “um bichinho de cabellos cumpridos e inteligencia curta”, facilmente dominada pelo poder de sedução do sexo oposto, sempre ingênua e frágil. A mulher, portanto, nascera para viver ao lado do sexo “mais forte” e esse, por sua vez, cumpriria seu papel de fortaleza protetora e como recompensa ganharia uma esposa para cuidar do seu lar e para parir a prole que carregaria seu nome.

Dessa forma, mulheres, homossexuais, mendigos, leprosos, comunistas, alcoólatras eram alvos de discurso de inferiorização e marginalização e todos quantos tivessem posicionamento ideológico ou estilo de vida “desviante” da lógica burguesa eram severamente diminuídos, representados de maneira estigmatiza e preconceituosa e sem direito a ter voz no jornal. Sobre isso, Certeau chama a atenção para o uso que os grupos desviantes fazem das identidades e culturas difundidas e impostas pelas elites. Segundo ele, “a presença e a circulação de uma representação (ensinada como código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores e por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para os seus usuários”²²⁵.

Dessa forma, entendemos que mesmo tachados, os grupos considerados perigosos pela ordem burguesa dominante não incorporam obrigatoriamente as identidades negativas atribuídas pelos representantes da elite como também não desapareceram do território urbano de Avaí mesmo que constantemente presos e repreendidos. Cuche destaca, nesse ponto, que no mecanismo de atribuição de identidades sempre há uma a identidade conferida e requerida. A primeira acontece quando são conferidas a alguém representações que podem ser positivas ou negativas. O indivíduo, no nosso caso a elite avaiense, intitula o “outro” como diferente de si, atribuindo-lhe representações das mais variadas conotações. Já a identidade requerida é aquela em que o sujeito requer para si as características, idéias e ideais que o fazem ser o que acredita que é, ou seja, sujeito se reconhece enquanto ser, acredita em algo, tem opiniões, e reconhece em um determinado grupo elementos que pensam semelhantemente a ele.

Entretanto, destacamos que a imposição de representações aos grupos considerados desviantes mesmo que não interiorizadas pelos mesmos, tendem a se articular de maneira a

²²⁵ CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. V.1. Rio de Janeiro: Ed. Vozes. 1998. p.40.

formar uma série de identidades adotadas como legítimas, verdadeiras, absolutas no seio de uma sociedade dominada pelos valores burgueses. “Pode-se ver que a imposição de diferenças significa mais a afirmação da única identidade legítima, a do grupo dominante, do que o reconhecimento das especificidades culturais.”²²⁶ Nesse sentido, a sociedade valoriza pessoas, grupos e instituições que compartilham dos mesmos ideais considerados ideais pela lógica elitista, dotando-os de representações sempre positivas, configurando-se como recompensas pela disciplina.

No jornal, esse aspecto é notadamente observado nas referências que faz ao esporte, por exemplo. Segundo Sevchenko, “o desígnio do esporte está em incorporar o “espírito esportivo”, muito mais do que vencer alguma prova ou competição” pois tem a capacidade de “criar nos indivíduos uma disposição instintiva à ação disciplinada, à coordenação coletiva de movimentos e propósitos e a se guiar por um conjunto fixo de regras, limites e alternativas”²²⁷. Nesse sentido, o esporte, em especial o futebol, é amplamente divulgado na cidade por ser entendido como instrumento de disciplinização do indivíduo que, por sua vez, seria subserviente à ordem estabelecida. Essa idéia é trabalhada pelo jornal na edição do dia 10 de março de 1929, no qual Pampas expõe a importância de se investir pesado no esporte para formar bons cidadãos, sadios e disciplinados:

A prática do esporte deveria ser obrigatória, pois visa a formação de uma raça forte, inculcando nos jovens princípios sãos, de solidariedade, desenvolvendo-lhe o organismo, dando-lhes músculos, elasticidades, resistência.

A educação esportiva aniquila nos moços a preguiça, a timidez, o medo.

(...)

Auxiliar o desenvolvimento esportivo, aumentá-lo, é um dever da municipalidade que assim coopera a formação de uma raça vigorosa, proporcionando diversão sadia à mocidade, que se aglomerará entusiasta nos campos esportivos, desertando dos lugares de vícios, de corrupção, onde o álcool e a jogatina imperam como deuses destruidores da raça, da família, do progresso, do indivíduo²²⁸.

²²⁶ CUCHE, Denys. **A noção de Cultura em Ciências Sociais**. Bauru. EDUSC: 199. p.187.

²²⁷ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 1920**. São Paulo: Companhia das Letras. p.48.

²²⁸ O Esporte e a Municipalidade. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 10 maio 1929. p.1.

Sob essa perspectiva, Sevckenko destaca que “o adestramento físico e as suas necessárias implicações, em termos de hábitos de higiene, profilaxia, alimentação e regularização da vista cotidiana” significam “não só em aumento das aptidões físicas individuais, mas sobretudo numa consistente disciplina do comportamento e num estímulo extraordinário dos dispêndios da atividade, os quais causariam um impacto principal na dimensão das expressões coletivas”²²⁹. Assim sendo, Sevckenko defende que os valores de ordem, disciplina e civismo propagados pelo esporte poderiam ser transpostos para além dos seus praticantes, atingindo, até mesmo, seus espectadores.

Nesse sentido, são constantes as vezes que a coluna esportiva elogia o comportamento não só dos jogadores do time local “Esporte Clube Estrela da Noroeste” como também dos seus torcedores por sua boa moral, seu aspecto cívico e civilizado. Não é raro, inclusive, o redator se referir ao time da cidade como “os onze destemidos” destinados às “culminâncias da glória” e “cujas victórias são conquistadas com garbo, valor e civismo”. Entendemos que para as elites o esporte representa mais uma maneira não de auto-afirmação da ordem local como também de si mesmos, na medida em que são elementos dessa própria elite os diretores e parte dos jogadores do clube²³⁰. Portanto, são eles os “destemidos”, aqueles que alcançarão à glória dada a sua coragem e determinação.

Também no esporte, tudo que fugisse da normalidade era repudiado pelo jornal. Assim, as brigas entre torcida e juiz, juiz e jogadores, torcida e torcida eram severamente repreendidas pelas palavras do jornal qualificando-as como “retrógradas e de gente atrasada”, situação que “corroe aos poucos os princípios sãos da civilidade e dos bons costumes”, indignas de uma cidade “adeantada e progressista” como Avaí²³¹. Entretanto, quando a conduta da torcida, dos jogadores e do juiz são bem comportados, o jornal representa-os como “gente civilizada”, que dá “lições de civismo” e respeitam “suas virtudes cívicas e moraes”²³².

No entanto, não é só o esporte o único elemento capaz de disciplinar o indivíduo e, conseqüentemente, impedir que apareçam as turbulências e os agentes desviantes na ordem

²²⁹ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 1920**. São Paulo: Companhia das Letras. p.47.

²³⁰ Como o capitão Julio Riccò, também ligado ao Partido Democrático local.

²³¹ Eu e os Outros. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 25 dez. 1927. p.1.

²³² Eu e os Outros. **AVAHY-JORNAL**. Avaí. 15 jan. 1928. p.2.

local instaurada. A educação e a religião são os outros dois pilares do tripé para a formação do bom cidadão, que caminha consoante com a ideologia dominante e, portanto, com as normas estabelecidas.

Ambos os trabalhos - de ensinar e catequizar - são representados como tarefas árduas e grandiosas, que causam progresso para o meio social. A religião, seja ela qual for, é tomada como um bem necessário, o único caminho para se alcançar a felicidade. Nas palavras do jornal, “o fim de todas ellas [as religiões], é um caminho para a perfeição, é uma escola para a moral”²³³. Nessa mesma perspectiva é pensada a escola, ferramenta que forma, modela, dissemina e incute valores da ordem dominante nos mais diversos estratos da sociedade, controlando, dessa forma, a insubordinação social. Nesse sentido, o jornal publicou uma série de discursos proferidos pelos professores do Grupo Estadual em razão da Semana da Educação e que tratavam de temas como lar, fraternidade, culto do mestre, saúde, dever, natureza e boa vontade²³⁴.

Ante o explorado e discutido, percebemos que todos os elementos, grupos e instituições da cidade que contribuía como exemplo de disciplina e para manutenção da aparente “harmonia” instaurada na cidade eram valorizados pelo AVAHY-JORNAL e dignos da atribuição de representações positivas, que corroboram com o pensamento burguês dominante. Em contrapartida, os indivíduos e segmentos sociais que não se enquadravam na ordem imposta eram representados de maneira negativa, muitas vezes tomados como uma ameaça, um grupo perigoso que deveria ser combatido. E, nesse sentido, a atribuição e legitimação de identidades e representações a determinados grupos pelo periódico pode significar, antes de tudo, um escudo, uma defesa dos valores e paradigmas estabelecidos pelas elites da qual se fazia representante.

²³³ Religião. AVAHY-JORNAL. Avaí. 17 fev. 1929. p.2.

²³⁴ Semana da Educação. AVAHY-JORNAL. Avaí. 11 maio 1930. p.1.

Considerações finais

Esta monografia é o resultado do desenvolvimento da pesquisa de iniciação científica dessa autora que tem como objetivo subsidiar futuros estudos sobre as transformações e dinâmicas urbanas das cidades do centro oeste paulista e contribuir para o entendimento da produção jornalística do interior do Estado de São Paulo nos primeiros decênios do século XX.

Sua linha teórica entendeu a cidade como espaço de dominação e resistência dos mais diversos agentes sociais de que dela fazem parte. A leitura e fichamento do AVAHY-JORNAL nos permitiram corroborar a perspectiva de que havia em Avaí, nos órgãos públicos municipais, o domínio de uma elite economicamente forte na cidade, ligada à cultura de café e às profissões liberais. Ao utilizar-se de sua posição estratégica, implantou em Avaí planos e projetos que garantiam suas necessidades, interesses e ideais de classe burguesa. Nesse aspecto, não há informações que permitam avaliar em que medida os melhoramentos urbanos pleiteados pela municipalidade como indispensáveis à Avaí realmente se estenderam e favoreceram também às camadas populares. De fato, projetos como a construção da Santa Casa, do banco agrícola, da instalação da iluminação elétrica e melhoramento das estradas, por exemplo, antes de beneficiarem toda a população, expressaram a consolidação do domínio de um grupo político na cidade que se projetava ao seio urbano como benfeitor da urbe, agente preocupado com o crescimento e desenvolvimento do município, concessionário das práticas urbanas de lazer, extremamente dedicados no sentido de promover progresso e modernidade à Avaí.

O AVAHY-JORNAL, inserido dentro dessa lógica de cidade e instrumento dessa elite, divulgou e legitimou os anseios e interesses do segmento, que, como apontou o fichamento das notas sociais e das publicidades, se constituía como o público leitor e o patrocinador do periódico. Além disso, nos anos de 1920, Avaí configurava-se como uma cidade essencialmente rural e com escassos órgãos educacionais, o que nos leva a crer que a maior parte absoluta de sua população era analfabeta e, nesse sentido, o jornal era produzido essencialmente para os membros de uma elite letrada do município.

Essa elite, afinada com os valores e preceitos da ordem burguesa vigente na cidade e comprometida com os ideais políticos defendidos pelo discurso liberal, defendeu um

projeto da cidade para Avaí, legitimando e reconstruindo estigmas aos segmentos que não se encaixavam ao arquétipo proposto e tomado como ideal por ela. Nesse sentido, os grupos sociais que se apropriaram do espaço urbano de maneira diferente à lógica estabelecida, que destoaram da ordem social dominante/dominadora foram tratados como “grupos perigosos” que deveriam ser neutralizados ou até mesmo extirpados do convívio com a coletividade “ordeira”. Tal perspectiva fora corroborada pelo AVAÍ-JORNAL.

Dessa forma, o veículo definiu uma realidade desejável ao segmento do qual se fez representante durante todo o período de sua existência. E nesse processo de determinação da realidade, os critérios de noticiabilidade dos jornalistas ganham uma dimensão maior. Apoiados neles, os profissionais determinaram o que é ou não notícia, o que merecia ou não ser publicado. Dessa forma, construíram uma realidade intermediada baseada em juízos de valor correntes, conhecimentos de mundo e valores intrínsecos e extrínsecos a profissão de jornalista e à sua condição burguesa, nas relações políticas/econômicas mantidas com líderes locais, anunciantes, assinantes e determinados segmentos sociais. Nesse sentido, definiram uma linha editorial essencialmente comprometida com o discurso liberalizante propagandeado pela Velha República.

Sua prática jornalística, além de apresentar-se muito arraigada à questão política, utilizou-se de uma linguagem excessivamente opinativa e adjetiva que caracterizou toda sua produção. No que se refere à disposição do conteúdo entre páginas, observasse que não há uma preocupação explícita com o arranjo das notícias. Nota-se claramente que a forma fora relegada para segundo plano e o que importava mesmo era a defesa de um projeto político que se ressoava a nível regional, estadual e nacional.

Não há, entretanto, conclusões que permitam afirmar que, de fato, elite e jornal foram vitoriosos na edificação do seu projeto de cidade e sociedade para Avaí. Ambos agiram de forma a propagandear os interesses de seu grupo, visando, ao menos, reduzir os outros agentes e segmentos sociais tomados como oponentes. Entretanto, o fato é que nunca deixará de existir dentro da “ordem”, aqueles que a subverta e, mesmo que emudecidos, sempre haverá pensamentos e diretrizes que convertam em modos de viver na cidade e na sociedade destoantes da lógica estabelecida. Em Avaí não foi diferente e nunca o será.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, G.T. de. **Imprensa do Interior – um estudo preliminar**. São Paulo: Convênio IMESP/DAESP, 1983.

BAHIA, J. **Jornal, História e Técnica**. História da Imprensa Brasileira. v.1. São Paulo: Ática. 1990.

BASTOS, I. A. **Sertão noroeste: o poder municipal na República Velha**. Bauru: Edipro, 2000.

BEOZZO, J. O. Noroeste Paulista: aspectos demográficos. **Revista Vozes**. set./1969. p.771-787.

BONDUKI, N. A produção rentista de habitação e o autoritarismo da ordem sanitária In: **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp. 1998. p.16-71.

BRESCIANI, M. S. M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, M. C. de. (Org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto. 1998. p.237-258.

BRESCIANI, M.S. M. As Sete Portas da Cidade. **Espaço e Debates**. n. 34. 1991. p. 10-15.

CAPELATO, M. H. R. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAPELATO, M. H. R.; PRADO, M.L.C. **O bravo matutino**. Imprensa e ideologia: o jornal “O Estado de S. Paulo”. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARVALHO, J. R. S. O desbravamento dos sertões de Araçatuba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo: IHGSP, v.44, p.299-313, 1948.

CERTEAU, Michel. Introdução; Caminhadas pela cidade; Naval e Carcerário; Relatos de Espaços. In: **A Invenção do Cotidiano**. V.1. Rio de Janeiro: Ed. Vozes. 1998. p.37-53; 169-191; 193-197; 199-217.

CRUZ, H. de F. **São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915**. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

CUCHE, Denys. **A noção de Cultura em Ciências Sociais**. Bauru. EDUSC: 1999. p.175-202.

DARNTON, R. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: **O Beijo de Lamourette**. Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras. 1995, p.70-97.

ERCILLA, A. M. de, PINHEIRO, B. **Zona Noroeste – 1928**. São Paulo: Sociedade Impressora Paulista. 1928.

FAUSTO, B. A revolução de 30. In: MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. 14ª ed. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 227- 255.

FERRAZ, B. **Cidades vivas**. São Paulo: Monteiro Lobato & Comp. Editores, 1924.

FLAUSINO, M. C. Notícia: conduzindo a compreensão da realidade. In: BARROS, A.; DUARTE, J.; MARTINEZ, R. (orgs.) **Comunicação, discursos, práticas, tendências**. São Paulo, RIDEEL; Brasília: UniCEUB, 2001. p. 103-118.

FIORIN, J. L. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática.1988.

GHIRARDELLO, N. **À Beira da Linha**. Formações Urbanas da Noroeste Paulista. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE. 1957.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Avai – SP**. 2007. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/cidadesat/topwindow.htm?1>.

JUNIOR, J.R. O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas. In MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. 14ª ed. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 160.

LOPES, D. F. Em busca de um perfil do jornal do interior de São Paulo. In: LOPES, D.F., SOBRINHO, J.C., PROENÇA, J.L. (Org.). **A evolução do jornalismo em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: ECA/ USP, 1998.

LOSNAK, C. J. **Polifonia Urbana**. Imagens e Representações – Bauru 1950-1980. Bauru: Edusc, 2004.

LOVE, J. **A Locomotiva**. São Paulo na Federação Brasileira. 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

Memória Visual: Avai: Terra da Jacutinga. **Revista Acervo Histórico**. Divisão de Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. São Paulo: v.1, n. 2, s/p/ 2º semestre de 2004.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

85º Aniversário do município de Avai. Avai: v.1, n.1/dez. 2004.

REIS FILHO, N. G. Sobre a História da Urbanização – História Urbana. **Espaço e Debates**. n. 34. 1991. p. 15-18.

RIBEIRO, J. C. “Construir a realidade”. In: **Sempre Alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico**. São Paulo: Editora Brasiliense, p.9-16.

ROLNIK, R. **A Cidade e a Lei**. Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp. 1999.

ROLNIK, R. **O Que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense. 1988.

SCHWARCZ, L. M. A Imprensa Paulistana In: **Retrato em Branco e Negro**. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras. 2001. p. 55-96.

SEVCENKO, N. Introdução. O Prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAES, F. A. (Coord.), SEVCENKO, N. (org.) **História da Vida Privada no Brasil**. V. 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. p.7-48.

SEVCENKO, N. “A abertura em acordes heróicos dos anos loucos”, “Os maquinismos de uma cenografia móvel” In: **O Orfeu Extático na Metrópole**. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras. 1992. p. 23-88, p.89 - 151.

SILVA, L. M. Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições. In: MOTTA, L. G. (Org.) **Imprensa e poder**. São Paulo: Imprensa Oficial: Brasília: UnB, 2002. p.47-74.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, J. P. As notícias e seus efeitos. **Biblioteca on-line de ciências da comunicação**, Universidade Fernando Pessoa, 1999. Disponível em: www.bocc.ubi.pt.

SOUZA, M. do C.C. O processo político partidário na Primeira República. In MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. 14ª ed. São Paulo: DIFEL, 1984.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. V.1. 2. ed. Florianópolis: Insular. 2005.

Apêndice

Relação de Prefeitos durante a circulação do semanário

João Xavier de Mendonça – 1927

João Pereira Novo – 1928

Dr. Nuno de Assis – 1929/ out. 1930

João Garcia Villar – out. 1930

Dr. Nuno de Assis – nov. 1930

Antonio J. Andrade – dez. 1930

Nuno de Assis – jan. a abr. 1931

José Silvestre dos Santos – abr. 1930/ 1932

Lideranças do Partido Republicano Paulista

Domingos Zulian

João Xavier de Mendonça

Dr. Nuno de Assis

Alcindo Zulian

João Pereira Novo

Manoel dos Santos Esgalha

José Feliciano Anthero Roxo

Lideranças do Partido Democrático

Antonio J. Andrade

João Garcia Villar

Dr. Carlos Ribeiro

Antonio Bernardo da Cunha

Joaquim Rodrigues Marujo Filho

Anexos

